

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XVI — FASC. 1-4
(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1958

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



891 22 1

- 317.103408A 37 91010201 -
one of the...
...
...
O Y A U X : 924



TRABALHOS

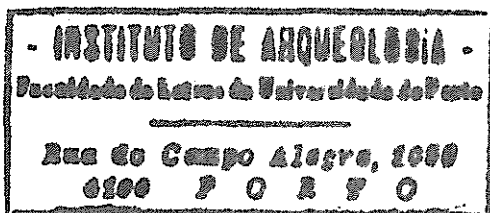
DE

Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E
ETNOLOGIA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOLUME XVI

(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



17. ABR. 1983

PORTO

Sede da Soc. e do Centro: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Estação eneolítica de Parede

Notícia do seu achado

POR

Eduardo Prescott Vicente e Eduardo
da Cunha Serrão

I — Descoberta da estação, sua situação e meio arqueológico

Paredes, sede de freguesia do Concelho de Cascais, é actualmente uma das mais populosas e progressivas povoações da Costa do Sol. Porém, ainda nos últimos anos do século XIX não passava de uma modesta aldeia saloia, rodeada por pedreiras em activa exploração, constituída por casas pobres, cuja distribuição desordenada desenhava uma planta irregular de ruelas tortuosas, becos e pequenos largos assimétricos.

Ainda hoje, há recantos que evocam a antiga Parede, no bairro designado por «Paredes Velhas», que se situa, *grosso modo*, ao norte da antiga estrada de Cascais a Lisboa, em terreno inclinado, entre cotas 30 e 60. Não se vê aí qualquer construção, ruína que seja, a sugerir grande antiguidade ou a marcar com nitidez qualquer momento da sua história, mas que saibamos, a povoação já existia no século XVI ⁽¹⁾ e esta certeza leva-nos, sem

(1) Uma postura datada de 16 de Janeiro de 1598, constante do Código das Posturas Camarárias de Cascais que se guarda no Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, refere-se aos «moradores de Paredes».

Será um dos mais antigos documentos existentes que cita a povoação.

Não investigámos se o seu nome consta de outros anteriores por não se tratar de problema que especialmente nos ocupe agora.

dificuldade, a admitir maior idade ainda. Qual seja, é uma questão obscura, dada a escassez de documentação relativa à Parede dos tempos históricos.

Seria possível levar as suas origens até à época eneolítica, uma vez que encontramos, em 1953, nas condições que adiante descrevemos, uma estação dessa época, junto de «Parede Velha», com todas as probabilidades restos de um povoado. Mas há um óbice, que é não se saber ainda o que aí se passou durante o tempo que separa os dois núcleos populacionais cuja existência está documentada. Falta preencher uma enorme solução de continuidade que pode corresponder a mais de três milénios de solidão e, só provando-se que não foi assim, teria o achado da estação, do ponto de vista das origens de Parede, um interesse total. Então atribuir-lhe-íamos, sem reservas, uma idade respeitável, cerca de 4.000 anos de existência.

De um facto, porém, não resta dúvida e temos agora mais uma prova: é que toda a região costeira entre a foz do Tejo e Cascais e seu *hinterland*, teve, nessas épocas recuadas, atractivos que permitiram o estabelecimento de populações eneolíticas (1), haja ou não coincidência quanto aos locais escolhidos para tal, no passado e no presente.

E não resta dúvida porque, considerando apenas o concelho de Cascais, podíamos contar, anteriormente à descoberta da estação de Parede, seis estações dessa época (2) a saber:

(1) «Dos tempos eneolíticos é o Concelho de Cascais particularmente rico.» Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo — *Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais*, em Boletim n.º 1 do «Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães». Cascais, 1943, págs. 10 e 11.

(2) Na publicação da Junta de Turismo de Cascais, *Curiosidades Arqueológicas do Concelho de Cascais — Alapraia e S. Pedro* — 1946 — pág. 8, citavam-se ainda apenas 5: «...um povoado no Estoril, sepulturas em Alapraia, Cascais, Porto-Covo e S. Pedro do Estoril».

Necrópoles :

- Próximo de Alcabideche — A gruta natural de Porto Covo (1);
Em Cascais — As grutas naturais do Poço Velho (2);
Em S. Pedro do Estoril — Duas grutas artificiais próximas da
Pedra do Sal, na parte superior das arribas (3);
Em Alapraia — Quatro grutas artificiais (4).

(1) Explorada pelo arqueólogo Carlos Ribeiro em 1879.

Foi uma necrópole da época eneolítica, pobre em cerâmica e outro mobiliário.

Afonso do Paço — *As Grutas do Poço Velho ou de Cascais*, Separata do tomo XXII das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1942, pág. 44.

Afonso do Paço e Maxime Vaultier — *A Gruta de Porto-Covo*, Comunicação ao Congresso Luso-Espanhol de 1942, no Porto.

(2) Exploradas em 1879 por Carlos Ribeiro e descritas por Cartailhac, sumariamente pela primeira vez em 1884, depois com alguma minúcia em *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, 1886.

Em 1942, o arqueólogo Afonso do Paço estudou esta necrópole minuciosamente, bem como o espólio que continha, na obra citada, *As Grutas do Poço Velho, etc.*

É considerada da época eneolítica e o seu conteúdo arqueológico manifesta sintomas peculiares da cultura do vaso campaniforme, embora se note a ausência de exemplares ou fragmentos de tal vaso.

(3) Esta necrópole foi descoberta pelo Dr. Leonel Ribeiro em 1944 e o seu espólio encontra-se no Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, em Cascais. Os materiais são de tipologia eneolítica e campaniforme (vasos e taças, algumas destas com pé tronco-cónico).

Curiosidades Arqueológicas do Concelho de Cascais — Alapraia e S. Pedro — publicação já citada — págs. 23 e 29.

(4) A primeira foi comunicada em 1889 por Paula e Oliveira e a segunda explorada por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço de 1932 a 1935. Esta necrópole, considerada eneolítica, é riquíssima em espólio, destacando-se os exemplares de vasos campaniformes e de taças do tipo de Palmela. Os conteúdos das grutas III e IV manifestaram interesse arqueológico muito menor.

Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *A Gruta II da Necrópole de Alapraia*, Separata dos «Anais da Academia Portuguesa da História» (vol. IV) — 1941.

Restos de povoados ou como tal considerados:

No Estoril — Uma estação de superfície da qual resta apenas algum espólio ⁽¹⁾;

No Murtal — Uma estação inédita ⁽²⁾.

Seis estações então conhecidas, sete hoje (Est. 1), e ainda diversos achados de materiais dispersos, por vezes difíceis de atribuir a uma época precisa — neolítica ou eneolítica por exemplo — e sem que tivesse sido possível determinar outras estações de onde proviriam.

Talvez que uma ou outra peça tenha sido perdida longe de qualquer povoado (ou necrópole) por aqueles que há alguns milhares de anos as utilizaram; no entanto, o achado da estação de Parede corrobora, como se verá, a hipótese de que essas peças provenham de estações ainda desconhecidas e se encontrassem à superfície em resultado de trabalhos agrícolas ou de

(1) No Estoril, em 1915, durante os trabalhos de terraplanagem necessários para o ajardinamento do parque, fez o Dr. Félix Alves Pereira achados de espólio que se encontra no Museu do Carmo.

É uma estação hoje considerada da época eneolítica, em consequência de estudos feitos pelo professor Breuil sobre o seu material lítico (sílex). Seguindo a opinião mais aceite, tratar-se-ia de restos de um povoado.

F. Alves Pereira — *Antiquitas — V-VIII — Estação Pré-histórica do Estoril* — «O Archeólogo Português», vol. XXI, Lisboa, 1916, págs. 210-221.

Mesmo autor — *A Antiguidade no Concelho de Cascais*, «A Nossa Terra», Cascais, 1917.

Afonso do Paço e Maxime Vaultier — *Estação Eneolítica do Estoril*, Comunicação apresentada à 7.ª Secção do Congresso Luso-Espanhol de 1942, no Porto — 1943.

(2) Descoberta em 1944 pelo Dr. Leonel Ribeiro, está ainda inédita. Os materiais recolhidos caracterizam uma estação eneolítica, talvez restos de um povoado.

fenómenos naturais — erosão provocada pelas chuvas e vento, desabamentos de terras, etc. — que apenas em alguns pontos descobrissem a camada arqueológica.

Num trabalho do arqueólogo Afonso do Paço e de Fausto do Amaral Figueiredo (1) enumeram-se alguns locais do concelho que, nas condições referidas, isto é, acidentalmente, forneceram espólio considerado neolítico (2): «Temos depois os (materiais da pedra polida ou do neolítico... encontrados nas imediações de Carcavelos e Parede (3), na Malveira e, perto de Cascais, na Ribeira das Vinhas e num pinhal a noroeste desta Vila».

Esclarece-nos o «Archeologo Português» de que esses materiais encontrados nas imediações de Carcavelos e Parede, caso que nos interessa especialmente, são «três instrumentos de pedra» provenientes de «entre» as duas povoações e foram oferecidos ao «Museu Ethnographico Português», na última década do século passado, pelo «estudante Snr. Júlio Navarro» (4).

Mas, a possibilidade da existência de outras estações na região em causa não se basearia apenas nos achados referidos.

(1) *Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais* — publicação já citada — pág. 10.

(2) Certos instrumentos de pedra polida da época eneolítica, encontrados isoladamente, isto é, desacompanhados de espólio que lhes atribua cronologia, podem, como é sabido, ser tomados como neolíticos.

(3) Também Luis Chaves se refere a achados em Carcavelos e Parede, nos seguintes termos:

«À superfície do solo, sem monumentos reveladores, topamos com objectos da mesma Idade (eneolítica) em Oeiras, Carcavelos, Parede, Caneças, Portela, Sacavém...»

Belém na Prehistória, «Boletim Cultural e Estatístico», volume I — Câmara Municipal de Lisboa — Lisboa, 1937, págs. 175 a 184.

(4) «O Archeologo Português», volume III, Lisboa, 1897, pág. 108. «Aquisições do Museu Ethnographico Português», n.º 62.

Podê-la-famos inferir das seguintes circunstâncias que serão aqui, como em muitas outras regiões, estímulo a que as desvendemos: Em primeiro lugar e como é evidente, não podemos considerar provável que o acaso tivesse proporcionado a revelação de todas; depois, se observarmos o tipo das estações que enumerámos e as suas posições relativas, notaremos que, pelo menos na maioria dos casos, aos povoados (apenas o Estoril e Murtal seriam povoados), faltam as necrópoles correspondentes e também se desconhecem os povoados cujos habitantes depositavam os seus mortos nas necrópoles conhecidas.

Para que efectuássemos, nos arredores de Parede, as prospecções cujos resultados descrevemos nesta notícia, os factos referidos foram estímulos de ordem, digamos, secundária, até mesmo os achados de Júlio Navarro, que, no entanto, já determinavam, embora vagamente, uma região que merecia ser inspeccionada. O ponto de partida foi o conhecimento directo que tivemos de outro achado, este inédito e que, por nos parecer relacionar-se com os de J. Navarro, nos induziu à forte suspeita de que, próximo de Parede, mais provavelmente a leste de Parede, haveria uma estação pré-histórica neolítica ou eneolítica.

Habitámos Parede durante largos anos, sendo até um de nós (E. P. V.) natural dessa povoação. Estávamos, portanto, em óptima posição para captarmos quaisquer sintomas de carácter arqueológico que a estranhos à região escapariam mais facilmente. Assim, o nosso amigo, o Ex.^{mo} Sr. Telmo Pereira Alves, que então residia em Parede, informou-nos, em 1952, de que seu avô, o Ex.^{mo} Sr. Francisco Octaviano Augusto Pereira, havia encontrado, num dos terrenos que possuiu nos arredores de «Parede Velha», uma goiva (Est. VI, fig. 29) de tipo semelhante às de Cascais, a qual nos foi gentilmente oferecida.

Quando tivemos conhecimento do facto, não era já possível determinar o local exacto onde tinha sido achado tal instrumento,

pois o seu achador falecera havia já bastante tempo. Sabia-se apenas que provinha de uma das suas propriedades, mas algumas tinham sido alienadas em épocas diversas e nem já os seus descendentes eram capazes de as identificar a todas. Resolvemos, portanto, efectuar pesquisas sistemáticas em todos os terrenos situados próximo e a leste do bairro antigo de Parede, locais estes mais prometedores, em presença das informações que nos guiavam.

Em 16 de Setembro de 1953, inspeccionámos um pequeno vale a leste de «Parede Velha» onde passa uma linha de água e, na sua encosta oeste, no talude de um caminho de pé posto (Est. II, n.º 1 e Est. III, fig. 1), encontrámos fragmentos de cerâmica de pasta muito antiga. Seguidamente e no mesmo local, apareceu um fragmento de bordo denteado (Est. IV, fig. 3 e Est. VI, fig. 41) e outro com decoração incisa (Est. IV, fig. 10 e Est. VI, fig. 45). Estes achados fizeram-nos crer que seguíamos uma boa pista.

Reconhecemos então que estávamos a poucos metros a nordeste de um terreno que fora do achador da goiva, onde haviam sido recentemente abertos arruamentos para construção do «Bairro Octaviano» (recordemos que «Octaviano» era um dos nomes do antigo proprietário do terreno). Examinámos os taludes de tais arruamentos e encontrámos bastante cerâmica, alguns fragmentos com decoração, sílices trabalhados e um machado de pedra polida, peças suficientes para caracterizarem a existência de uma estação pré-histórica.

Definamos mais precisamente o local da estação onde, em inspecções posteriores, achámos novos materiais. Situa-se na encosta E. e SE. da elevação onde assenta «Parede Velha» entre as cotas 35 e 45. Dista do mar, em linha recta N-S, cerca de 900 m e está mesmo junto ao velho bairro (Est. II, A e B), senão em alguns pontos sob as suas antigas casas.

Os terrenos do local são do cretácico «Cenomaniano», havendo próximo alguns afloramentos de basalto.

II — Condições de jazida

A estação consiste numa camada arqueológica que deveria ter sido de grande superfície. Os arruamentos do moderno «Bairro Octaviano», em início de construção quando a encontramos, e a abertura dos caboucos dos prédios destruíram-na em parte (1953). É de prever o seu desaparecimento total dentro em breve, dada a forma como, de ano para ano, aí se multiplicam as edificações.

Hoje, a zona que ainda poderá fornecer os elementos indispensáveis ao esclarecimento das hipóteses constantes desta notícia é aquela onde, segundo nos disseram, a Câmara Municipal de Cascais projecta construir uma escola. O que resta está, portanto, em terreno da Câmara que se situa a Oeste da Rua Bernardim Ribeiro (Est. II, terreno A) e terá uma superfície aproximada de 7.500 m².

Em 1953, a camada estava bem patente em todos os taludes dos arruamentos abertos havia poucos anos e que na planta marcamos com tracejado (Est. II). Continua ainda evidente nos taludes sueste e nordeste do referido terreno da Câmara. Começa a uma profundidade média de 30 cm e tem de espessura cerca de 40 cm. Assenta sobre uma zona de terra compacta, avermelhada e sem espólio e, em alguns pontos, sobre rocha calcária (Est. III, fig. 2).

O conteúdo da camada arqueológica é, na parte visível, o seguinte: terra escura e menos compacta do que a da camada inferior; pedras de várias dimensões, por vezes amontoadas,

podendo admitir-se que tal disposição resulte do desmoronamento de paredes de construções; cerâmica, escasseando a decorada; sílices, abundando os resíduos de fabricação; raros utensílios de pedra polida ou osso; poucos ossos de animais e muitas conchas de moluscos (veja-se «materiais»).

Em alguns dos taludes, a configuração da camada arqueológica fez-nos supor a existência de fundos de cabana que teriam estado em nível inferior ao do solo de então. Aí apareceram carvões, restos de alimentos (ossos e conchas), cerâmica não decorada e pedras.

As terras retiradas das valas abertas para a feitura dos arruamentos e caboucos dos prédios em construção ofereceram-nos também espólio. No terreno já aplanado para servir de quintal de uma construção inacabada, encontramos fragmentos de instrumentos polidos, o que dá a nota da quantidade de espólio perdido para sempre e que ninguém notou.

No entanto, apesar de ter destruído grande parte da camada arqueológica, a construção do bairro revelou-nos factos e pormenores de grande valor. Diremos até que de outra forma não teríamos encontrado a estação, pois, na superfície das terras entre os arruamentos, não se vê espólio e os primeiros achados do talude a leste seriam insuficientes para definir algo com interesse.

III — Materiais

Os materiais recolhidos não são muitos nem muito variados, mas outra coisa não seria de esperar, visto que, praticamente, só pudemos pesquisar nos locais onde a camada arqueológica é cortada pelos taludes dos arruamentos (camada arqueológica vista de topo).

Assim, relacionaremos apenas o espólio seguinte:

A — CERÂMICA.

Muitos fragmentos sem decoração

7 fragmentos com decoração incisa

1 fragmento com mamilo

49 fragmentos de bordos sem decoração

2 fragmentos de bordos denteados

2 fragmentos de pratos.

Pastas — Predomina a pasta grosseira, contendo bastantes grãos de areia. É este o tipo da pasta dos fragmentos com decoração incisa.

As colorações são variadas, desde o quase negro ao vermelho.

Há também exemplos de pastas finas, notando-se que correspondem sempre a vasos cujas paredes eram mais delgadas. São típicos deste género de cerâmica, vários fragmentos de um vaso esferóide de paredes finas — 5 a 6 mm — que nos parece de época posterior à da maior parte da cerâmica desta estação (Est. VI, fig. 55). A pasta é vermelha nas superfícies interna e externa. Encontrámo-los na cova aberta no talude de um arruamento para colocação de um poste de iluminação.

Forma dos vasos — Pelo exame dos fragmentos maiores, podemos concluir que a forma mais frequente é a esferoidal e a mais rara a cilíndrica.

Há bastantes exemplares de perfis carenados (Est. IV, figs. 14 a 16 e Est. VI, figs. 56 a 58) e alguns fragmentos de pratos (Est. IV, fig. 17 e Est. VI, fig. 54).

Os tipos de bordos são muito variados, destacando-se o de

um grande vaso talvez esferoidal, com a boca circundada por grosso rebordo (Est. IV, fig. 19 e Est. VI, fig. 53). A pasta deste fragmento é escura e bastante grosseira.

Os fragmentos decorados são tão pequenos que não permitem se distingua a forma dos vasos a que pertenceram.

Decorações — Os bordos denteados (Est. IV, figs. 3 e 4 e Est. VI, figs. 41 e 42) aparecem com muita frequência nas estações eneolíticas portuguesas. Um dos fragmentos de bordo denteado, que encontrámos em Parede, tem um orifício para suspensão.

Num fragmento sem decoração incisa, nota-se um mamilo (Est. IV, fig. 5 e Est. VI, fig. 43) que não sabemos seria elemento decorativo (decoração mamilar) ou pequena protuberância para servir de pega.

Os tipos de decoração incisa (todos a linha contínua) que os sete fragmentos relacionados apresentam, são os seguintes:

— Linha simples contornando o bordo (Est. IV, fig. 6 e Est. VI, fig. 46);

— Sulcos largos e pouco profundos paralelos (Est. IV, fig. 7 e Est. VI, fig. 44). Em Olelas, numa *tholos* que explorámos, encontrámos alguns exemplares com decoração semelhante;

— Ranhuras paralelas (Est. IV, fig. 12 e Est. VI, fig. 51); o único exemplar que possuímos com este elemento decorativo está muito danificado e mal deixa entrever o efeito que se pretendia obter;

— Linhas horizontais combinadas com oblíquas (Est. IV, figs. 8 e 9 e Est. VI, figs. 47 e 48);

— Linhas quebradas combinadas com feixes de linhas paralelas (Est. IV, fig. 10 e Est. VI, fig. 45);

— Linhas paralelas, cruzadas obliquamente com outras paralelas (Est. IV, fig. 11 e Est. VI, fig. 49);

— Alinhamentos de incisões oblongas e profundas, preenchidas com substância branca para dar realce ao conjunto decorativo. A zona assim decorada está dividida por uma incisão linear de outra zona sem decoração (Est. IV, fig. 13 e Est. VI, fig. 50).

A aplicação de pasta branca a fazer realçar incisões pode notar-se em alguns exemplares da cerâmica da cultura espanhola das «grutas» e da cerâmica campaniforme, embora haja quem atribua o facto ao depósito de substâncias calcárias resultante da natureza química dos terrenos, se estes forem calcários ou gipsosos (1).

Salientamos, no entanto, que nenhum outro fragmento de cerâmica, decorada ou não, proveniente de Parede nos aparece com tais incrustações. Alguns têm agregada uma matéria avermelhada ou castanha-escura, quase incorporada na pasta da cerâmica, nas zonas decoradas ou não; o mesmo se vê em algumas peças de sílex e de quartzo. Só no fragmento em questão e só nas incisões oblongas (não em todas, porque se teria desagregado em algumas) se pode observar a referida substância branca, o que nos leva a ter como muito provável que resulte de intenção decorativa e não do acaso.

A propósito de um vaso campaniforme proveniente de Alapraia, cujas incisões estão preenchidas com «uma substância branca calcária», Eugénio Jalhay e Afonso do Paço (2) emitem

(1) Alberto del Castillo — *La Gran Cultura Hispánica del Pleno Eneolítico: El Vaso Campaniforme*. Capítulo III da «História de España». Tomo I. Madrid, 1947. Pág. 604.

(2) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — Obra citada: *A Gruta II... etc.* Pág. 136.

opinião também favorável à origem intencional do facto, manifestando, como nós, estranheza por aparecerem numa mesma estação vasos com tais incrustações e outros não.

Determinado tipo de cerâmica de pasta negra característica da cultura de «Tasa» (Egito), também apresenta decoração constituída por incisões preenchidas com pasta branca. Parece que, neste caso, (desenhos a branco sobre fundo negro) é evidente o propósito de fazer sobressair a decoração (1). É curioso notar, ainda, que os motivos lembram aqueles que se vêem com frequência na cerâmica eneolítica da Península Ibérica (motivos geométricos dispostos em zonas, tais como, feixes de linhas horizontais paralelas, linhas em ziguezague, etc.), mas, não haverá ainda elementos que permitam estabelecer relacionamento directo entre as cerâmicas citadas (2) cujas decorações apresentam, no entanto, duas semelhanças flagrantes.

B — ESPÓLIO LÍTICO.

Silex — 10 fragmentos de lâminas simples de secção triangular e trapezoidal (Est. V, figs. 21 a 26 e Est. VI, figs. 34 a 39);

— 2 raspadores (Est. VI, fig. 33);

— Vários fragmentos de núcleos (Est. VI, fig. 32) e outros pequenos fragmentos de artefactos indefinidos.

(1) V. Gordon Childe — *L'Orient Préhistorique*. «Bibliothèque Historique». Paris, 1935, pág. 60. «... les gobelets tasiens sont décorés de lignes incisées remplies de pâte blanche qui font ressortir la décoration».

(2) V. Gordon Childe — Obra citada: *L'Orient Préhistorique*, pág. 61. «... en Europe Occidentale apparaissent des vases identiques... cependant... nous hésiterons à établir entre les uns et les autres une relation directe».

Quartzo — 2 raspadores (Est. V, fig. 27 e Est. VI, fig. 31).

Diorite e anfibolite — 1 machado de secção transversal rectangular fragmentado ($9,5 \times 5,7 \times 3,6$) tendo servido posteriormente de percutor (Est. V, fig. 20 e Est. VI, fig. 30);

— Vários fragmentos de outros instrumentos de pedra polida, destacando-se um pela perfeição do polimento.

Grés — Uma pequena mó manuária;

— Um fragmento de polidor de contorno trapezoidal e secção rectangular.

Ardósia — Um fragmento espesso, com evidentes sinais de afeiçãoamento, talvez resíduo de fabricação das placas de ardósia usadas como ídolos ou amuletos. Já vimos peças deste tipo mais completas, no espólio proveniente de Cova da Moura, que se encontra no Museu de Torres Vedras.

Outras rochas duras — Alguns percutores e bastantes seixos rolados de diversas dimensões com sinais de uso.

C — ARTEFACTOS DE OSSO.

Um utensílio partido. A extremidade existente foi arredondada e boleada. Desconhecemos qual teria sido a sua aplicação (Est. V, fig. 28 e Est. VI, fig. 40).

D — ESPÓLIO OSTEOLÓGICO.

Na camada arqueológica, encontrámos, em vários locais, alguns fragmentos de ossos muito corroídos. O seu estado de conservação não permitiu que identificássemos as espécies a que

pertenceram. É de supor sejam restos de alimentos já que nenhum dos fragmentos nos parece ter pertencido a osso humano.

A este respeito, mantemos, porém, a maior das reservas, atendendo à alteração de conceitos sobre a natureza da estação que produziria o aparecimento de ossos humanos, surpresa que, assim como muitas outras, poderá resultar da exploração total da camada.

E — ESPÓLIO MALACOLÓGICO.

A camada arqueológica vista de topo, ofereceu-nos, como vimos, espólio escasso.

O mesmo, porém, não se pode dizer relativamente aos abundantes restos de moluscos que pudemos recolher.

Evidentemente, não nos referiremos a achados superficiais que poderiam resultar de factos não relacionados com os restantes achados (recordemos que as casas da «Parede Velha» estão bem próximas) mas sim aos que fizemos, na camada arqueológica, junto às pedras que podem ter pertencido às cabanas arruinadas, de mistura com cerâmica, sílex, etc.

As conchas, ou seus fragmentos, que conseguimos identificar (alguns fragmentos são muito pequenos ou estão muito alterados) são dos moluscos univalvos e bivalvos dos seguintes géneros:

a) *Univalvos*:

Triton; *Ranella*; *Trochus*; *Trochocochlea* (bastantes exemplares);
Purpura; *Patella* (bastantes exemplares).

b) *Bivalvos*:

Pecten; *Tapes*; *Mytillus* (bastantes exemplares).

Os moluscos, cujas conchas inteiras ou fragmentadas apareceram em maior quantidade, são aqueles que presentemente mais abundam nas praias próximas, fáceis de apanhar na baixa-mar, os do género *Patella* (lapa) e *Mytilus* (mexilhão) fixos às rochas e *Trochocochlea* (burrié ou caramujo) sobre as rochas e sobre as algas.

Nenhuma concha ou seu fragmento apresenta perfuração ou vestígio de qualquer trabalho. Assim, não admitiremos que tenham pertencido a objectos de adorno. Deve, portanto, tratar-se de restos de alimentos, hipótese que é reforçada pela grande quantidade de exemplares encontrados e pelo facto de se verificar que todos os moluscos identificados são de espécies comestíveis.

IV — Conclusões

A grande extensão da camada arqueológica (assim nos pareceu em 1953 — Veja-se «Condições de jazida») e a regular distribuição do espólio na parte visível dessa camada, principalmente o facto de termos observado em corte, num dos taludes, aspectos característicos de «fundos de cabana», são elementos que nos permitem ter como provável tratar-se de restos de um povoado.

Talvez seja prematuro, dispondo de tão escassos materiais e de outros insuficientes indícios, estabelecer a cronologia da estação. No entanto, não podemos desde já deixar de notar a feição eneolítica da maior parte da cerâmica ornamentada que encontramos.

Assim, as decorações a linha incisa contínua, formando motivos geométricos (Est. IV, figs. 8 a 11 e Est. VI, figs. 45, 47 a 49), são típicas da cerâmica proveniente das estações portuguesas consideradas eneolíticas, embora nos apareçam até em estações da idade do ferro como acontece, por exemplo, no Castro da

Penha (Guimarães) (1). Portanto, a cerâmica de Parede com estas decorações não será, pelo menos, de épocas anteriores à eneolítica uma vez que, em tais épocas só é conhecida (na Península) cerâmica com decorações semelhantes na cultura central das grutas (2).

Por sua vez, os bordos denteados (Est. IV, figs. 3 e 4 e Est. VI, figs. 41 e 42) género decorativo que, na opinião de alguns arqueólogos, denotará uma influência da cerâmica com relevos da cultura eneolítica central da Península (3), é abundante, como já referimos, em estações portuguesas consideradas eneolíticas, tais como: Alapraia (3), Olelas (4), Negrais (5), Licêa (6) e Montes Claros (7).

Notemos ainda que a decoração constituída por ponteados profundos cheios de substância branca, que em Parede é evidente

(1) A. A. Mendes Corrêa — *A Lusitânia Pré-Romana*, em «História de Portugal». Barcelos, 1928, pág. 128 do vol. 1 — 2.^a gravura.

(2) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — Obra citada: *A Gruta II... etc.* Pág. 131: «Nos períodos imediatamente anteriores ao eneolítico só a cerâmica da cultura central das grutas aparece com os seus enfeites em relevo ou incisos»

(3) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — Obra citada: *A Gruta II... etc.* Págs. 135 e 136.

(4) Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão — *O Castro eneolítico de Olelas — Breve notícia* — Porto, 1951, pág. 23.

(5) Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente — *Note Préliminaire sur la Station énéolithique de Negrais*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas. Cap. III. c) «Céramique».

(6) Carlos Ribeiro — *Notícia de algumas Estações e Monumentos Prehistóricos: I — Notícia da Estação Humana de Licêa*. Lisboa, 1878, pág. 46.

(7) Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro — *Estação Pré-histórica de Montes Claros — Monsanto*. Separata dos n.ºs 20 e 21 da «Revista Municipal». Lisboa, 1945, pág. 16.

num fragmento (Est. IV, fig. 13 e Est. VI, fig. 50), aparece também em Vila Nova de S. Pedro ⁽¹⁾, estação que cronologicamente se situa entre o Bronze I avançado e possivelmente o Argárico. Em Alapraia — necrópole eneolítica — também um vaso campaniforme apresenta incrustações de substância branca, mas preenchendo incisões de diferente tipo ⁽²⁾. Palmeira e Ciempozuelos também oferecem exemplos desta técnica decorativa.

Parece, portanto, fundamentada a razão por que não nos repugna considerar de tipologia eneolítica a cerâmica decorada da estação de Parede. Algumas espécies definidas por pastas (pastas finas de vasos com paredes delgadas e sem decoração; Est. VI, fig. 55) e perfis (perfis carenados; Est. IV, figs. 14 a 16 e Est. VI, figs. 56 a 58) que não nos falaria em tal época (eneolítica), não prejudicam os sintomas predominantes que são as decorações que salientámos.

Mas, há que justificar a razão de tal variedade de tipos de cerâmica. Mesmo carecendo, por enquanto, de provas estratigráficas, admitiremos que o facto resulta do local ter sido habitado em diversas épocas pré-históricas, e até na proto-história se forem tão pouco arcaicos quanto nos parecem alguns dos exemplares cerâmicos.

A pobreza de formas dos restantes materiais — de sílex, apenas poucos raspadores e lâminas de secção triangular e trapezoidal — quase nada nos diria se os apreciássemos isoladamente. A seu respeito só poderemos comentar que não destoam

(1) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *El Castro de Vilanova de San Pedro*. Madrid, 1945, pág. 56. — «Dan asunto para decoracion también los puntillados profundos (fig. 7 num 15, 19 y 20) rellenos a veces de una sustancia blanca que produce efecto excelente».

(2) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — Obra citada: *A Gruta II... etc.* Pág. 136.

do aspecto predominantemente eneolítico da cerâmica, especialmente o machado (Est. V, fig. 20 e Est. VI, fig. 30) cuja secção transversal sub-rectangular denota uma forma um tanto evoluída para que possa ser artefacto de época anterior.

Sobre o modo de vida dos habitantes do provável povoado, apenas possuímos elementos que nos permitem vislumbrar — tendo em consideração o abundante espólio malacológico — que as espécies de moluscos fáceis de apanhar nas praias próximas constituiriam a base da sua alimentação.

Todas estas conjecturas poderão ser confirmadas ou corrigidas quando se proceder ao estudo da camada arqueológica que se encontra no terreno situado junto à Rua Bernardim Ribeiro e que pertence à Câmara Municipal de Cascais. Estamos certos de que, antes da construção da escola, não se perderá a possibilidade de colher toda a documentação que esse extracto contém, muito especialmente o que houver a registar sobre estratigrafia.

*

* *

O que sabemos acerca da estação de Parede, não é muito, como se vê. Pouca luz projecta ainda sobre os vários problemas relativos à época a que com bastantes probabilidades pertence. De momento e a serem fundamentadas as nossas deduções sobre cronologia, o achado da estação é apenas mais uma prova do intenso povoamento das regiões vizinhas da foz do Tejo na época eneolítica, que era então um dos mais importantes pontos de convergência das vias marítimas, fluviais e terrestres da Península Ibérica (1), onde se teriam permutado principalmente

(1) V. Gordon Childe — *L'Aube de la Civilisation Européenne*. Paris, 1949, pág. 301. «A Alapraia, sur l'estuaire du Tage, et à Palmella, plus loin au Sud,

os metais ⁽¹⁾ ou existentes no local — o ouro ⁽²⁾ — ou provenientes de regiões próximas — o estanho ⁽³⁾ — pelos produtos manufacturados trazidos directa ou indirectamente das suas origens pelos povos navegadores do Mediterrâneo representantes de culturas mais evoluídas ⁽⁴⁾.

Abril de 1955.

de telles tombes forment des cimetières réguliers, contigus à des communes fortifiées au sommet des collines comme à los Millares. Comme ceux d'Almería, d'Andalousie, d'Algarve, ces cimetières se trouvent en des points centraux où aboutissent routes terrestres et maritimes».

(1) V. Gordon Childe — Obra citada: *L'Aube... etc.* Pág. 306. «Ils... (colonos provenientes do Mediterrâneo)... auraient fondé sur les côtes Atlantiques un établissement servant de base à leurs recherches de pierres précieuses et de métaux.

(2) Alberto del Castillo — *La Gran Cultura Hispánica del Pleno Eneolítico*. Tomo 1 da «História de España». Madrid, 1947, pág. 633. «...asi como otro metal que ellos (os ibéricos occidentais) tienen: el oro».

(3) Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão — Notícia citada: *O Castro Eneolítico de Olelas*. Págs. 12 a 15.

(4) V. Gordon Childe — Obra citada: *L'Aube... etc.* Pág. 306.

Colonos provenientes não de um centro conhecido do Mediterrâneo Oriental, mas de uma metrópole secundária da África do Norte, equiparável a Cartago em época posterior, teriam sido ajudados pelos almerienses «à poursuivre leur marche jusqu'au Portugal, riche en ressources métalliques».

ESTAÇÕES ENEOLÍTICAS DO CONCELHO DE CASCAIS

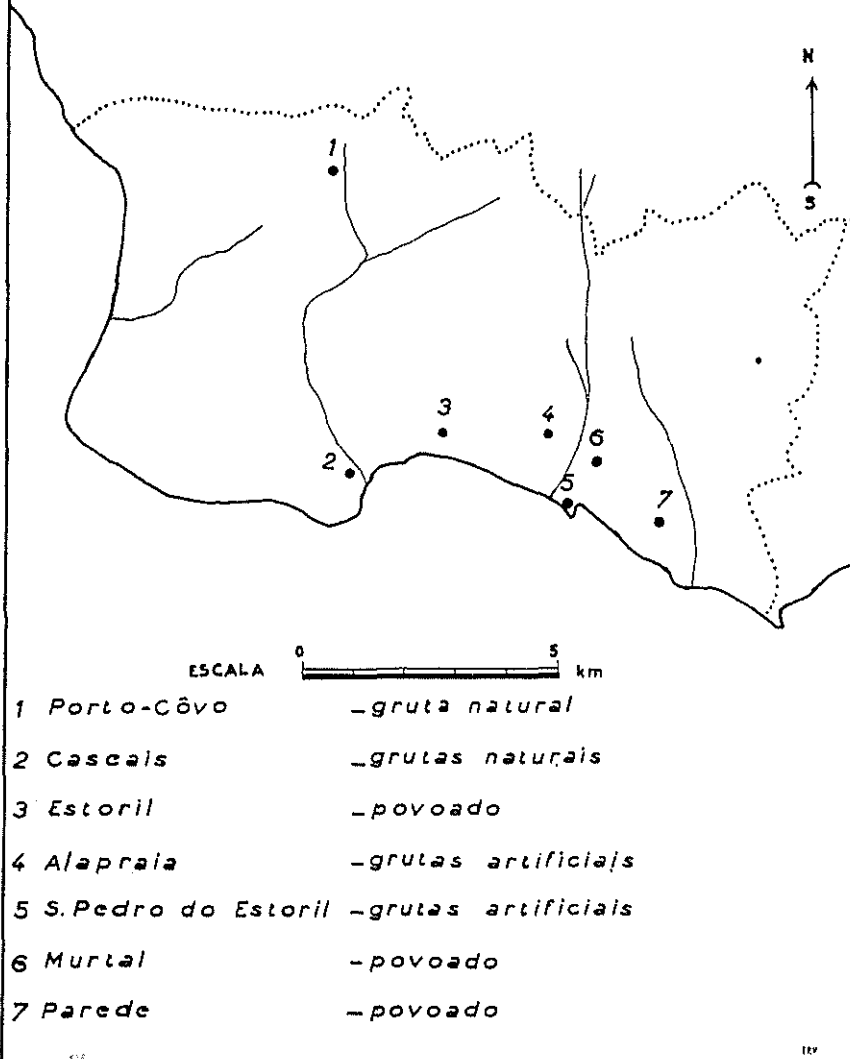


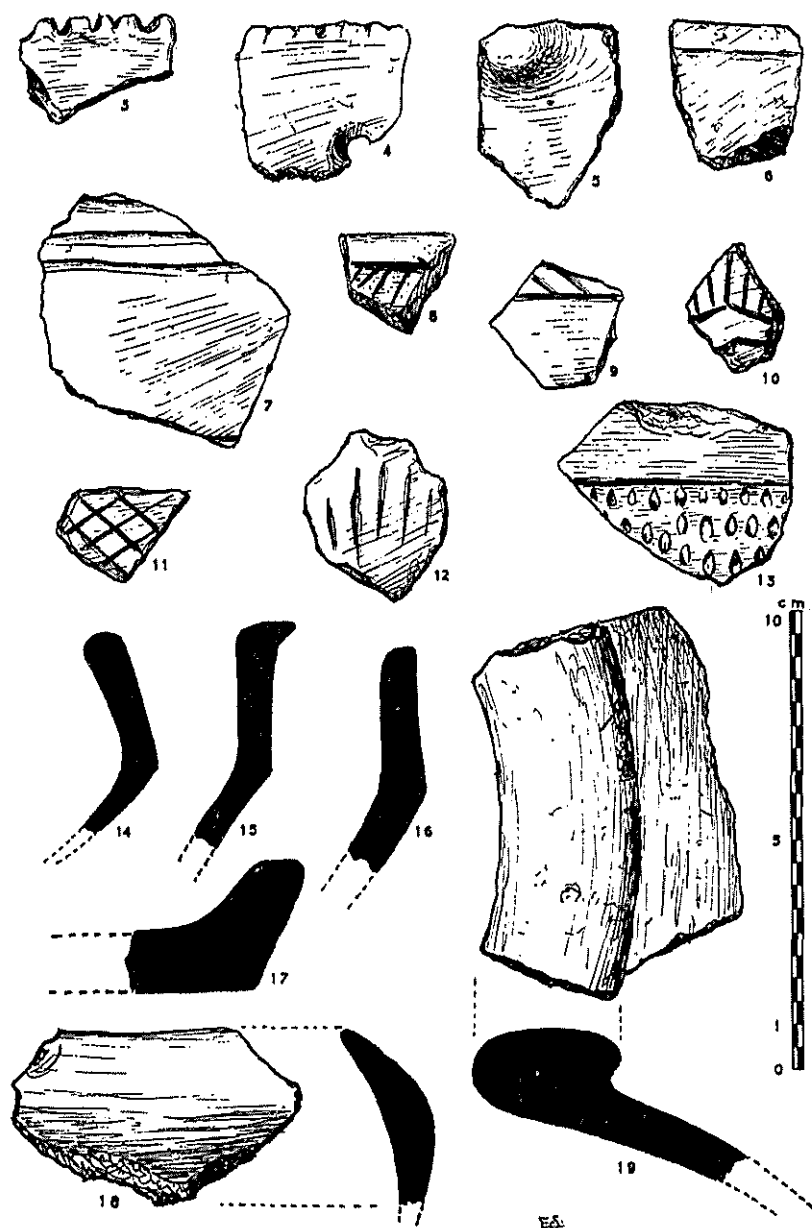




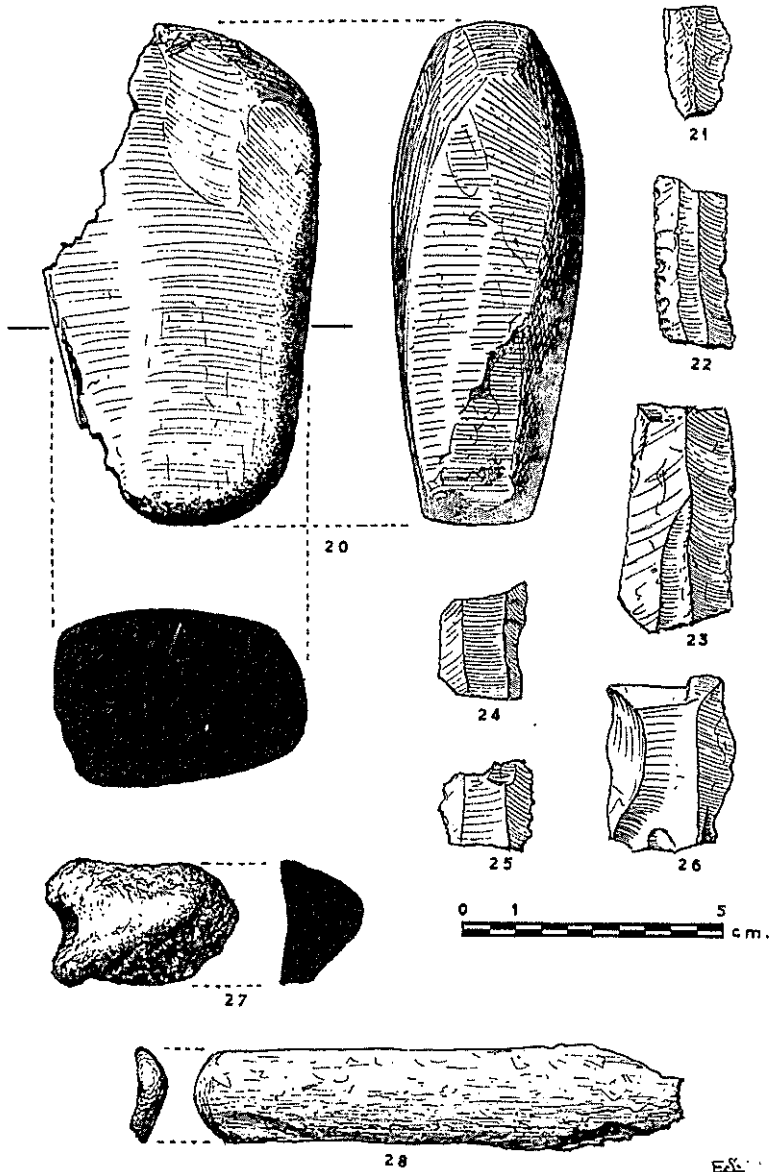
Fig. 1 — Locais — assinalados pelas setas brancas — onde apareceram os primeiros materiais arqueológicos.



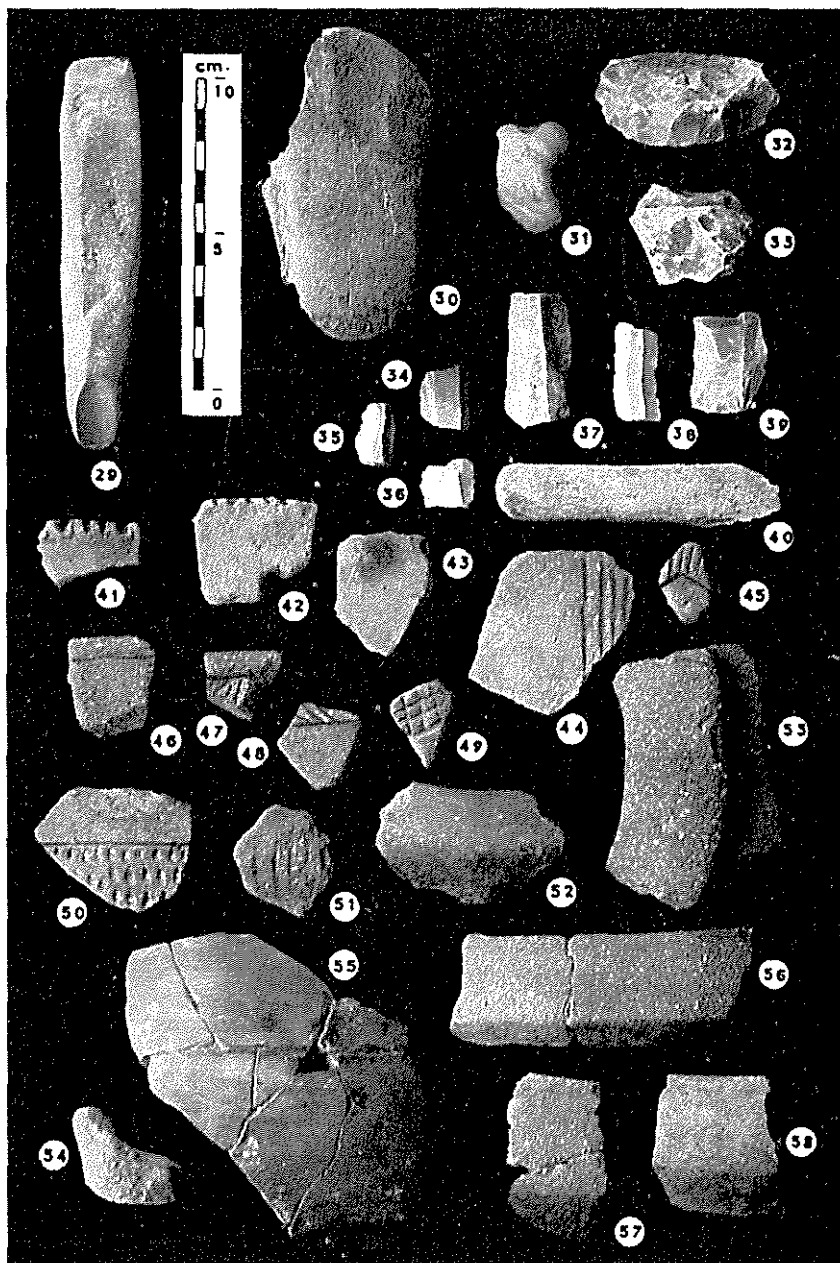
Fig. 2 — Talude N.E. do terreno da Câmara onde se pode observar a camada arqueológica (entre traços brancos).



3 e 4 — Bordos denteados; 5 — Mamilo; 6 a 12 — Cerâmica com decoração incisa; 13 — Cerâmica decorada com incisões preenchidas com pasta branca; 14 a 16 — Peris carenados; 17 — Corte de fragmento de um prato; 18 e 19 — Exemplos de bordos.



20 — Machado que serviu de percutor; 21 a 26 — Lâminas de sílex; 27 — Raspador de quartzo; 28 — Fragmento de um instrumento de osso.



29 — Goiva encontrada nos arredores de Parede; 30 a 58 — Materiais arqueológicos encontrados nos taludes dos arruamentos do Bairro Octaviano e de um caminho a leste.

O Castro de Carvalhelhos

POR

J. R. dos Santos Júnior

Ao Senhor Eng.º Gomes da Silva,
ilustre Director-Geral dos Edifícios
e Monumentos Nacionais, em home-
nagem às suas notáveis qualidades
de organizador.

O. D. C.

Carvalhelhos é uma aldeia barrosã que faz parte da freguesia de Beça, concelho de Boticas; assenta na vertente leste da Serra das Alturas de Barroso, a cerca de 800 m de altitude; fica a 27 km de Chaves, para sudoeste.

A uns 400 a 500 m da aldeia ficam as Caldas Santas de Carvalhelhos, cujas águas, justamente afamadas, são bem conhecidas pelas suas notáveis qualidades terapêuticas.

Na estância termal de Carvalhelhos fiz, em 1950, uma estadia de duas semanas.

Um domingo, descia a pé o caminho que vem de Lavradas para Carvalhelhos, olhei à esquerda e vi, um pouco abaixo, num cabeço sobranceiro à estância, um alinhamento de pedraria que me pareceu muralha «esbarrulhada».

Fui ver aquilo de perto.

A primeira impressão confirmou-se. Tratava-se dum castro com a muralha quase toda derrubada e com seus fossos defensivos ainda bem patentes.

Em visitas ulteriores encontrei restos dum ouriçado de pedras espetadas na terra que constituem mais uma linha de defesa, a qual, muito provavelmente, devia ter existido pelo menos a todo o comprimento do primeiro fosso ou fosso exterior.

Conhecia este reforço defensivo de pedras fincadas em alguns castros do leste trasmontano, nos concelhos de Mogadouro e de Miranda do Douro. A existência dum tal ouriçado de pedras conferia ao castro um certo interesse. Quando mais não fosse pela sua situação, tanto a ocidente dos castros do leste de Trás-os-Montes, onde tinha visto este reforço defensivo.

Resolvi fazer pesquisas sumárias de exploração no recinto castrejo onde me pareceu existirem casas circulares.

O meu desejo foi satisfeito graças à colaboração logo prestada pelo Sr. D. Francisco Gonzalez, director da Empresa das Águas de Carvalhelhos que, prontamente, cedeu ferramentas e algum pessoal.

O inteligente interesse que o Sr. D. Francisco Gonzalez manifestou pelas ruínas do castro foi, digamos, *primum movens* de todos os trabalhos que se seguiram.

No ano de 1951 fizeram-se as primeiras escavações, na semana de 24 a 29 de Setembro, quase sempre com 7 homens e 5 mulheres. As despesas com o pessoal foram feitas pela Empresa das Águas de Carvalhelhos, que merece justos encómos pelo acordo na valorização do velho monumento arqueológico sobranceiro à sua fonte termal.

Nesse mesmo ano de 1951 tivemos a satisfação de ver o castro classificado como «imóvel de interesse público». (Decreto n.º 38.941 de 6 de Novembro de 1951).

Seguiram-se outras campanhas de escavação feitas com pessoal pago pela Empresa e com pequenas verbas concedidas pelo Sr. Prof. Doutor Mendes Corrêa, Presidente do Centro de Estu-

dos de Etnologia Peninsular e Director do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

Este ano, de 1957, graças a um subsídio atribuído pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais (Ministério das Obras Públicas) puderam fazer-se alguns trabalhos de certo vulto na reposição das pedras caídas na base das muralhas, trabalhos que muito valorizaram este pequenino mas muito interessante castro.

Dada a sua situação, apenas a uns 500 m da estância termal, e a facilidade de acesso, o castro é visitado, em cada ano, por uns centos de aqvistas que frequentam aquela estância crenoterápica barrosã.

Portanto, a par do seu interesse puramente arqueológico, o castro tem, igualmente, um relativo interesse turístico: será tanto mais educativo quanto mais visitado for.

A suas Excelências os Senhores Eng.º Arantes e Oliveira, ilustre Ministro das Obras Públicas, e Eng.º Gomes da Silva, ilustre Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, não quero deixar de, neste momento, testemunhar o meu agradecimento pela concessão da verba que permitiu dar um grande impulso aos trabalhos de reposição do *Castro* na sua feição primitiva.

A concessão do subsídio pelo Ministério das Obras Públicas é mais uma prova, a juntar a tantas outras, da inteligente preocupação do Governo na valorização do nosso património histórico e artístico (1).

(1) A Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais há já alguns anos que tem concedido verbas para explorações arqueológicas no norte de Portugal, nas citânias de Briteiros (Guimarães e na de Sanfins) (Paços de Ferreira), explorações dirigidas pelos distintos arqueólogos Coronel Mário Cardoso e Tenente-Coronel Afonso do Paço.

*

* *

Os castros são conhecidos por muitos nomes vulgares (1). *Castro*, *crasto* ou *castelo dos mouros* são, seguramente, as três designações mais frequentes. *Citânia* é o chamamento geral para os castros de grandes dimensões. Mas há outros muitos nomes populares, a saber: *casal dos mouros*, *casalico*, *casarelhos*, *casicas*, *casildro*, *casinhas*, *castelares*, *castelejo*, *castelejão*, *casteloso*, *castelinho*, *castiêlho*, *castilejo*, *castilhão*, *castragosa*, *castralheira* ou *castralheiras*, *castralhouço*, *castrelinhos*, *castrelos*, *castrelhão*, *castrilhão*, *castrilhouço*, *castrobuço*, *cêrca*, *cêrca dos mouros*, *cidadeilha*, *cidadonha*, *cigadonha*, *ciranelha*, *couto dos mouros*, *coroa*, *crestelo* ou *crestelos*, *crestim*, *cristelo*, *feira dos mouros*, *muro*, *muradal*, *escantralhouço*, *toural dos mouros*.

Um castro é um recinto muralhado assente quase sempre no topo dum cabeço com naturais condições de defesa, que se reforçavam com uma ou mais fiadas de muralhas (a citânia de Briteiros, p. ex., tem três), um ou mais fossos e, por vezes, um ouriçado de pedras fincadas, que muito dificultaria a marcha quer do homem quer dos cavalos.

As muralhas delimitam o espaço onde se erguiam as casas.

Quase sempre na proximidade dum rio, ribeiro ou confluência de cursos de água, os povoados castrejos podem considerar-se a expressão topográfica ou geográfico-cultural dum estilo de

(1) São muitos os nomes pelos quais o povo das diferentes regiões ou províncias designa os castros. Só em «terra de Miranda», leste trasmontano, graças aos informes do grande mirandês e distinto etnógrafo Reverendo P.^e António Mourinho, registei as seguintes: *castro*, *castelo*, *castiêlho*, *castralhouço*, *castralheiras*, *escantralhouço*, *casal dos mouros*, *casildro* e *casalico*.

vida que durou pelo menos 1000 anos (séc. VIII a. C. até ao II-III depois de Cristo) e teve o seu apogeu na II idade do ferro (post-halstático) nos 3 séculos antes de Cristo e nos primeiros da nossa era.

Nos castros, como escreveu o Prof. Mendes Corrêa (1), floresceu «uma cultura indígena primitiva, que antes foi também mais ou menos celtizada».

As sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base extreme, em que entroncou sólida e firme a nacionalidade portuguesa. Por isso os castros deviam ser considerados imóveis de interesse público. Convenientemente escolhidos, deviam ser escavados uns 6 ou 7 em cada distrito, sob orientação científica segura, procurando, tanto quanto possível, repô-los na sua feição primitiva a coberto da fúria destruidora dos ladravazes da pedra e da obstinada e louca mania dos, não menos furiosos, pesquisadores de tesouros.

Nos castros implantam-se velhas raízes da nacionalidade portuguesa.

E assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo e do mais são.

O castro e a sua localização

Como já disse, o castro fica no cimo dum cabeço sobranceiro à estância termal de Carvalhelhos e dela distante uns escassos 500 m (Fig. 1). O cabeço, para os lados norte, nascente e sul, tem vertentes mais ou menos empinadas, que formam uma espécie de

(1) Mendes Corrêa — *Os povos primitivos da Lusitânia* (Geografia, Arqueologia, Antropologia). Porto, 1924, 390 págs. e 32 figs.; citação na pág. 301.

esporão abraçado pelo ribeiro ⁽¹⁾ que lhe corre no sopé e o separa da encosta fronteira, também fortemente empinada. Do lado

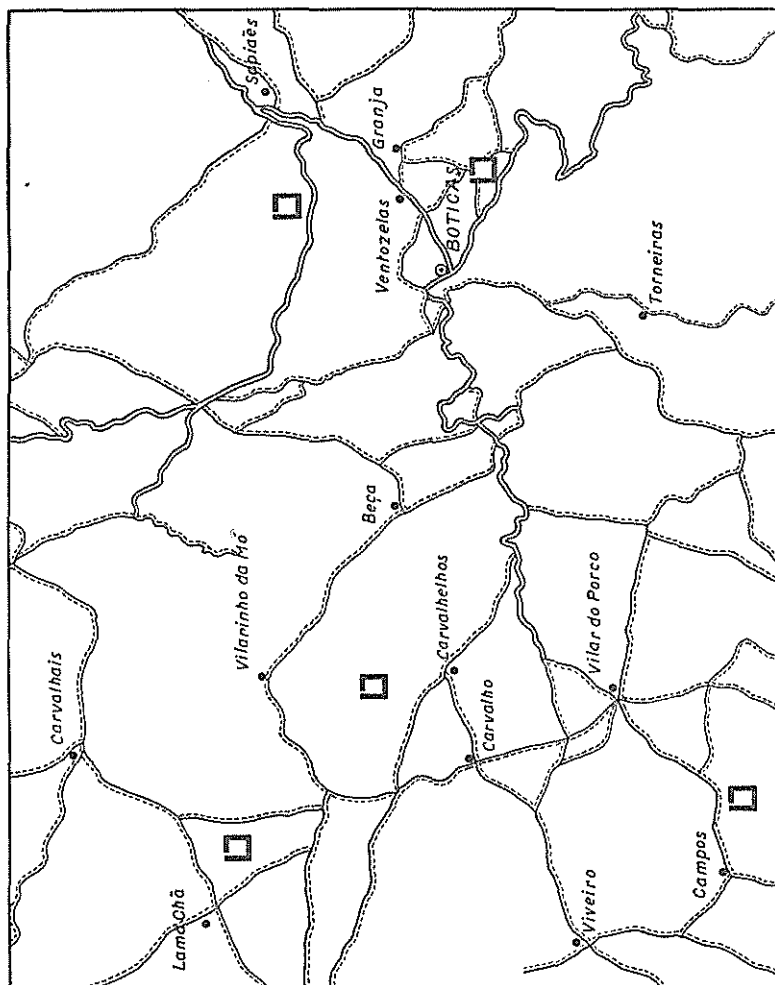


Fig. 1 — Carta da região de Boticas localizando os 5 castros de que tive conhecimento, e 4 dos quais já percorri em exploração sumária.

(1) O ribeiro, a cerca de 2 km abaixo, vai desaguar no rio Beça; na porção junto do castro tem o nome de ribeiro do crasto; para cima toma o nome de ribeiro dos meãos; para baixo, primeiro, o de ribeiro das caldas e, em seguida, o de ribeiro das lameiras.

poente, ou, melhor, sudoeste, o cabeço entronca na ladeira que, embora em pendor suave, o domina. Este é o lado de mais fácil acesso. Por isso mesmo a linha de defesa foi ali reforçada com fossos, que os esquemas da fig. 2 e as fotografias das figs. 7 e 8 bem mostram, e com o curiçado de pedras fincadas, a que adiante faremos especial referência.

O cabeço é conhecido na região pelo nome de «crasto» ou «couto dos mouros».

O recinto muralhado cimeiro é arredondado e os seus diâmetros, cortando-se sensivelmente a meio, medem respectivamente 51^m e 42^m,50.

Estado de conservação aquando da primeira visita

No ano de 1950, em que pela primeira vez percorri o castro, a não ser uma pequena porção da muralha do lado de leste, ou, melhor, sudeste, em que se podia ver o «opus incertum» primitivo, tudo o mais eram ruínas. Esta pequena porção íntegra da muralha tinha uma extensão de uns 10 m e uma altura que, consoante os sítios, ia de 90 cm a 1,20 m (Fig. 18).

O resto estava totalmente desmoronado. O alinhamento das muralhas era marcado por enorme amontoado de pedras soltas (Figs. 10 e 11). Era de supor que aquele cordão de pedregulhos, com largura que nalguns sítios ia a mais de 6 metros, estivesse a tapar a base da muralha e esta conservada em tal estado que nos pudesse dar indicações precisas quanto ao seu alinhamento, largura, material e tipo de construção.

Arredei algumas pedras e verifiquei que assim era, pelo menos nos sítios onde procedi a este trabalho de pesquisa.

Os fossos estavam em parte atuídos.

No rebordo do fosso exterior viam-se pequenas áreas de

pedras espetadas no chão formando ouriçado defensivo. Por entre estas pedras cresciam urzes (1), carqueja (2) e margaça (3). Dentro da muralha, na porção sudoeste correspondente ao lombo do cabeça, eram patentes as ruínas de pelo menos duas casas circulares e uma casa rectangular. Todas com depressão umbilical a meio, indicadora de terem sido escavadas por desenfreados pesquisadores de tesouros. Tudo na maior parte encoberto por velhas urzeiras ou torgueiras. Nesta porção sudoeste, o alinhamento de pedras soltas atingia grande largura e uma altura de quase 3 metros, depois inflectia quase em ângulo recto, para seguir em direcção nor-nordeste paralela ao maior diâmetro do castro e ao eixo do esporão em que o mesmo assenta.

Precisamente no lombo, e no sítio onde a muralha interior inflectia para seguir a direcção referida, entestava o esbarrulhado duma segunda muralha a que podemos chamar muralha exterior. Esta segunda muralha, logo a seguir à sua origem, encurvava para nor-nordeste e seguia encosta abaixo quase paralela à muralha interior, dela separada por uma distância de cerca de vinte metros (Fig. 2).

Escavações

Campanha de 1951. — A primeira campanha de trabalhos no castro foi feita em 1951, no mês de Setembro. Pesquisei com cui-

(1) Ali há duas espécies de urzes. A uma chamam urzeira ou urze-torgueirinha é a *Erica cinerea* Lin., com raiz muito desenvolvida e fortemente lenhosa. À raiz dão o nome especial de *torgo*, que é, frequentemente, utilizada para fazer carvão e muito apreciada como lenha.

A outra urze é a *Erica umbelata* Lin., a que chamam queiroga.

(2) A carqueja é a *Genistella tridentata* Samp.

(3) A margaça-branca ou «margaço-branco» é o *Halimium scabrosum* Samp.

dado o contorno da muralha interior. Do lado nordeste, junto de grandes blocos de granito, um dos quais é designado por cavalo

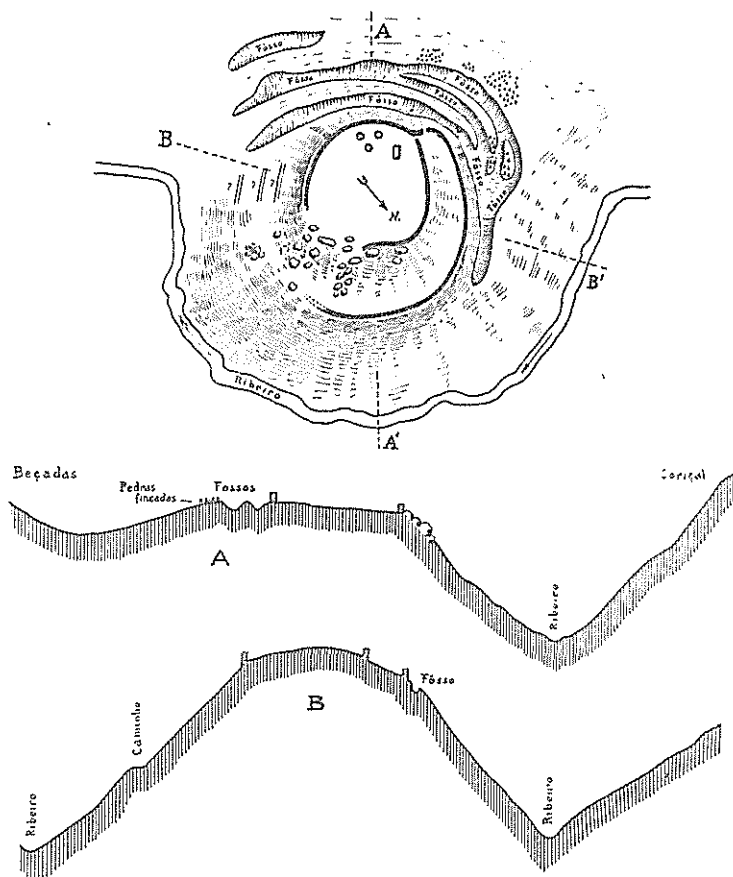


Fig. 2 — Esquema do castro assente no esporão abraçado pelo ribeiro. Em baixo: A, corte segundo AA'; neste corte, e na ladeira para o ribeiro, não marquei a muralha anterior que ali parece constituir antes um degrau ou parapeito; B, corte segundo BB'.

dos mouros, encontrei uma passagem em rampa, iniciando a descida para o ribeiro. Talvez possa ser uma porta, chamemos-lhe assim, que, por ficar sobranceira ao ribeiro, podemos

designar por porta da água. O estado de extrema ruína da muralha até ao rés-da-terra não permitia mais do que verificar a existência dessa saída ou porta.

Na semana de 24 a 29 de Setembro fizeram-se escavações com 12 pessoas (7 homens e 5 mulheres).

As despesas do pessoal foram feitas pela Empresa das Caldas Santas de Carvalhelhos, a quem testemunho, mais uma vez, os meus agradecimentos e louvor, pelo inteligente interesse que pôs no caso. O agradecimento e louvor merece-os em especial o sócio-gerente da Empresa Sr. D. Francisco Gonzalez pelas facilidades concedidas quer em pessoal quer em material tal como picaretas, sacholas, pás, cirandas, etc.

Coadjuvou os trabalhos o assistente da cadeira de Urbano-logia da Escola de Belas Artes do Porto, Arquitecto José António Sequeira Braga (Aldão), que acompanhou com entusiasmo os trabalhos em curso.

O grande interesse pelas pesquisas arqueológicas manifestado pelo Arquitecto Sequeira Braga pode considerar-se como um lampejo hereditário; é que este architecto é segundo-sobrinho do grande arqueólogo Martins Sarmiento.

Nesta campanha fez-se a desobstrução dum pano de muralha da zona sul, cuja base foi posta a descoberto numa extensão de cerca de 50 m, depois de remover muitos metros cúbicos de pedregulho e cascalheira. Na zona sudoeste procedeu-se à escavação do recinto castrejo. Isolaram-se três casas circulares e uma rectangular, que vão indicadas na fig. 4.

No segundo alinhamento da muralha derruída, ou muralha exterior, encontrei uma passagem, ou porta, com 88 cm de largura pelo lado de fora e um pouco menos pelo lado de dentro (Fig. 3). Os cunhais desta passagem tinham, do lado de fora, as alturas de 80 cm de lado direito e um pouco menos de metade do lado esquerdo. Esta porta, ou passagem, tinha, nas entradas,

uma espécie de soleira feita de pedras pequenas alinhadas e travadas. A parte média desta passagem não era empedrada.

Nesta campanha de 1951 ainda se procedeu à escavação de cerca de metade duma casa circular que designei casa n.º 1 (Fig. 4).

O espólio da campanha de 1951 foi muito escasso, praticamente nulo. Em síntese, foi o seguinte :

Escórias — Apareceram algumas dezenas de fragmentos de escórias, uns maiores, outros menores, predominando os tamanhos que podemos comparar a bugalhos.

Minério de ferro — Na casa n.º 1 apareceram três pedacitos pequenos e um maior de minério de ferro (hematite). Três outros bocados grandes e 5 mais pequenos apareceram junto da muralha, entre esta e a casa n.º 2. Apareceu também um cristal de perite de ferro do tamanho da cabeça dum dedo (peritoedro ou dodecaedro rômbo).

Carvão — Quer dentro da casa n.º 1 quer no exterior apareceu bastante carvão, que parece ter sido feito da raiz da urzeira a que vulgarmente chamam torgo.

Moedas — Apareceram duas moedas recentes. Um vintém de D. Luís, encontrado na muralha, quando os obreiros deslocavam pedras da mesma para desobstruir a base. Outro vintém, este de D. Carlos, foi encontrado na ciranda que crivava a terra da zona circundante da casa rectangular.

Cerâmica — Encontraram-se escassos fragmentos de cerâmica. O maior de todos com apenas 6 cm de comprimento por 4,5 cm de largura. Os outros 15 fragmentos são todos menores.

Há 3 tipos de cerâmica, toda micácea e toda lisa, sem qualquer saliente ou estampado.

Um tipo, o mais abundante, é pouco espesso e de tonalidade escura. Um segundo tipo é também pouco espesso mas de tonalidade clara. O terceiro tipo, representado apenas por um fragmento, é de textura granosa, claro pela face interna e escuro pela face externa.

Campanhas de 1952 e 1953 — Nos meses de Agosto de 1952 e 1953, durante 10 a 15 dias em cada um destes anos, prosseguiram as escavações.

No ano de 1952 removeram-se as pedras do enorme amontoado que se via no alinhamento doombo, no sítio mais alto do castro, logo a seguir à passagem da muralha exterior que tinha descoberto no ano anterior.

Verifiquei que a muralha exterior, construída de xisto, se applicava de encontro a um redondo da muralha interior, esta feita de pedras de granito.

Tive também a sorte de deparar com a porta da muralha interior.

Neste ano de 1952 escavei as mamoadas que existem no monte do Coriçal, fronteiro ao castro e do outro lado do ribeiro. O povo chama às mamoadas «fornecos dos mouros» e acredita que era ali que eles coziavam o pão.

Do castro, e precisamente na crista do Coriçal, vêem-se duas mamoadas (Fig. 10). Mais abaixo, e logo à esquerda do caminho para Vilarinho da Mó, há mais duas separadas uma da outra cerca de 25 metros. Mais para baixo e do lado direito do caminho havia restos de outra, que pouco se salientava do terreno. Todas apresentavam depressão umbilical a meio, indicadora de violações praticadas pelos pesquisadores de tesouros. Em algumas notam-se ainda alguns esteios; uns em posição mais ou menos verti-

cal, outros tombados. O resultado da escavação foi escasso. Além de bastante carvão, alguns restos de cerâmica. Um deles, ornamentado, faz lembrar a técnica campaniforme. Alguns destes carvões e outros escavados no castro, mandei-os para a América do Norte, ao prezado Colega e Amigo Prof. Hallam L. Movius Júnior, para lhes ser feita a determinação do carbono 14. Esta não pôde, porém, fazer-se pelo muito serviço acumulado no respectivo laboratório.

É possível que a tivessem feito se eu conseguisse a verba necessária ao pagamento da mesma.

No ano de 1953 prosseguiram os trabalhos de remoção da pedra que, derruída, tapava a base da muralha.

Com a pedra tombada, refez-se a porta do castro bem como a muralha que a esta se seguia para o lado nordeste. Restaurou-se a muralha por fora e por dentro, numa extensão de 20 a 25 m e numa altura de 1 m a 1 m e meio.

Nestes anos, o pagamento dos obreiros foi à conta da Empresa das Águas de Carvalhelhos que continuou também a fornecer ferramentas, cirandas, etc.

Campanha de 1956 — No mês de Agosto de 1956, com subsídio concedido pelo Centro de Etnologia Peninsular, refizeram-se parte da muralha exterior derrubada pelos carreiros saltadores, bem como a porta do castro por eles também quase totalmente demolida para lhe arrancarem as pedras de granito dos cunhais. Ainda se pôs a descoberto a base duma porção da muralha interior, libertando-a da terra, pedras e cascalho que completamente a tapavam.

Campanha de 1957 — Em 1957 o Centro acima referido concedeu novo subsídio que permitiu alguns dias de trabalho no mês de Agosto.

Graças ao subsídio de sete mil escudos concedidos pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, pudemos, em três semanas de trabalho, no mês de Outubro de 1957, dar um grande avanço no arrumo da pedra derruída e reconstruir umas dezenas de metros de muralha. Refizeram-se mais de 80 metros de muralha, e descobriu-se uma série de rampas de acesso à mesma.

Refizeram-se ainda as duas casas redondas que tinham sido em grande parte vandálicamente destruídas pelos mencionados carreiros salteadores. Ao pôr a descoberto o alinhamento da muralha encontraram-se alguns escassos restos de cerâmica e uma fivela de metal, de que falaremos adiante.

Assalto às pedras do castro

Em Março de 1954 o Sr. D. Francisco Gonzalez escreveu-me a comunicar que um habitante de Carvalhelhos de nome Alexandre Alves se metera a fazer uma casa e que quatro carreiros ao serviço do mesmo, cada um com seu carro de bois, tinham ido ao castro buscar pedras e as tinham arrancado da muralha reconstruída e das casas redondas por nós descobertas, e em parte isoladas. Comuniquei superiormente o desvio das pedras e a vandálica destruição daquilo que com tanta despesa, gosto e carinho, tínhamos posto a descoberto e íamos procurando repor na sua feição primitiva.

O Alexandre Alves foi processado pela Fazenda Pública. Julgado em Chaves, não foi condenado a repor as pedras que, por vandalismo, estupidez, ignorância ou maldade, tinham sido retiradas do castro, «imóvel de interesse público» havia já dois anos (Decreto n.º 38.941 de 6 de Novembro de 1951).

A impunidade é um incentivo para os manhosos que sob a capa do «não sabia», do «não tinha conhecimento», vão fazendo destruições sucessivas (1).

Muralhas

Além da muralha do reduto castrejo há, do lado do poente, uma segunda muralha, a que chamamos muralha exterior, que, descendo pela encosta, inflecte em arco, para seguir ao lado e uns 25 a 30 metros abaixo da muralha do recinto cimeiro. Ainda não pude pesquisar o alinhamento preciso desta segunda muralha que possivelmente abrangerá o castro na maior parte do seu contorno.

Na encosta voltada a leste encontrei vestígios de três paredes, certamente alicerce de três linhas de muralhas. É assunto a apurar em nova fase de escavações. Um homem velho de Carvalhelhos diz que nesta encosta existiam 7 linhas de muralhas! Trata-se possivelmente dum exagero. É certo que há anos ali abriram uma pedreira onde (Fig. 7) durante alguns meses, arrancaram e talharam muita pedra de granito. Muito naturalmente estes trabalhos devem ter destruído quaisquer vestígios de muralhas que no local tivessem existido.

(1) Em Agosto de 1957 chegou-me a informação de que a importante estação de arte rupestre do Outeiro Machado, na Abobeira, perto de Chaves, tinha sido destruída em parte. A cobiça no tesouro que a lenda situa no penedo do Outeiro Machado, levou um vândalo a broqueá-lo e, a tiro, estilhaçar-lhe uma ponta. A mesma informação realçava a inteligente interferência duma pessoa da terra que não permitiu que a destruição prosseguisse. Não era de mais que o destruidor fosse obrigado a repor na posição primitiva os pedaços que os tiros fizeram saltar. Parece que tal reposição será possível e não difícil.

A espessura das muralhas é, em média, 2,50 m a 3 m. Apenas no topo redondo ou cubelo (?), junto da porta do castro, é que a muralha atinge 3,75 m de espessura (Fig. 3).

Altura das muralhas? É difícil dizer com segurança qual a altura que teriam primitivamente.

No lombro, no alinhamento noroeste-sudeste, a crista do esbarrulhado ainda ia a um pouco mais de 2 m de altura.

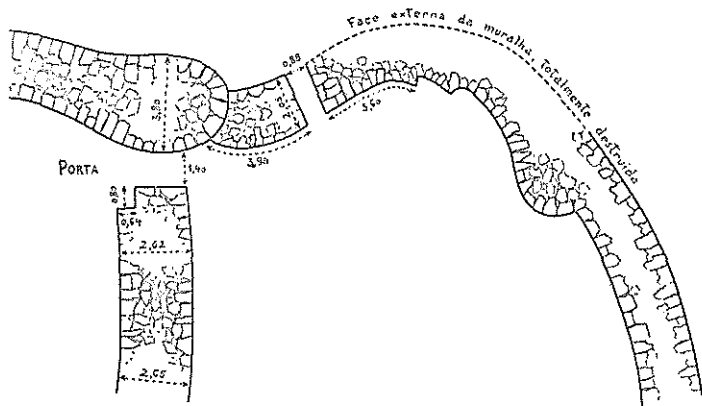


Fig. 3 — Porta do castro e passagem na muralha exterior.

Ali a muralha devia ter pelo menos essa altura, mas muito possivelmente mais.

Inquiri várias pessoas de idade e todas foram concordes nos seus informes quanto à grande altura que, em certos pontos tinham as muralhas há uns 25 ou 30 anos.

Um dos inquiridos, pedreiro que, em várias campanhas, tem trabalhado comigo no castro de Carvalhelhos afirmou: «Há 15 anos vim trabalhar para esta terra na minha arte. Todas as casas que neste tempo têm sido feitas em Carvalhelhos, algumas dez ajudei eu a fazê-las, a pedra foi quase toda daqui». Asseverou ainda que se lembra de a muralha ter entre 2 e 3 m

de altura no sítio do lombo; nalguns pontos talvez mesmo um pouco mais de 3 m.

A muralha, nas porções ainda milagrosamente conservadas imunes da fúria vandálica dos arrancadores das pedras, não é de construção aprumada, mas em ligeiro descaimento para dentro (Fig. 18). As pedras caídas junto da muralha foram repostas na mesma. Na reconstrução os pedreiros mantiveram o descaimento ou pendor averiguado nas porções íntegras.

A face exterior da muralha do recinto cimeiro era feita de granito, em pequenas pedras dispostas em «opus incertum», enquanto que pela face interior era feita de pedra de xisto, a que na região chamam piçarra.

Portas

Em 1951 descobriu-se a porta ou passagem na muralha exterior (Figs. 3, 16 e 17), e em 1952 a porta de entrada no recinto interior, inteiramente soterradas pela cascalheira esbozada das porções anexas da muralha derruída.

Uma e outra foram, em parte, destruídas pelos carreiros saltadores e tiveram de ser reconstruídas.

A porta do recinto interior, a que podemos chamar porta principal, tem um recanto ou abrigueiro no cunhal interior com as dimensões de 64 cm \times 80 cm.

Do lado do ribeiro, e perto do penedo a que chamam *cavalo dos mouros* (Fig. 9), há uma porta a que poderemos chamar a «porta da água» isto é de serventia ou saída para ir buscar água ao ribeiro. É larga de mais de 2 metros. Não se vê nada que faça prever uma verdadeira porta com ombreiras, que podem, contudo, ter existido e terem sido destruídas totalmente para lhes aproveitarem as pedras.

Parece que, na continuação desta porta ou passagem, há, na rampa que se lhe segue, uma espécie de degraus largos. É assunto a esclarecer em escavações posteriores. Também perto do *cavalo dos mouros* e para o outro lado, lado sudoeste, há restos de uma parede fronteira e paralela à face quase vertical e lisa dum penedo que fica no alinhamento da muralha. Isto faz pensar que ali existiria uma outra porta ou passagem do recinto interior para a vertente leste do castro, onde, como disse atrás, se notam ainda os restos de 3 muralhas.

Rampas de acesso à muralha

Uma nota muito interessante deste castro é a existência de rampas de acesso à muralha. Dei por elas, na campanha de 1951. Então vi três. Mas foi nas campanhas de 1956 e 1957, ao procurar a base da face interna da muralha, que averigüei existirem, ao todo, pelo menos dez.

No alinhamento do noroeste, cuja muralha está agora refeita numa extensão de mais de 50 metros, há 4 rampas. A primeira a 12 metros da porta principal do castro; 2,80 m a seguir, vem a segunda rampa; mais 7 metros, temos a terceira; e a 11,50 m desta, a quarta (Figs. 24 e 25).

No sector do lado sul há duas rampas e parece haver mais duas. A escavação nesta porção do castro foi apenas iniciada.

Do lado sudoeste, ou seja no lombo, há outras duas rampas, a primeira das quais parece ter o seu início a 4,50 m da porta principal. O desaterro da base da muralha neste ponto está ainda por ultimar.

As rampas têm 45 a 50 cm de largura e correspondem, quase sempre, a um alargamento da muralha, isto é, a muralha alarga

no sítio da rampa o correspondente à largura desta. Na quarta rampa do alinhamento do noroeste, as coisas passam-se de maneira diferente. A muralha encurva ou faz uma reentrância do seu alinhamento num estreitamento sensivelmente igual à largura da rampa que aí se lhe mete (Fig. 20).

A existência de tantas rampas de acesso à muralha leva a crer que a defesa do reduto estava prevista a fazer-se de cima da mesma.

A ser assim, é de crer que nesta houvesse parapeito que oferecesse aos defensores do reduto certas condições de protecção, quer na luta da escalada da muralha, luta de embate, luta de corpo-a-corpo, quer na luta à distância, como lógico abrigo contra os projecteis de arremesso. Pode mesmo admitir-se a coexistência de parapeitos de diferentes alturas, uns mais altos e outros mais baixos. Àqueles, constituindo uma espécie de postos de vigia por trás dos quais os sitiados manobriariam especialmente a funda, deviam ter grandes entalhes que permitissem o conveniente manejo da mesma.

Os mais baixos, com cerca de 1 metro de altura, dando pela cintura de um homem, permitiriam que o ataque aos inimigos que tentassem escalar a muralha se fizesse, acutilando-os à espada ou vazando-os a chuço, em condições de segurança e defesa incomparavelmente superiores àquelas em que tal defesa ocorresse numa muralha sem parapeito.

É de crer que, numa espécie de denticulado alternante, o parapeito fosse, pelo menos em alguns sítios, sucessivamente mais alto e mais baixo.

Podem imaginar-se várias hipóteses quanto à forma, altura e distribuição dos parapeitos.

Fossos

Como bem mostra o desenho esquemático da fig. 2 na parte em que o esporão, no qual assenta o castro, se liga ao monte de que depende, há os regueirões dos fossos (Figs. 7 e 8). Estes, subindo a encosta do lado do leste atingem oombo, torcem depois para norte em seguimento ou direcção ao ribeiro, descendo obliquamente pela encosta em alinhamento paralelo à muralha exterior.

Esquemáticamente podemos dizer que a linha dos fossos é tríplice.

O fosso interno desenvolve-se logo a seguir às muralhas, abraçando-as a pequena distância.

O fosso médio nasce a leste, ao lado do início do fosso anterior, sobe a encosta paralelamente ao fosso interno e, ao atingir oombo, bifurca-se. O ramo interno desta bifurcação vai confluir adiante com o fosso interno. O ramo externo, mais ou menos na altura desta confluência, bifurca-se por sua vez. Os dois ramos desta bifurcação abrangem um espaço de forma grosseiramente ovóide e vão depois confluir com o fosso interno (Fig. 2).

O fosso externo é o mais pequeno: está limitado à encosta do lado nascente. É menos fundo que os outros dois e dá a impressão de constituir a tentativa incipiente dum 3.º fosso cuja abertura, por quaisquer razões, não prosseguiu.

Os fossos têm de abertura dimensões variáveis que vão de 4 ou 5 metros até 10 a 12 metros nos pontos onde a erosão de muitos séculos parece ter exercido maior acção.

A profundidade é igualmente variável, atingindo em alguns pontos cerca de 3 metros, sobretudo nos sítios onde as cristas de separação dos fossos são formadas pelo afloramento xistoso. As pedras de xisto que entraram abundantemente na

constituição das muralhas foram, seguramente, arrancadas nestes fossos.

O granito existe na encosta sobranceira a uma escassa centena de metros.

Pedras fincadas

Conforme disse atrás, a existência de pedras fincadas constituiu mais uma linha de defesa neste pequeno mas bem defendido castro.

Em alguns sítios podem ver-se pedras de xisto espetadas na terra e encostadas umas às outras, formando um ouriçado contínuo de pedras grandes e pequenas, à mistura. As maiores salientam-se 50 cm fora da terra, outras muitas apenas 25 a 30 cm. Algumas ainda menos. Note-se, porém, que entre aquelas pedras cresce monte, urzes, carqueja, margaço, etc., que é cortado à sachola ou arrancado a alvião pelos habitantes de Carvalhelhos. Para arrancar um pé de carqueja ou um torgo, não se ensaiam nada em quebrar ou até arrancar as pedras que lhes causem estorvo.

Ainda na última campanha de trabalhos, em Outubro de 1957, vi uma rodeira de carro de bois que seguiu pelos fossos para carregar o monte cortado (não se averiguou por quem) no espaço compreendido entre a muralha principal e a segunda muralha do lado noroeste.

Em alguns sítios do ouriçado de pedras fincadas fui encontrar algumas pedras arrancadas de fresco, que mandei implantar de novo nos respectivos buracos ainda em aberto. O arranque era de há muito poucos dias e estava em relação com o referido corte do monte.

No sector do poente, em coincidência com a zona do lombo do cabeço onde assenta o castro, há ainda uns restos de ouriçado de pedras fincadas, distribuídas por cinco grupos (Figs. 26 a 29). Três

no rebordo externo do último fosso a contar da muralha. O maior tem 18 a 20 m de comprimento por 3 a 4 m de largura média, o menor tem cerca de 3 m por 2 m e fica entre o anterior e o que se segue, tendo este 10 m de comprimento por 4 m na maior largura. Os outros 2 grupos de pedras fincadas vêm-se nos meões de separação dos 3 fossos do lado de noroeste. É bem provável que todos os meões ou cristas de separação dos fossos tivessem ouriçado, quase contínuo, de pedras fincadas. Pelo que resta no bordo externo do último fosso, é de crer que este ouriçado rupestre bordejasse o fosso na maior parte, ou mesmo na totalidade, da sua extensão, constituindo-lhe uma faixa protectora de 8 a 10 m de largura. Como atrás referi, conhecia o ouriçado de pedras fincadas de alguns castros dos concelhos de Mogadouro ⁽¹⁾ e de Miranda do Douro, mas nenhum outro em situação tão ocidental como Carvalhelhos.

(1) O primeiro castro em que vi pedras fincadas foi o «castelo dos mouros» em termo de Vilarinho dos Galegos (Mogadouro), sobranceiro às arribas do rio Douro. Quando ali estive em 1923 e 1924, havia ainda muitas pedras de granito espeladas no chão e com pontas de quase um metro fora da terra.

O Abade de Baçal no vol. IX das suas monumentais *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto, 1934, nas págs. 107, 180 e 513, cita vários castros em que a defesa era reforçada por pedras fincadas, a saber: em Algosinho, Calvelhe, Paredes, Penhas-Juntas, Picote e Parada-de-Infanções.

Ao falar do castro de Algosinho, diz que o mesmo é ali conhecido pelo nome de «Castelo-do-mau-vizinho» ou «Castelo dos Mouros» ou simplesmente «castelo». O Abade de Baçal (pág. 107) descreve-o assim: «é um pequeno recinto de 20 m de diâmetro pouco mais ou menos, cercado por muros de mais de metro de grossura, por um fosso e por uma faixa de 10 m de largura cravada de pedras de mais de metro de altura com a ponta aguçada para cima à laia de estrepes, a fim de dificultar os ataques da cavalaria e infantaria. Do castelo resta apenas um cômodo que deixa supor a sua localização; dos muros e estrepes pequenas ruínas, pois as pedras têm sido levadas à formiga para tapagem de propriedades particulares». A este castelo de Algosinho já se havia

Casas

Até agora puseram-se a descoberto apenas 4 casas, 3 redondas e uma rectangular, situadas, em grupo, da zona sudoeste do

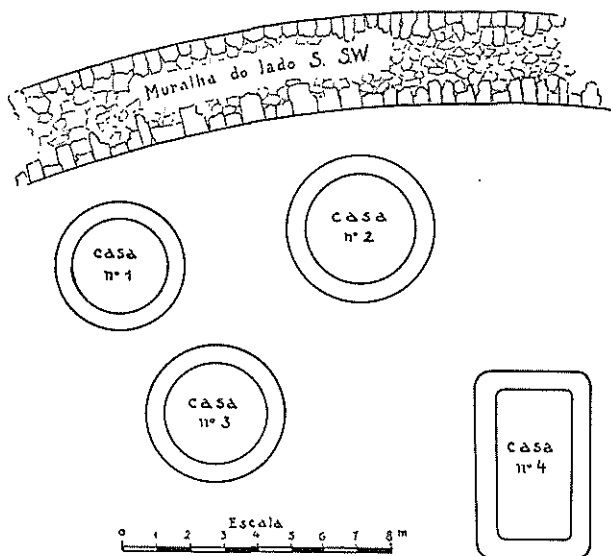


Fig. 4 — Grupo de casas junto da muralha e logo a seguir à porta do castro.

recinto castrejo junto da muralha (Fig. 4). Salvaram-nas as muitas pedras e o entulho que as recobriam.

referido José Manuel Martins Pereira, a pags. 114 e 115 do seu livro *As Terras de Entre Sabor e Douro*, Setúbal, 1908, que dizia estar em completa ruína «porque os moradores da freguesia lhe têm levado a pedra para construções de casas e paredes de campo». Igualmente alude ao fosso e, na frente deste, à existência de «grossas lajes de granito, espetadas no chão, tendo algumas mais de meio metro de altura, e outras mais pequenas, quase ligadas umas às outras, sendo difícil ou quase impossível caminhar por entre elas. Estas lajes formavam uma faixa em volta do castelo com mais de 10 m de largura».

A Ex.^{ma} Senhora D. Maria da Conceição Pinto de Azevedo e Sousa Peres, portuense muito inteligente e culta, frequenta há muito a estância de Carvalhelhos. Foi este ano, em Agosto, visitar os serviços das escavações. Nessa altura me comunicou que há 33 anos subira pela primeira vez ao castro. Lembra-se de então ter visto muitas casas redondas, talvez umas 20, ou mesmo mais. Diz que as havia pelo meio do castro, onde está hoje tudo rapado, e também ao pé do penedo a que chamam o «cavalo dos mouros».

Esconderijo de estanho

Na encosta voltada a leste, a uns 60 a 70 metros do penedo conhecido pelo nome de «cavalo dos mouros», haverá uns doze ou treze anos, quatro rapazes de Carvalhelhos toparam com um depósito de minério de estanho (cassiterite), que escavaram em proveito próprio. Lavaram a terra e, em quatro dias, apuraram 200 quilos (!) de cassiterite, que venderam a 30\$00 esc. o quilo. Foi um levante. A notícia daquele tesouro espalhou-se rápida. Muita gente de Carvalhelhos escavou e lavou a terra dos sítios em volta, onde iam aparecendo uns pedacitos de cassiterite mas nada que se parecesse com aquele ninho inicialmente descoberto pelos quatro rapazes, que em quatro dias ganharam seis mil escudos.

Só consegui falar com um deles que me contou o seguinte. Um dia, ao passar no sítio, viu uns pedacitos negros no chão. Apanhou-os e viu que eram cassiterite. Esgaravatou na terra e foi aparecendo mais.

Com 3 companheiros foi feita a escavação em forma. Era uma cova aberta no granito. Por cima da terra que a tapava havia bastantes pedras.

No dizer do meu informador, na cova estava «escondida»

a cassiterite referida «misturada com pedras brancas (quartzo); muito carvão; muitos cacos; alguns púcaros; pregos de ferro; muitas rodelinhas de barro com um furo no meio (cossoiros); uma grade de metal com as cabeceiras dum lado e do outro e os varais, tal e qual como uma grade de agradar a terra, mas pequenina, aí do comprimento de um dedo e da largura de 2 dedos postos a par; dois ou três estribos de metal verde e outros pedacitos de metal».

A princípio supus que seriam verdadeiros estribos para os cavaleiros firmarem os pés. Afinal, depois dum largo inquérito, e não sem alguns embaraços à mistura (não queria suggestionar), parece poder concluir-se que os tais estribos eram fíbulas. É de crer que tais peças tenham sido arrecadadas. O informador porém diz que se devem ter perdido com outros pedacitos de metal a que os garotos iam deitando a mão.

Os púcaros quebraram-nos, e tudo se perdeu.

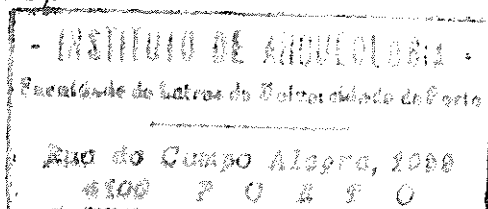
Constou-me vagamente (parece haver receio de dizer tudo o que apareceu no esconderijo) que apareceram outros objectos de metal e algumas moedas, uma ou duas de prata.

Fui ver o sítio.

Lá está a cova de fundo em bacia, já em parte aterrada.

Não pude proceder a uma limpeza da mesma, o que se fará em próxima oportunidade.

A cova tem uma forma irregularmente elipsóide com o diâmetro maior de 4 m e o menor de 3 m. A profundidade deve ir a cerca de 1 m. A cova fica no meio dum grupo de penedos baixos, e a 4 m à esquerda e acima do caminho que conduz aos lameiros. A alguns metros abaixo, num rego de água, procederam à lavagem da terra que tiraram da cova. Ainda ali apanhei alguns fragmentos de cerâmica, toda de tipo micáceo, nitidamente castrejo. Entre uns fragmentos, todos pequenos, apanhei um fragmento maior de bordo com asa perfurada (Fig. 6 b).



O castro assenta numa zona de contacto de xisto com granito. A região é rica de minério de estanho e de volfrâmio. Num cabeço sobranceiro ao castro que fica junto da aldeia do Carvalho, há importantes vestígios de velhas explorações mineiras, ditas do tempo dos romanos. São dois fojos: um enorme, o do Alto do Coto ou da Agróvia, é uma cova colossal dos seus 100 m de diâmetro, ou mesmo mais, por 20 a 25 de profundidade; mais abaixo, logo por cima das primeiras casas da aldeia de Carvalhelhos, fica o fojo das Corgas, um pouco menor, com os seus 70 ou 80 m de boca e 7 ou 8 m de profundidade, quando muito.

No alto de Coto, além do fojo da Agróvia, há dois outros mais pequenos, na vertente do lado da aldeia do Carvalho.

O cabeço do Coto é hoje explorado pela Companhia Mineira do Norte de Portugal, que ali tem arrancado grandes quantidades de volfrâmio e de estanho.

É de crer que os enormes fojos citados tenham sido trabalhados pelos habitantes do nosso castro e que dali tenham vindo os 200 quilos de minério de estanho topados no esconderijo.

Lendas e tradições

São muitas as coisas que se contam sobre achados e a existência de grandes riquezas escondidas no castro. Entre elas avulta um grande vitelo de ouro.

Ali existirá também um menino da idade de 8 anos, todo de ouro maciço.

A minha informadora exprimiu-se nos seguintes termos:

«Contava minha mãe — que Deus haja e que morreu de 90 anos — que o avô dela dizia que no castro estava escondido um menino de 8 anos, todo de ouro. O diabo é dar com ele».

É crença, e geral, de que os mouros do castro faziam os arreios para as bestas, de prata: fivelas, passadores, estribos, bridões e outras coisas eram de prata e por lá ficaram enterradas.

Aponta-se o nome dum padre de Quintas, pequena aldeia da freguesia de Beça, que fica sobranceira a Boticas, que, quando andava à caça, deu num «toco» (lura) de coelho com um pote cheio de libras.

Estas e outras coisas que se contam esquentam a imaginação e a cobiça dos aldeões. Depois não há pedra que não seja mexida e «bolcada» para, cupidamente, averiguarem se terá debaixo o pote das libras. É humano.

O castro não faz excepção à regra. Como é correntio, nos castros trasmontanos e minhotos, enxameiam as lendas e tradições de mouras que nas manhãs de S. João coram sobre os penedos as suas muitas meadas do mais fino ouro.

Conta-se que no dia de Natal, pelo meio-dia, quem andasse pelo sítio do castro lá ouvia tocar uns sinos.

Vejamos algumas lendas que me foram especialmente por-menorizadas.

Ponte da cerca do castro para o monte fronteiro. — Em tempos muito antigos, os mouros pretenderam fazer uma ponte de pedra da cerca do castro para a encosta ou ladeira do Coriçal, onde, como dissemos atrás, há os «fornecos dos mouros», as mamoas a que nos referimos. É tradição que nelas os mouros coziam o pão.

Pois bem: tal ponte nunca se pôde fazer, pela razão simples de que a gente de Carvalhelhos ia lá de dia e deitava abaixo tudo o que os mouros tinham construído de noite.

A pertinácia destruidora da gente de Carvalhelhos manteve-se firme e os mouros tiveram de desistir do intento.

Tenda das Lameiras do Castro. — Conta-se que, em tempos muito antigos, nas Lameiras da base do Castro, andava uma rapariga a pastar o gado; quando viu uma «tenda», muito bonita, com muitos objectos de ouro. Brincos, anéis, cordões e arrecadas, eram em tal quantidade que metia espanto.

Nessa «tenda», espécie de lojinha, estava uma velhinha que pediu à rapariga uma panela de leite. Se lhe trouxesse, em paga lhe daria toda aquela riqueza. Deslumbrada a rapariga não teve perna manca e foi a casa buscar uma panela de leite que a velhinha teria bebido com boa sede e grande aprazimento. Em paga encheu a panela de qualquer coisa que a rapariga não pôde ver o que era. Ao entregar-lha disse-lhe que até casa não visse o que a panela tinha.

A meio do caminho, porém, a curiosidade levou a rapariga a destampar a panela.

Foi enorme o seu desapontamento ao ver singelíssimos carvões, que foi deitando fora.

Em casa desabafou com a mãe. A velhinha prometera-lhe a riqueza toda e, no fim de contas, dera-lhe apenas carvões que ela arremessara indignada. A mãe podia certificar-se; ainda restavam 2 ou 3 no fundo da panela.

A mãe foi ver a panela e verificou, espantada, que os bocadinhos do carvão de sobejo se haviam transformado noutras tantas magníficas libras em ouro.

Mãe e filha apressaram-se a percorrer o caminho em busca do carvão que a filha levianamente arremessara. Nada encontraram. Dos cavões, da «tenda» e da velhinha, nem o menor vestígio.

A minha informadora rematou: «A rapariga depois bem se arrepejava derretida em lágrimas, mas já de nada lhe valia».

A curiosidade, atributo bem feminino, fizera com que ela perdesse tanta riqueza.

O bezerro de oiro.— O tio Domingos Coelho, habitante de Carvalhelhos, é pessoa de idade. Está a arrumar aos 80 anos visto ter nascido, como afirma, em 1880.

É crente fervoroso na existência dum encanto enterrado no castro, sob a forma de um bezerro de oiro (1).

Toda a aldeia lhe conhece a obcecação e a tentativa que ele e um irmão fizeram para se apoderarem do tesouro.

O próprio, num dia em que o procurei na companhia do Sr. D. Francisco Gonzalez, nos contou tudo.

Sonhara várias vezes, e duma feita três noites a fio, com o tal bezerro de ouro.

Ele e um irmão, já falecido, foram-se ao castro. Levaram broca e marreta para abrir os buracos para os tiros, um livro de S. Cipriano para vencer o encantamento e uma espingarda caçadeira para atirar ao bezerro mal ele saltasse, e quebrar-lhe o encanto, podendo deitar-lhe a mão e chamar a si todo aquele peso de ouro.

Foi em 1916; há precisamente 41 anos.

Dirigiram-se ao extremo norte do recinto muralhado. Junto do penedo maior que ali se vê e é conhecido pelo nome de «Cavalo dos Mouros», por indicações seguras do livro de S. Cipriano, escolheram determinado penedo. Abriram-lhe dois buracos e neles meteram dois abonados tiros de pólvora.

(1) Não é raro o aparecimento de estatuetas zoomórficas nos castros do norte de Portugal e da Galiza. Citaremos apenas «um bezerrinho de bronze e um cavalinho» aparecidos no castro de Sacoias (Bragança). O Abade de Baçal, nas suas *Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança*, onde colhi esta indicação, em nota do fundo da pág. 52 do tomo X, diz que o «bezerrinho, provável ex-voto, está agora no Museu de Guimarães. Acrescenta que o seu desenho, acompanhado de notas explicativas, se encontra em «O Arqueólogo Português», vol. I, pág. 313.

Chegaram fogo ao rastilho e, à distância, aguardaram as explosões.

Mal estas se deram viram saltar do fraguado um alentado bezerro.

Atarantados, dada a súbita aparição e com a grande velocidade com que o mesmo fugiu ladeira abaixo, não puderam fazer uso da espingarda.

O tio Domingos Coelho, com um ar de forte convicção, contou, com extrema naturalidade, tudo o que vai relatado em síntese, e rematou:

«O bicho, que se mandava a fugir, em quatro saltos pôs-se lá em baixo, no ribeiro, e enfiou na ôla mais funda, na «ôla da moura».

Passados uns instantes, como que em concentração evocadora, acrescentou:

«Perdeu-se, para nunca mais lhe poder deitar a mão».

Impressionou-me extraordinariamente o fervoroso ar de convicção ardente com que este simpático ancião nos contou tudo isto, como quem relata um facto da mais objectiva realidade.

O seu entusiasmo e a teimosa certeza na existência de grandes riquezas ainda hoje ocultas no castro não eram menos impressionantes.

Síntese dos achados no castro

Moedas: — Além das moedas recentes a que atrás nos referimos, diz-se terem aparecido em várias oportunidades moedas romanas, das quais algumas de prata.

Uma delas, de cobre, foi oferecida ao Sr. Dr. Couto Soares que, por sua vez, a ofereceu ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães.

Objectos de metal: — Possuímos apenas três, dois de bronze e um de ferro. Uma fivela circular de bronze (Fig. 5) aparecida, em Outubro de 1957, ao remover as pedras e entulho junto da muralha doombo entre as casas redondas e a porta do castro. Como a fig. 5 mostra, a argola é cravejada no aro e os extremos deste sobrepostos. Um deles está dobrado em goteira para receber

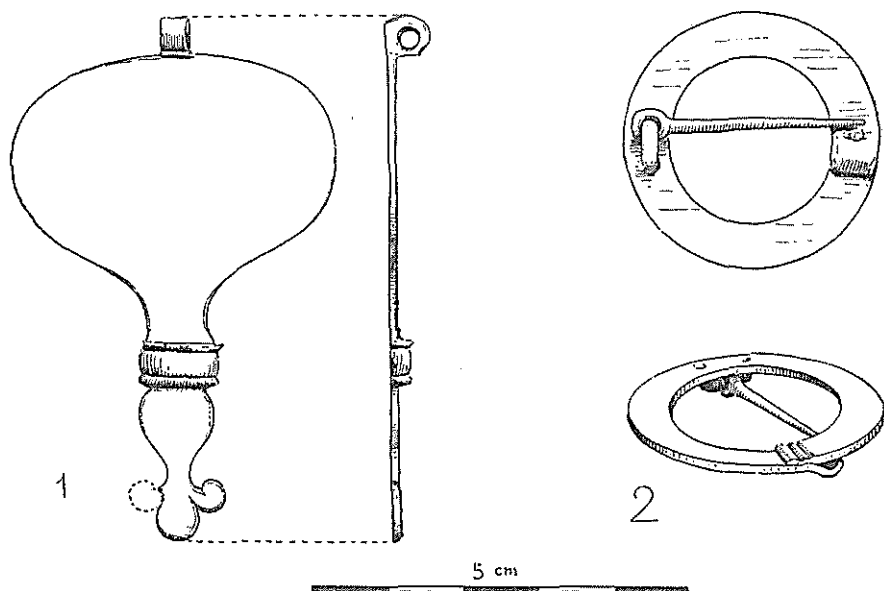


Fig. 5 — Objectos de bronze: 1 — pendente de bronze terminado em flor-de-lis e com orifício de suspensão; 2 — fivela circular com argola cravada no aro, e os extremos deste sobrepostos para formar goteira.

a ponta do travessão. O outro objecto de bronze é uma chapa cuidadosamente recortada e terminada por uma espécie de trifoliado em flor-de-lis (Fig. 5) que me foi oferecida pelo tio Domingos Coelho, que disse tê-la achado junto do sítio onde apareceu o esconderijo de estanho. Apesar de ter sido raspada, mostra, em vários pontos, uma bela pátina que lhe dá o aspecto como que de envernizado.

Esta particularidade falta na fivela circular.

O terceiro objecto de metal é um pedaço de chapa de ferro oxidada, de forma rectangular, com 5,5 cm de comprimento por 3,5 cm de largura. (Aproximadamente a meio tem um orifício rectangular de cantos arredondados, com as dimensões de 10 mm por 8 mm. Este orifício parece ter servido para receber um cravo que sujeitasse a chapa algures.

Cerâmica: — A primeira impressão a realçar é a da escassez de fragmentos de cerâmica que, por via de regra, tão abundantes são na maior parte dos castros trasmontanos.

Depois há que acentuar a sua grande fragmentação. São poucos os bocados que ultrapassam 5 ou 6 cm de comprimento.

A fragmentação deve ser consequência do profundo revolvimento de que o castro foi vítima por aqueles que ali foram buscar pedras e pelos pesquisadores de tesouros. Recorde-se que actualmente só são patentes 4 casas e que há 30 anos atrás existiram muitas mais como já referimos.

A escassez não é tão facilmente explicada pelo remeximento do terreno, se bem que este para tal possa também ter concorrido.

Apenas um vaso, do qual se reproduz um fragmento no desenho *f* da fig. 6, era ornamentado por um cordão ou saliente que corria, em redondo, ao longo do bojo.

Toda a restante cerâmica é lisa, sem qualquer enfeite em relevo, gravado ou estampado. Toda é mais ou menos micácea e de cor predominante escura. A pasta é algum tanto grosseira, por vezes, nos pedaços mais espessos, granosa.

Só dois pequenos fragmentos são de pasta fina e foram brunidos ou gogados na face externa. Estes fragmentos têm 4 mm de espessura e mostram pequeninas palhetas de mica.

A maior parte dos fragmentos têm espessuras que oscilam entre 5 e 8 mm. O máximo de espessura é de 14 mm, observado

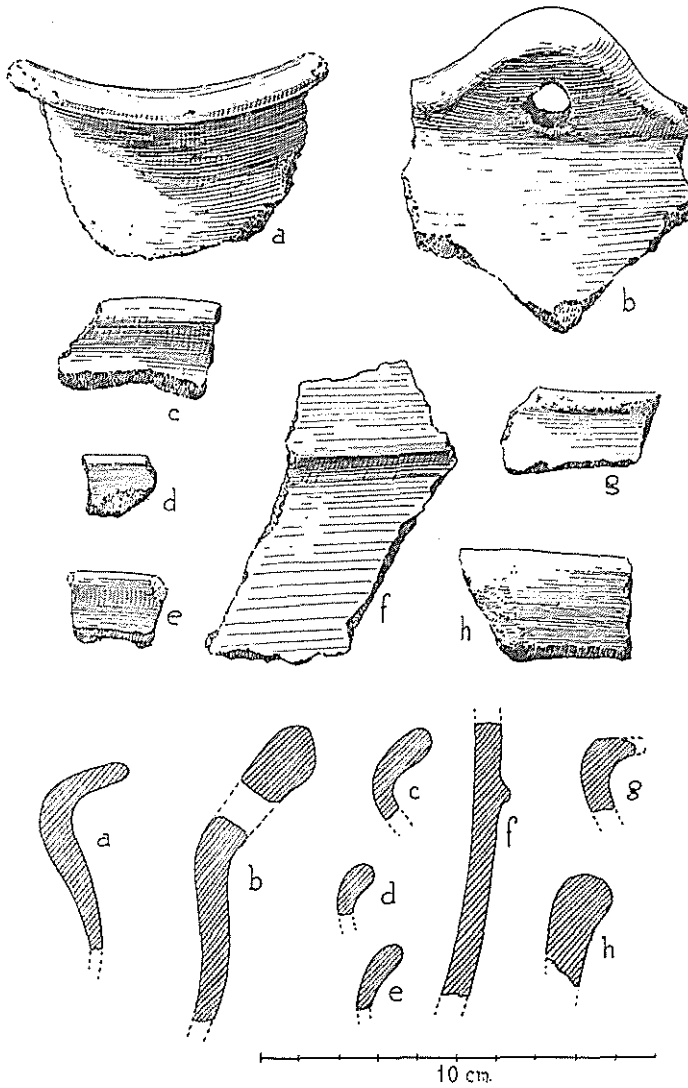


Fig. 6 — Cerâmica grosseira e micácea muito fragmentada. Toda a cerâmica até à data aparecida é lisa menos o vaso do desenho *f*, desta figura, ornamentado com um saliente. Deste vaso, que era grande, apareceram mais quatro fragmentos que não ajustam.

em 2 fragmentos: um deles pequeno; o outro é o maior dos até agora recolhidos, pois tem 16 cm \times 9 cm e deve ser uma porção do fundo chato dum vaso de razoáveis dimensões.

Alguns fragmentos mostram diferença de cor nas duas faces, o que deve estar em relação com o diferente grau de cozedura das faces externa e interna das respectivas peças.

Escórias: — Apareceram, em vários sítios, bocados de escórias, uns maiores outros mais pequenos. Dois deles, com 7 ou 8 cm de comprimento, apareceram na casa n.º 1. Os outros apareceram junto desta casa e, sobretudo, na base da muralha da vertente leste.

Como já atrás referi, apareceram 2 fragmentos de hematite e um cristal de pirite de ferro.

Carvão: — Dentro da casa n.º 1, fora desta e um pouco por toda a parte apareceu carvão. Este parece ter sido feito de torgo.

CONCLUSÕES

O couto dos mouros de Carvalhelhos é um pequenino castro quase circular, com uma notável linha de defesas. Além da muralha que é só uma do lado sudoeste, dupla do noroeste e pelo menos quádrupla na vertente do lado nascente (é tradição que ali havia 7 muralhas), há os 3 fossos que referimos e as pedras fincadas de que, felizmente, ainda ficaram alguns restos. Estes levam-nos a supor que a sua bordadura se fazia numa faixa dos seus 10 metros de largura, por fora do fosso exterior.

São especialmente notáveis as rampas de acesso à muralha interior.

O esconderijo, de onde foram retirados nada menos de

200 quilos de minério de estanho, deve ter fornecido abundante material cerâmico e metálico que infelizmente se perdeu.

Tem sido pouco abundante o material colhido nas escavações.

Pelos escassos materiais de que se dispõe pouco se pode dizer.

Como até à data não apareceu o menor fragmento de «tégula» ou de «ímbrex», é lícito admitir que o castro não tenha sido romanizado ou o foi pouco acentuadamente.

A escassez de referências a achados de objectos de ferro é outro ponto a acentuar.

É possível que o castro tenha sido abandonado gradualmente. No entanto, o esconderijo de estanho leva a crer que aquele tesouro tivesse sido escondido no propósito de ser reavido.

Que circunstâncias teriam condicionado o seu esquecimento?

Pelas condições em que o achado é referido, não há dúvida de que tudo aquilo foi propositadamente enterrado na cova ou esconderijo.

Em casos tais é lícito supor que o possuidor morreu sem deixar indicações a descendentes ou herdeiros.

No caso do lote de 200 quilos de minério de estanho do castro de Carvalhelhos não é de admitir que fosse facilmente esquecida ou perdida uma tal quantidade de estanho, quando este metal ainda tinha categoria de grande valor ⁽¹⁾.

(1) A cassiterite é um valioso minério de estanho que, na antiguidade, teve uma importância extraordinária para o fabrico de objectos de bronze. Historiadores e geógrafos da antiguidade, Ptolomeu e outros, referem-se às Ilhas Cassitérides (*In Occidentali Oceano Cassiterides insulae decem, quarum pars media sita est 4° 45' 30"*, II, 6, 73) sobre as quais muito se tem escrito.

Sobre a situação geográfica das Cassitérides o distinto arqueólogo espanhol Dr. Luís Monteagudo escreveu o trabalho *Localização das Cassitérides e*

Embora o enterramento de tal conjunto pudesse, sem dúvida ter sido feito por uma só pessoa, não é provável que o tenha sido. Não só pelos materiais acumulados, — «muitos cacos e alguns púcaros», muito carvão, muitos cossoiros, pregos de ferro e algumas peças de metal» — mas, e sobretudo, pela grande quantidade de estanho ali enterrado e escondido, pode, sem esforço, admitir-se que aquele conjunto fosse, digamos, um bem colectivo e do seu escondimento terem sabido, se não todos, muitos castrejos, homens e mulheres.

Sendo assim, há que pôr a hipótese de os habitantes terem abandonado o castro à uma, quer por fuga colectiva (suposição pouco provável, dado o espírito aguerrido dos seus habitantes) quer por imposição do vencedor que, como era de norma, tomava os vencidos como escravos.

Não voltou nenhum dos que sabiam da existência e localização do esconderijo do estanho.

Que grande tragédia pode indicar este achado!

A aproximação do inimigo, o estanho, e tudo o mais, foi posto a bom recato na cova aberta no granito e tudo coberto com terra

Oestrymnides publicado na «Revista de Guimarães», vol. LXVII, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro 1957, Barcelos, 1957, págs. 372 a 416 e 2 mapas.

Na pág. 372, logo de entrada, o A. diz que as Cassitérides eram para os gregos, púnicos e romanos, as ilhas do estanho, «das quais extraíam essa matéria-prima de transcendente importância para o fabrico do seu armamento e utensílios».

Este trabalho do Dr. Monteagudo, foi também publicado na revista madriena «Emérita», vol. XXV, Madrid, 1957, págs. 14-32.

Dado o interesse do assunto, o ilustre arqueólogo e director da «Revista de Guimarães», Coronel Mário Cardoso, não hesitou, e muito bem, em reproduzir em português este trabalho, «elaborado com incedível método e segurança crítica, e baseado numa sólida erudição e cultura científica».

e pedras. Derrotados os castrejos, foram levados como escravos. Nenhum teria sobrevivido para voltar e reaver o tesouro.

Pode bem ser que assim tenha sucedido.

*

* *

A topografia natural e os entrincheiramentos artificiais tornavam difícil o acesso dos assaltantes ao castro.

A falta de paz, e, conseqüentemente, de segurança de pessoas e bens, que os textos dos velhos autores gregos e romanos testemunham existir na Lusitânia pré-romana, reclamava a existência desses redutos defensivos de que o nosso pequenino castro constitui um notável exemplo.

Pela sua situação, pelo seu sistema de entrincheiramento defensivo, e pela importância do esconderijo de estanho, infelizmente desaparecido há anos, o castro de Carvalhelhos tem uma certa importância arqueológica que lhe mereceu a classificação de imóvel de interesse público (Decreto n.º 38.941 de 6 de Novembro de 1951).

Bem é pois que as explorações sejam continuadas para, em justo critério de arrumo das velhas pedras derruídas, se repor o castro, tanto quanto possível, na sua feição primitiva, sem lhe tirar o ar de velhas ruínas. Seria estulto orientar as escavações de modo a dar a impressão de que, com elas, se pretendia «fazer um castro, de novo».

*

* *

As sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base

extreme em que entroncou, sólida e firme, a nacionalidade portuguesa.

Nos castros implantam-se as velhas raízes da nossa nacionalidade.

E assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo, do mais puro, do mais são.

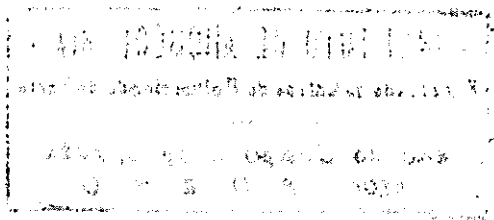




Fig. 7 — Perfil do castro visto de leste. As setas *A* e *A'* indicam dois fossos. À direita do alinhamento de *A'* a copa da árvore encobre o saliente da muralha. *B* indica o penedo conhecido pelo nome de *cavalo dos mouros*. Para cá deste penedo, as manchas brancas mostram as pedras de cantaria arrancadas da pedra que durante alguns meses ali foi explorada.

1811000 1811000 1811000 1811000 1811000

Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1974

Ano do Curso História, 1974

* 500 7 0 5 7 0

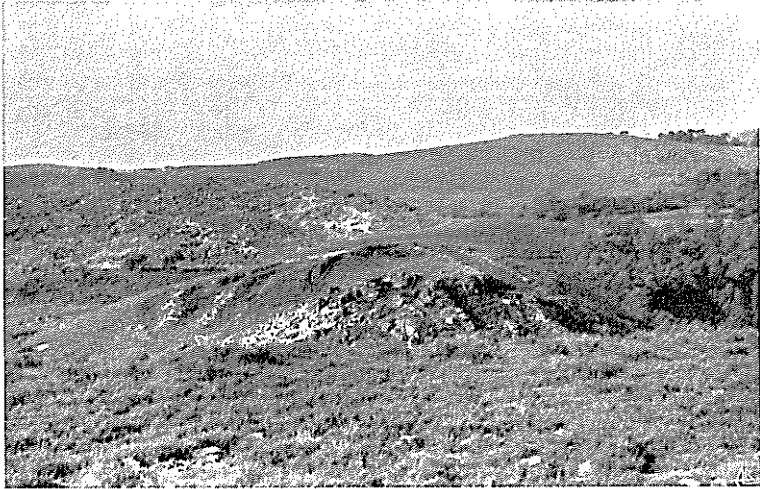


Fig. 8 — O castro visto do alto da encosta do Coriçal. Vêem-se nitidamente, à esquerda, os 3 fossos, o arqueado da muralha e a mancha branca da pedra.



Fig. 9 — Penedo que fica no extremo do recinto castrejo e é conhecido pelo nome de *cavalo dos mouros*. Tem várias caldeiras de gigante.

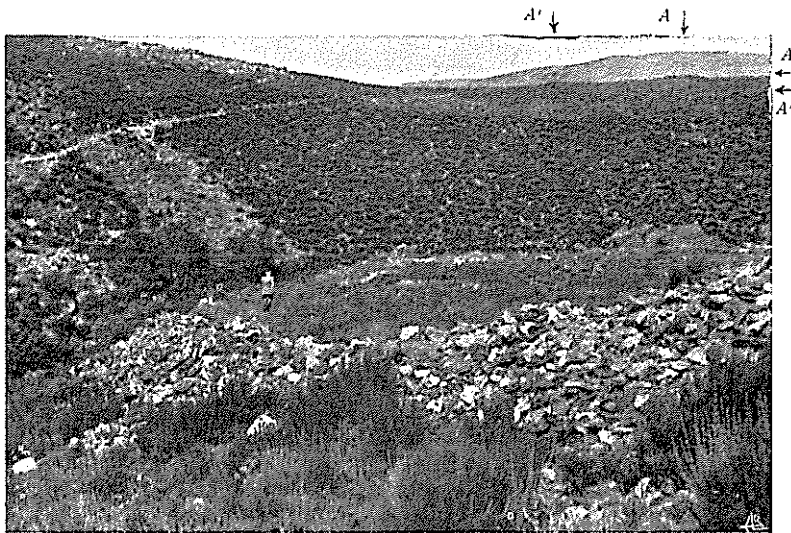


Fig. 10 — Aspecto do castro aquando da primeira visita, *A* e *A'* indicam as mamoas na crista da encosta do Coriçal.



Fig. 11 — O alinhamento da muralha esbarrulhada tinha neste ponto mais de 6 m de largura. Na foto o saudoso Prof. Rui Teles Palhinha que quis ir, comigo, ver o castro.



Fig. 12 — Isolamento da casa n.º 2. À esquerda, e por trás do Arq.º Sequeira Braga, fica a muralha com mais de 2 m de altura.

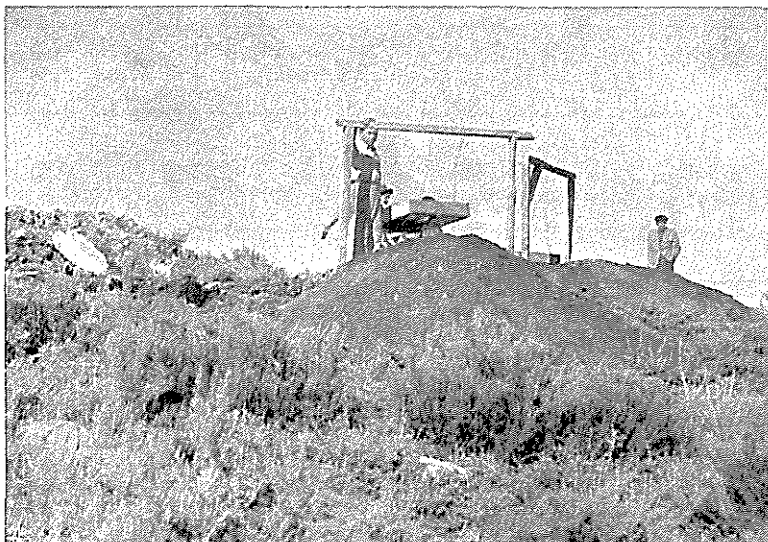


Fig. 13 — Cirandas que serviram para crivar a terra das escavações, na campanha de 1951.

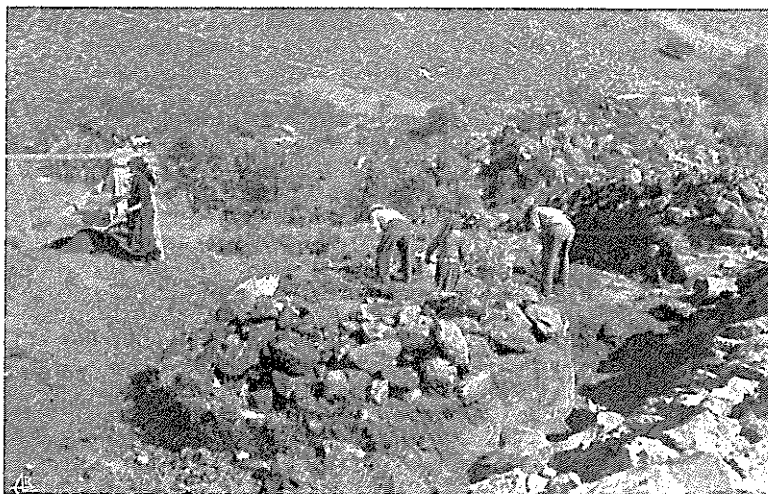


Fig. 14 — Isolamento da casa n.º 1 junto da muralha, que se vê à direita, arqueada. À esquerda uma ciranda crivando a terra.



Fig. 15 — Casas circulares. No 1.º plano a casa n.º 1; entre esta e os trabalhadores a casa n.º 2; para lá destes a porta do castro.



Fig. 16 — Descoberta da passagem estreita aberta na muralha exterior. O cunhal desta onde está sentado o rapaz tinha 80 cm de altura.



Fig. 17 — Outro aspecto da passagem estreita da figura anterior. A largura do lado de dentro, onde se vê acorçado o Arq.^o Sequeira Braga, é um pouco menor do que do lado de fora, o que dá à passagem algo de afunilado.



Fig. 18 — Trecho da muralha, na encosta voltada a leste. Junto do Arq.º Sequeira Braga pode ver-se o descaimento para dentro desta porção íntegra da muralha.

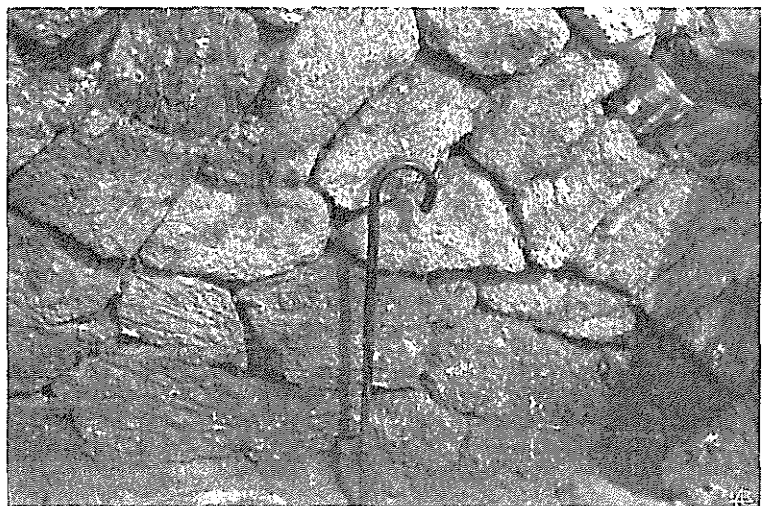


Fig. 19 — Pormenor da figura anterior, mostrando o tipo de construção com pedras de granito (*opus incertum*).



Fig. 20 — Reposição das pedras caídas junto da muralha. No 1.º plano, e a meio desta fotografia, nota-se o encurvamento da muralha que ali mete a quarta rampa do alinhamento do noroeste.



Fig. 21 — Muralha do alinhamento do noroeste. No alto, à esquerda, nota-se a porta de entrada no recinto castrejo.



Fig. 22 — Aspecto da porção cimeira da muralha do alinhamento do noroeste.
À direita vê-se a passagem da muralha exterior.



Fig. 23 — À esquerda porção da muralha exterior feita de xisto. À direita muralha de granito do topo arredondado ou cubelo, junto da porta do castro. Ver fig. 3.



Fig. 24 — Rampas de acesso à muralha no alinhamento de noroeste.



Fig. 25 — As duas primeiras rampas das quatro existentes no alinhamento de noroeste.



Fig. 26 — Grupo de pedras fincadas no rebordo do fosso exterior.

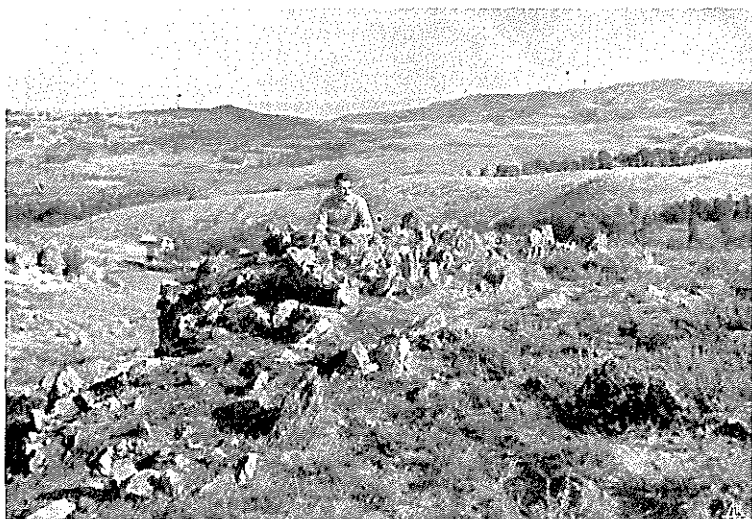


Fig. 27 — Outro grupo de pedras fincadas, também no rebordo do fosso exterior.



Fig. 28 — Aspecto do grupo de pedras fincadas mais bem conservado.



Fig. 29 — Pormenor das pedras fincadas, da figura anterior.

A apanha do sargaço no norte de Portugal

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

A recolha ou apanha de algas marinhas — o «sargaço», «argaçõ» ou «limos» (1) — para adubação das terras de cultura, é certamente, entre nós, a mais importante das fainas da lavoura que se situam no mar. Ela pratica-se em diversos sectores da nossa costa, e temos conhecimento da sua existência em terras de Espanha (2); esporádica porém ao sul do Douro, onde tem lugar apenas perto de Peniche e em alguns recantos das arribas da região da Ericeira, ela constitui, pelo contrário, uma actividade normal e extremamente frequente em toda a faixa litoral a norte daquele rio (3).

(1) Para as diferentes espécies botânicas que constituem o «sargaço», que designa as algas miúdas conhecidas pelos nomes vulgares de *botelhas* de várias categorias, e que o povo distingue da «taborra» ou «fitas», consulte-se: Aguçadoura — Estudo Económico-agrícola, publicação da Junta de Colonização Interna (Ministério da Economia), Cap. II, n.º V (A Flora), págs. 36/40 (com gravuras).

(2) Cfr. Rogelio de la Granja y Bacelar, *Costumbres Gallegos — «¡Argazo ó Mar!» o el tributo al matrimonio*, in: *Faro de Vigo*, 11 de Febrero de 1953, página tres (por indicação de D. Fermin de Bouza-Brey Trillo).

(3) A possibilidade de produção e apanha de sargaço depende de certas condições, que se verificam conjuntamente e com especial evidência precisamente neste sector do nosso litoral, e também de certo modo nos lugares do sul onde a apanha do sargaço também tem lugar. Assim, é necessário que a costa seja

Em toda essa área, o homem vive, em grande medida, da utilização dos recursos oferecidos pelo Oceano; além de numerosos grupos piscatórios, entre os quais avultam alguns dos maiores do País, pode-se dizer que todo o resto da população desenvolveu uma inteligente economia agro-marítima, em que o aproveitamento dos elementos fertilizantes tirados do mar — o «sargaço», e o «pilado», ou seja o caranguejo em cardumes — desempenha um papel muito importante (1).

Esta actividade, onde trabalhos rurais se desenrolam num quadro natural que normalmente lhes é estranho, e onde de certo modo se sobrepõem formas agrícolas e piscatórias, apresenta aspectos ergológicos muito característicos e originais, e determina factos económicos e sociológicos consideráveis. Ela implica alfaias e técnicas próprias, e até, nos casos mais completos e perfeitos, costumes e indumentária específicos; por outro lado, a sua natureza híbrida está na base de uma notável evolução profissional por parte de certas classes, em que a transformação de uma simples forma de trabalho familiar subsidiário da lavoura própria,

acessível e ao mesmo tempo franjada de penedia pouco submersa, onde as algas possam agarrar-se e medrar, mas de onde, ao mesmo tempo, o movimento das águas superficiais nos temporais e marés agitadas, logre arrancá-las; vemos, com efeito, que é geralmente em seguida a esses factos que aparece mais sargaço nas praias. Além disso, é necessário que haja amplos areais ou espaço disponível para a secagem e recolha das algas — condições que, em conjunto, não ocorrem com frequência ao sul do Douro. Para mais detalhados informes acerca da área da apanha de sargaço nesta zona, veja-se Apêndice — a) — Área geográfica da apanha de sargaço entre os rios Minho e Douro.

(1) Cfr. Jorge Dias, Minho, Trás-os-Montes et Haut-Douro (Congrès International de Géographie), Lisboa, 1949, pág. 39. Note-se que há cerca de dez anos a esta parte, o caranguejo parece ter desaparecido completamente da nossa costa, acarretando a extinção de todas as fainas da pesca do «pilado», que constituíam um dos espectáculos mais sugestivos deste sector litoral. A este respeito, veja-se também Apêndice, na parte acima indicada.

numa actividade autónoma com finalidade comercial directa, feita progressivamente por gente do mar, se conjuga com a valorização económica e aproveitamento das dunas litorâneas de determinadas zonas, para terras de cultura hortícola intensiva.

A apanha de algas pode considerar-se de velha tradição entre nós. Em relação à Póvoa de Varzim, ela já vem mencionada no foral de D. Diniz, de 1308, que dispõe que «todo argaço que seja em termho da dicta pobra o aiam os pobradores dela», o que representa uma primeira e incipiente regulamentação do assunto, que atribui o sargaço daquela área aos seus moradores. A atestar a continuidade desta actividade ao longo dos séculos, vêmo-la novamente regulamentada no foral da mesma Vila, de D. Manuel, de 1515, que no seu § 5 confirma o que dispunha o foral de 1308. Mais tarde, ela é objecto de uma contenda entre o Governador da fortaleza sempre da mesma Vila, que entendia pertencerem-lhe os sargaços que o mar arroja à praia frontal ao Castelo, tal como acontecia com os Governadores de outras fortalezas, e os lavradores e moradores da Vila, que, fundando-se naqueles diplomas, queriam o uso livre e comum das praias para pescarem e aproveitarem os sargaços, de dia e de noite, só para eles com exclusão das gentes de fora, como sempre o fôra desde tempos imemoriais: «estando os suplicantes na posse pacífica do dito uso pelo foral que à dita vila deu o Senhor Rei Dom Manuel. . . » — contenda essa que foi resolvida a favor dos moradores da Póvoa de Varzim pela Provisão de D. João V datada de 27 de Janeiro de 1742.

Em relação a Averomar, a apanha de sargaço vem mencionada num documento datado de 1629, a que adiante nos referiremos; e inúmeras posturas municipais de meados do século XIX, que regulamentam o seu exercício em várias outras freguesias do mesmo concelho da Póvoa de Varzim, mostram que já então ela era aí regular e frequente.

A apanha de sargaço nesta região parece ter originariamente sido exercida essencialmente por gente da terra, lavradores da zona litoral que viviam no interior das terras e vinham ao mar buscar sargaço, como actividade subsidiária da lavoura, feita pelo agregado familiar rural para consumo próprio, usando até, então, predominantemente, alfaia de tipo agrícola, do sistema de dentes, ancinhos ou gravetas, a indicar bem a sua natureza, e possuindo na praia apenas os seus barracos de abrigo, «dependências da casa de lavoura», na expressão de Rocha Peixoto. Em alguns pontos, esta actividade estava relacionada com a pesca do caranguejo para adubo — o «pilado» — e mesmo com uma pequena pesca costeira para alimentação ou acidentalmente para venda local, na medida em que essa mesma gente — os lavradores litorâneos — que dispunha de embarcações, também as praticava.

Veremos adiante que, de um modo geral, esta actividade, com o decorrer dos tempos, não só passa a ser também — e até talvez principalmente — exercida por outras classes, em que sobrelevam as feições marítimas, perdendo esse primitivo carácter de faina familiar rural, mas mesmo que parece desenharse, pelo menos em certos casos, a tendência para o seu progressivo abandono por parte do lavrador. Contudo, a despeito disto, por toda a parte se vêem ainda pessoas desta classe que, individual e isoladamente, continuam a ir à praia buscar sargaço para as suas terras, prosseguindo a antiga tradição sargaceira rural; e em alguns pontos, especialmente da Apúlia para o norte — como nas Pedrinhas ou Gramadouro (onde vão e têm os seus barracos os lavradores de Fonte Boa), Fão (onde vão e têm os seus barracos os lavradores de Gandra e outros de Fonte Boa), Marinhas, Montedor, etc. — a apanha de sargaço encontra-se ainda com o seu carácter primitivo, sendo praticada por todos os lavradores em massa, e revestindo mesmo, por toda esta zona, aspectos muito notáveis.

Mas, entre as populações rurais deste sector, deve certamente ter havido sempre — como igualmente ainda hoje acontece — um extracto de gente pobre, *cabaneiros* ou *seareiros*, que possuíam poucas ou nenhuma terras, e eram, para subsistir, obrigados a lançar mão de modos de vida diferentes, procurando o seu salário, cultivando pequenas glebas, etc., e também aproveitando os recursos que oferece o mar, perto do qual viviam, pescando e apanhando algum sargaço, de entrada para uma venda avulsa, umas vezes, isoladamente, ao lado e nos locais onde iam os lavradores-proprietários, outras, em grupos localmente definidos de longa data, e que, à medida que a sua procura ia sendo maior, se foram especializando nesta actividade, de modo a fazer dela a sua ocupação quase exclusiva, a que agregaram a pesca e outros mesteres marítimos.

Exercendo assim grande parte da sua actividade na praia, certamente nos locais onde já anteriormente se apanhava sargaço e onde existiam, em certos casos, barracos de abrigo, e encontrando aí terrenos disponíveis e baratos, onde a sua instalação e fixação eram fáceis, são estas populações que, deslocando-se pouco a pouco para os areais da beira-mar, parecem estar na base da formação de certos aglomerados costeiros da região; com efeito, encontramos hoje aí numerosas povoações constituídas quase exclusivamente por essa classe de pessoas que, sob o aspecto económico-social e profissional, apresentam um carácter especial, híbrido e equívoco, em que se conjugam aspectos rurais e piscatórios; pessoas que cumulam mesteres agrícolas e marítimos, moços de lavoura e trabalhadores a jornal, que também pescam e apanham sargaço, hoje em escala apreciável para venderem, com um carácter mais sensível de ocupação profissional, por vezes quase exclusiva. A maioria delas é de formação ou desenvolvimento recentes, às vezes feitas à custa de primitivos abarramentos da praia, muito precários, que subsistem como tais ou

adaptados às casas de residência permanente, imprimindo às povoações nascentes o seu carácter (1).

Alguns desses aglomerados costeiros, formados de cabaneiros muito pobres, devem seguidamente ter agregado gente igualmente pobre de outros locais, lavradores sem terras ou cabaneiros, e também pessoas em que sobressaíam as feições marítimas, oriundas de grupos característica e exclusivamente piscatórios da vizinhança, que sob muitos aspectos se confundem com a população originária, e que, atraída pela novidade e pelo incremento da procura do sargaço, acabou por se instalar ao seu lado à beira-mar, e com ela se misturar, resultando desses contactos influências recíprocas consideráveis que as circunstâncias ajudavam, nomeadamente no que diz respeito à apanha do sar-

(1) É o caso de Moledo, onde a apanha de sargaço para venda por parte desses «cabaneiros» é já dos tempos de Baldaque da Silva, que fala, a respeito desta localidade, em «lavradores que vêm à costa explorar esta actividade», e «pessoas exclusivamente empregadas nela para negócio»; e relata virem ali barcos que o levavam Minho acima, até Campos, S. Pedro, Cerveira, e o extremo norte da província, existindo ainda memória de um naufrágio ocorrido uma vez num desses barcos; é-o também o da Amorosa, «fundada» entre cinquenta a cem anos a esta data, no lugar onde então existiam apenas os barracos do antigo Moinho do Bispo, a que alude aquele Autor, por um homem de Castelo de Neiva, de nome Francisco Aredes Novo, falecido em 1955 — o primeiro que ali se instalou com carácter permanente, e cujos descendentes ali se fixaram e casaram, atraindo seguidamente outras famílias; de Castelo de Neiva, Sedovem, e também Aguçadoura e Averomar, onde a povoação da praia se espraia no lugar onde há ainda alguns anos havia apenas uns barracos de abrigo; e é-o finalmente o da Póvoa de Varzim, onde, nos termos da Provisão de D. João V, de 1742, que pôs termo à contenda a que aludimos no texto, ao lado dos lavradores que apanhavam o sargaço para «únicos adubos das suas fazendas, sem os quais não dão pão», havia gente que exercia essa actividade «por ofício para vender e comprar pão».

gaço e à sua utensilagem, conforme noutro lugar veremos (1). E assim, conforme os casos, vemos sobrelevar a feição marítima e acentuarem-se os caracteres piscatórios da povoação — como sucede com a Amorosa, Castelo de Neiva, Sedovem, etc., onde se respira a atmosfera das aldeias características de pescadores —, ou a feição rural, como na Aguçadoura e principalmente em Averomar, onde, nos casebres junto à praia, redes e ganhapões alternam com a ferramenta agrícola, e pilhas de sargaço para venda alinham-se ao lado de medas de palha milha, típicas da lavoura regional — ou ainda coexistirem os dois extractos, como na Apúlia (2). Em todos eles, porém, a actividade sargaceira vai

(1) Assim, por um lado, vemos os pescadores começarem a interessar-se pela apanha do sargaço — em Fão, em Vila Chã, Angeiras, e até Póvoa —; por outro, vemos os primitivos sargaceiros — cabaneiros e mesmo os lavradores — começarem, a partir dessa mesma altura e em certos pontos a usar sueste e aparelhagem do sistema de redes — rodafoles e ganhapões — que nos parece próprio de pescadores, e a desenvolverem de um modo geral a feição marítima das suas actividades.

(2) Estes diversos movimentos parecem apontar um facto que, a ser exacto, reputamos da maior importância para a compreensão de muitos fenómenos que dizem respeito às populações litorâneas do noroeste português, e que é muito característico, a saber: a identidade essencial de origem das gentes rurais e piscatórias ou, melhor, a origem rural de certos grupos actualmente piscatórios. Nuns como nos outros, parece tratar-se sempre — e à parte naturalmente o possível contributo de elementos estranhos já possuidores e portadores de uma cultura e tradição caracterizadamente marítimas, vindos de outra parte e que se tenham subsequentemente agregado e misturado com os primeiros povoadores — do mesmo substrato, que evoluiu diversamente — a gente mais rica, que possuía terras das quais podia viver, definindo-se como lavradora, fechada na sua tradição mais antiga, mas que vai à praia ao sargaço, ao pilado, e à pesca para consumo próprio, usa barcos, e é de certo modo familiarizada com as fainas marítimas; e a mais pobre, que nada possui além do seu trabalho, que pouco a pouco se vai instalando e fixando à beira-mar, onde se localizam muitas das suas actividades, e onde os terrenos são baratos, mas que também é da lavoura e

tomando incremento e concentrando-se nas mãos dessas gentes, à medida que, por um lado, o seu consumo nas regiões da Aguçadoura e a sua procura para fins industriais vão criando possibilidades de colocação de quantidades maciças a um preço que, de certo modo, já corresponde a um pequeno salário.

Além destes, porém, outros grupos populacionais existem

cultiva ou possui os seus pequenos campos, ao mesmo tempo que pesca e apanha sargaço para vender a quem dele precisa. Já em relação aos primórdios da nacionalidade, Alberto Sampaio fala nos lavradores e habitantes das vilas rurais costeiras que se entregavam também à pesca marinha, citando vários casos concretos (Amorim, Mandim, etc.); embora certos outros, nomeadamente os que se localizam na foz dos rios principais, como Caminha, Viana do Castelo, Fão, etc., já nessa altura fossem compostos por gente caracteristicamente piscatória. Certos grupos piscatórios parecem assim fundar-se numa progressiva especialização de algumas famílias rurais nesse sentido, e na verdade é este o processo que aquele Autor deixa entrever, pela análise do texto das Inquirições de 1220, por exemplo acerca de Castelo de Neiva e outras «póvoas marítimas», nomeadamente a Póvoa de Varzim, constituída a partir da «pobra» fundada em parte pelos lavradores argivalenses, que também iam ao mar pescar, e acabaram por se ir instalando na praia (*As Póvoas Marítimas*, in «Portugalia», Tomo II, Porto, 1905-1908, págs. 585-6, ou in *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, págs. 266, 268 e 320-322).

Hoje, por uma progressiva diferenciação, que certamente esses contributos piscatórios estranhos acentua, os dois grupos estremam-se per vezes muito radicalmente, ignorando-se mutuamente ainda mesmo quando trabalham e vivem um ao lado do outro, como sucede por exemplo em Fão (onde, apesar disso, se observam influências recíprocas), acusando mesmo geralmente uma pronunciada endogamia de classe; essa endogamia, porém — à parte o caso da Póvoa de Varzim, cuja especialização piscatória é já de longa data e muito violentamente marcada — tem geralmente um mero fundo económico: o lavrador não casa as filhas com pescadores, porque para ele pescador é sinónimo de pobre, porque de facto assim o é, e porque, segundo os seus padrões, rico é aquele que possui terras. Mas, ainda hoje, em muitos lugares, esse hibridismo essencial e originário subsiste em vários aspectos, e é muito sensível: a pesca — especialmente certos tipos de pesca, como a do polvo — é exercida por gente da lavoura

ainda nesta área, compostos também em geral de gente muito pobre e que não possui terras, que desde tempos imemoráveis se dedica exclusivamente à pesca, de peixe e também de pilado, nas zonas em que este aparece, e que, no decurso dos séculos, foi elaborando uma cultura e uma tradição caracteristicamente piscatórias. Nos casos mais antigos, definidos ou exclusivos, eles concentram-se junto da praia em aglomerados piscatórios típicos,

que vai ao mar, e nela utiliza as suas jangadas e barcos de sargaço; e o pilado, até à data do seu desaparecimento, era também em muitas partes pescado pelos lavradores que tinham os barcos especiais que essa faina requer, e na qual andavam em verdadeiras expedições que duravam mais do que um dia.

Se a nossa hipótese concorda com a realidade dos factos, pode-se dizer que ainda em nossos dias e em relação à apanha do sargaço, assistimos a um movimento perfeitamente semelhante àquele que se deu nas póvoas marítimas de que fala Alberto Sampaio, e que, nesta área, o processo fundamental de povoamento costeiro continua essencialmente nos termos em que se verificava na Idade Média: grupos de gentes rurais mas familiarizadas com o mar que, hoje, por razões económicas, se vêm instalar nas praias e se vão progressivamente entregando de preferência a actividades marítimas, agregando pescadores de outras regiões, e dando origem a povoações costeiras, sargaceiras e pescadeiras que, muitas vezes, com o andar dos tempos, se podem mesmo vir a tornar caracteristicamente piscatórias. Nesse caso, é de admitir que essas gentes tenham escolhido e procurado fixar-se nos sítios antes desertos mas que já então frequentavam juntamente com os lavradores do interior, que em muitos casos aí tinham os seus barracos para pescarem e apanharem sargaço para fazerem disso a sua ocupação primordial, porque ele sem dúvida era aí abundante ou de fácil recolha; na verdade, vemos certos aglomerados deste tipo formados a partir dos locais desertos onde a apanha do sargaço tinha antes lugar — e às vezes até a partir dos barracos — e tomarem incremento graças a ela, à medida que aumenta a procura desse adubo, e que os seus progressos chamaram a si pescadores de outros lados que tentam a sorte do mesmo modo. E isto mostra a importância da actividade sargaceira — que exprime perfeitamente a dupla natureza agrícola e marítima dessa gente — no processo da sua fixação à bêira-mar, e consequentemente no povoamento deste sector costeiro, que em certa medida se pode considerar devido a ela.

como se vê em Âncora, e nos bairros piscatórios de Caminha, Esposende, Póvoa de Varzim, Poça da Barca, Caxinas, etc. Outras vezes, eles encontram-se dispersos na área rural mais para o interior, ou em núcleos urbanos diferenciados, existindo na praia geralmente apenas os barracos de arrecadação ou habitação temporária, deles ou dos lavradores que lá vão apanhar sargaço ou pescar, como é o caso de Fão, e como o foi igualmente até há uma cinquentena de anos o dos grupos piscatórios que agora se vêem à beira-mar entre o rio Ave e Matosinhos: Mindelo, Vila Chã, Angeiras (Lavra) (1).

Estes grupos parecem todos sofrer, pelo menos actualmente, uma influência grande, profissional, étnica e cultural, da Póvoa de Varzim, que é o grande núcleo piscatório do norte do País. Alguns deles, por movimentos que estão ainda perfeitamente vivos na memória dos seus componentes, foram na sua maior parte constituídos por gentes vindas de outros já existentes de longa data noutras partes; tal é o caso de Âncora (Lagarteira), antes uma povoação rural, que como porto de pesca se formou em época não muito distante por uma colónia de pescadores galegos de La Guardia, que aí se estabeleceram, como relata Baldaque da Silva, e a tradição local confirma; e o Mindelo, que parece ter sido povoado por famílias da região da Aguçadoura, que já praticavam os mesteres marítimos, ao mesmo tempo que conheciam a técnica agrária da «descoberta de terrenos» arenosos, que abundam também no Mindelo, e que também começam a ser ali aproveitados.

Essa gente, tradicional e exclusivamente pescadora, porém, não considerava a actividade sargaceira própria da sua classe, e

(1) Ver Apêndice — a) Área geográfica da apanha de sargaço entre os rios Minho e Douro. De resto, na Póvoa de Varzim, até há algumas décadas, muitos pescadores habitavam também no interior.

não a exercia verdadeiramente; como dissemos, mesmo ao sul do Ave, a apanha do sargaço já tinha lugar, mas apenas por parte dos lavradores, que eram também os possuidores dos barcos de «pilado», e também por essa categoria mais pobre e indefinida de gente da terra, que fazia dela um modo de vida subsidiário; os pescadores apenas faziam porventura uma recolha insignificante e esporádica, a que alude Rocha Peixoto, para venda a lavradores ou a pessoas das redondezas, que cultivassem terras, campos ou hortas; com o andar dos tempos, e principalmente depois da sua instalação na praia, porém, — que de resto coincide com a época da plena valorização das dunas da Aguçadoura e da generalização do emprego de adubos químicos na agricultura da região —, vemos não só a apanha do sargaço para venda começar a ser também praticada por estes pescadores que antes a ignoravam, embora por vezes com determinadas restrições ⁽¹⁾, mas até passar pouco a pouco essencialmente para as suas mãos, à medida que também aqui os lavradores, por razões várias que a seguir procuraremos indicar, se vão progressivamente desinteressando das fainas marítimas e divorciando do mar.

Como por mais de uma vez atrás deixamos entender, a primitiva estrutura económico-social da apanha do sargaço parece ter sofrido, a partir de uma certa altura, que se pode localizar em finais do século passado, uma transformação fundamental. Originariamente uma faina rural localizada na praia mas feita pelo lavrador em vista da sua lavoura, ela tende não só a ser por ele posta de parte, como também a transformar-se numa actividade independente, levada a cabo em maior escala por essa classe de cabaneiros, pescadores e gente pobre em geral, desses grupos da

(1) Em Fão, só em barcos; na Póvoa, só por mulheres; noutros lugares, os homens só em barcos, e, apenas as mulheres, a pé; etc.

beira-mar, especializada cada vez mais definidamente em trabalhos de praia, tomando assim o aspecto de uma procura impessoal de matérias-primas para venda. A razão principal deste facto parece estar na procura maciça de sargaço para os campos da Águçadoura, talhados « em masseira » nas vastas dunas dessa região, pelo sistema da « descoberta » dos terrenos, que se iniciou em 1880 e permite uma cultura hortícola intensiva, à base de uma adubação muito abundante (1); e também na procura de algas para fins industriais e de exportação, particularmente certas espécies. Estes factos, traduzindo-se num consumo de grandes quantidades de sargaço, vieram, com efeito, dar grande incremento à sua recolha, transformando-a pouco a pouco numa actividade profissional importante e absorvente, que ocupa grande número de pessoas exclusivamente dedicadas a essa tarefa durante largas épocas do ano, integradas já num sistema mais complexo de negócio. Por outro lado, a generalização do emprego de adubos químicos, que de certo modo constituem um substituto dos adubos marinhos naturais, dispensando o lavrador da procura destes últimos por um processo trabalhoso e pouco rendoso, aceitável apenas num estágio de economia familiar não quantificada, que progressivamente vai desaparecendo, leva-o a abandonar esta actividade; e este divórcio do lavrador com o mar acentua-se ainda com o facto do desaparecimento do « pilado », que desertou a nossa costa há cerca de dez anos a esta parte, vendo-se os

(1) Em Vila Chã, através de vários informadores, é evidente essa constatação. Enquanto o sargaço foi apenas para uso local, a sua apanha era somente feita por lavradores, que usavam, como dissemos, a graveta como única ferramenta. Logo que surgiu a procura para fora, o pescador interessou-se, passou a usar ganhapão e galricho, e terminou o lavrador por abandonar essa actividade. O mesmo deve ter sucedido em Angeiras, onde apenas alguns cabaneiros tiram licença, e apanham o suficiente para empilhar com estrume de curral, levando-o em verde para casa.

barcos respectivos esquecidos nos barracos de abrigo, quando não abandonados a desfazer-se nos areais ⁽¹⁾ — imagem viva e expressiva do afastamento e desinteresse progressivo do lavrador pelas actividades marítimas.

Contudo, quase por toda a parte, o lavrador continua a praticar esta actividade; assim, mesmo na Aguçadoura, vemos ainda muitas vezes o lavrador abastado mandar, como outrora, a sua gente ao mar buscar sargaço para as suas terras ⁽²⁾, embora, sem dúvida, marcando a evolução que atrás indicamos, o grosso dessa actividade tenha passado para as mãos das classes mais pobres — os *taraqueiros* — que a exercem exclusivamente para venda; em Fão e nas Pedrinhas, a actividade mantém-se, por parte do lavrador do interior, com a importância, o carácter de generalidade e a pureza de formas dos velhos tempos; e até, atestando a vitalidade deste traço cultural, vemos essa classe adoptar elementos que se nos afiguram introduzidos pelos pescadores na actividade sargaceira, depois que a ela passaram também a dedicar-se, tais como o uso de aparelhagem de sistema de redes, a substituição do velho chapéu preto de abas grandes, de que fala Baldaque da Silva, pelo

(1) Deve dizer-se que, quanto ao pilado, as opiniões são desencontradas: uns afirmam que, já antes do seu desaparecimento, a divulgação dos adubos químicos provocara em grande medida o abandono desta pesca, trabalhosa e não compensadora; outros, pelo contrário, crêem que se o pilado voltasse a aparecer, os adubos químicos seriam postos de parte. Esta discordância corresponde talvez a conceitos económicos de dois níveis: o primeiro, a gente que já ingressou numa economia mais quantificada e racionalizada; o segundo, a gente ainda fechada na velha economia patriarcal, familiar e qualitativa, que não contabiliza o trabalho da gente da casa. Ou então corresponderá a uma diversidade de condições de procura daquele crustáceo: onde ela era fácil e não obrigava a grandes deslocações e trabalhos, o pilado tinha vantagem sobre os adubos industriais; onde pelo contrário ela era trabalhosa, perigosa e difícil, a situação era inversa.

(2) Cfr. «Aguçadoura», pg. 95.

sueste de oleado, etc.; e ainda, combinando elementos da velha tradição com a lei dos tempos presentes, vemos lavradores — que no estádio arcaico de economia em que ainda se encontram, não dispõem facilmente de numerário — apanharem sargaço que em parte vendem, para com o dinheiro assim obtido, comprarem os adubos químicos de que necessitam. Pode-se mesmo dizer que, de um modo geral, esse afastamento do lavrador do mar só se deu nas zonas onde abundam matos para estrumes de curral, e onde as lavouras são abastadas, como sucede na região costeira a sul do Ave; e também onde a área rural é muito distante do mar, como é o caso da Amorosa, em que presentemente o lavrador só acorre à praia quando tem notícia de grande abundância de algas. Pelo contrário, nas áreas onde os matos escasseiam, como nas regiões de Esposende e Fão, os lavradores mantêm vivo o seu interesse pela apanha de sargaço para consumo próprio, prolongando aquilo que nos parece representar o sentido originário desta actividade; e a despeito da distância relativamente grande a que ficam da praia, todas as casas de lavoura de Candra e Fonte Boa, ricas e pobres, continuam quase que sem excepção a mandar a sua gente ao sargaço, e têm as respectivas barracas de abrigo na praia.

O sargaceiro rural — lavrador ou *cabaneiro* — apanha o sargaço da praia, ou de bordo das suas embarcações — barcos ou catraias, e jangadas; mas o pescador, em todos os agregados piscatórios bem caracterizados, em que a profissão é exclusiva e a classe bem definida, apenas se dedica à colheita das algas de dentro de embarcações: ele considera humilhante para os homens do mar a apanha a pé fora ou dentro da água, e, na classe, esse processo é só usado pelas mulheres. Isto é notório sobretudo nos portos pequenos, como Âncora e Fão, onde apesar disso os pescadores estão bem individualizados e as classes estremadas, e

constitui um padrão que o convívio com sargaceiros lavradores da mesma área, que ao seu lado apanham sargaço na praia, não logrou modificar.

Nas zonas em que continua a ser o lavrador quem procede à apanha do sargaço, como Gandra e Fonte Boa, é — e foi sempre — quase exclusivamente o homem que entra no mar, com o roda-fole ou a graveta. A mulher pode ajudar a transportar, espalhar ou carregar o sargaço colhido, mas mesmo essa função tende a desaparecer, uma vez que a lei só dispensa licença para o trabalho de carregamento do sargaço seco no carro que o vai buscar, e muito raramente a mulher ali tira aquela licença, porque são poucos os dias em que vai à praia. Contudo, a norte de Viana, onde a maior parte dos homens abandonou a agricultura, emigrando ou tomando profissões de outra natureza, é quase apenas a mulher que, executando todas as fainas agrícolas, apanha o sargaço na praia; apenas os raros homens que permanecem verdadeiramente agricultores se juntam a elas nessa actividade (1). E em todos os locais em que se fixou a população pobre dos *cabaneiros* ou *seareiros* a que atrás nos referimos, para quem o sargaço é um artigo de venda, é frequente a mulher acamaradar com o homem no trabalho dentro de água. Essa camaradagem vem já de longe, pois temos notícia da recolha de algas em Averomar, por mulheres, no século XVII (2).

(1) Em Alife há apenas um homem que aparece a apanhar sargaço; é precisamente aquele que, em todo o lugar, dedica à terra todo o seu tempo.

(2) O distinto investigador povoense e nosso prezado Amigo Sr. Fernando da Silva Barbosa, a quem os nossos trabalhos devem tantos informes de valor, forneceu-nos muito amavelmente a cópia do seguinte assento de óbito da freguesia de Amorim, que englobava então Averomar: — «Aos 24 dias do mes de Abril de 1629 se faleceo Maria Amador filha de Amador Gíz d'avelomar seu

A apanha de sargaço de dentro de barcos é em geral tarefa de homens; mas encontramos por vezes mulheres fazendo tal serviço, e em Vila Chã isto acontece mesmo com frequência (1).

Em vários locais, o lavrador guarda nos seus barracos, ao lado do barco do pilado agora sem utilidade, uma catraia pequena, para apanha de sargaço e pesca; mas por toda a parte se nota a tendência para a apanha do sargaço em barcos ser executada apenas por pescadores, ou pelas populações de actividade mista, em que a pesca é já um recurso de relativa importância. Em Âncora, outrora, os pescadores cediam as suas masseiras aos lavradores, para estes cortarem ou arrancarem algas, mediante um aluguer em milho, batata ou dinheiro; mas este trabalho é agora executado exclusivamente por pescadores. E em Carreço, as masseiras em que os lavradores faziam esse serviço, foram há já muitos anos arrumadas ou vendidas.

O trabalho sobre jangada, agora confinado quase só às praias de Castelo de Neiva e Averomar, é, principalmente na primeira, indistintamente executado por um ou outro sexo.

Como o trabalho da apanha a pé é muito mais cómodo e rendoso feito por duas pessoas de que por uma só, é muito corrente o costume de se juntarem dois sargaceiros em parceria; enquanto um dos *parceiros*, metido na água, apanha o sargaço com o rodafole ou a graveta, o outro leva esses utensílios carregados até um sítio onde não cheguem as ondas, tornando a entregá-los ao primeiro depois de ali os ter esvaziado; no final o sargaço seco é

marido absente há m.tos annos nas p.des do Brazil e morreo afogada no mar, andando tirando argaço cõ outra gente e vindo hũa onda a levou no golfo e não lhe poderão valer... ».

(1). Neste porto foi frequente mulheres com cédula marítima, e uma chegou a ter carta de arrais.

partilhado a meias. Esta parceria tem lugar não só entre homens, mas também entre mulheres, nos locais onde elas também entram na água para apanhar as algas; num caso e no outro, porém, deve dizer-se que a ajuda ocasional de outrem dispensa muitas vezes a existência da sociedade.

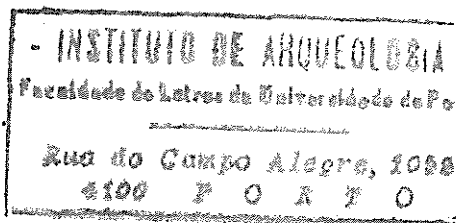
Ferramenta

A recolha de sargaço faz-se de duas maneiras principais: a pé, fora ou dentro da água, da praia, até ao limite do alcance da utensilagem empregada; e de bordo de embarcações, barcos, masseiras ou jangadas; esta diversidade corresponde por vezes a determinadas regiões ou categorias de pessoas bem definidas: assim, segundo Baldaque da Silva, entre o Minho e o Lima, havia muitos lugares onde só se apanhava o sargaço a pé; noutras partes, a apanha a pé é feita apenas por lavradores, enquanto que os pescadores utilizam embarcações nessa actividade; noutras ainda, em que predomina a classe piscatória, são as mulheres dos pescadores quem apanha as algas a pé, e os homens ou não as apanham, ou apanham-nas unicamente de bordo; etc. E veremos que o uso dos diferentes tipos de embarcações — barcos, masseiras ou jangadas — também de certo modo corresponde a áreas geográficas definidas.

Dentro de cada uma das duas maneiras que acima indicamos de apanha de sargaço, esta tem lugar de formas diversas e utilizando ferramenta vária, conforme o modo como as algas se apresentam. Assim, segundo os casos, ela pode executar-se:

A pé:

a) Recolhendo o que o mar atira à praia.



b) Apanhando com uma espécie de ancinho, ou com redes de saco cónico encabadas num pau, as algas que pousam no fundo ou que boiam perto de terra, entrando ou não o sargaceiro pelo mar.

De bordo:

c) Cortando, arrancando ou recolhendo de dentro de barcos ou jangadas, com foices ou ancinhos de cabo muito comprido, ou redes de arrasto, as algas presas às rochas submersas, ou as que pousam no fundo ou flutuam perto dele.

d) Cortando ou arrancando na maré vasa, as algas presas às rochas descobertas.

a) Na costa norte do país o mar poucas vezes lança à praia e deixa em seco quantidades apreciáveis de sargaço. Este é então reunido com ancinhos, ou mesmo apanhado à mão para dentro de cestos ⁽¹⁾.

b) As algas que boiam na água perto da praia, ou as que aí se encontram depositadas nos fundos de areia, recolhe-as o sargaceiro entrando ou não na água, utilizando utensílios que se podem agrupar em dois sistemas fundamentais:

1 — *Sistema de dentes* ;

2 — *Sistema de rede*.

(1) Em Viana do Castelo vimos mulheres apanhando à mão, no princípio da vasante das marés vivas, as algas que tinham ficado presas entre os juncos da praia. Na costa de Peniche, essas quantidades são por vezes enormes, e o trabalho limita-se ao seu carregamento com a ajuda da forquilha; no lado norte da península de Peniche, e no Baleal, por alturas de Setembro, essas massas de algas são mesmo muito avultadas; a gente de Ferrel acorre em grande número para aproveitar o que as vagas generosamente lhe juntaram em qualquer recôncavo da penedia, carregando-o em burros que o levam até à povoação, ou até ao local onde as camionetas o possam vir buscar.



Fot. 1 — Castelo de Neiva — Grupo de sargaceiros com o croque e a fouce



Fot. 2 — Apanha de *limos* na foz do Cávado

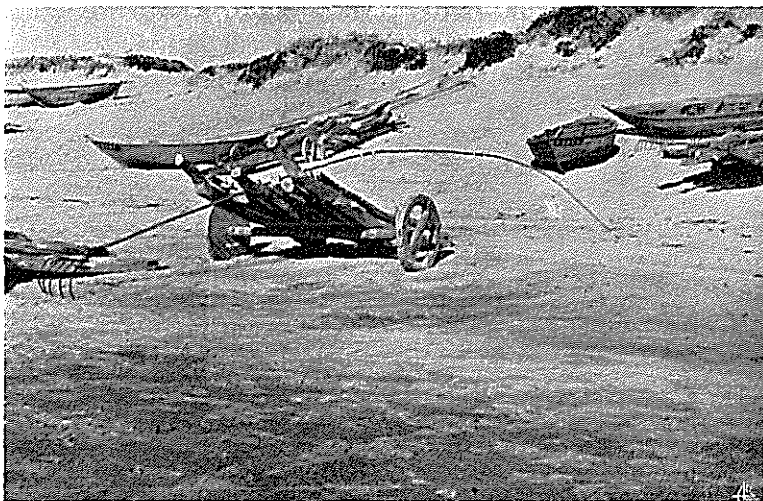


Fot. 3 — Apanha de *limos* na foz do Cávado



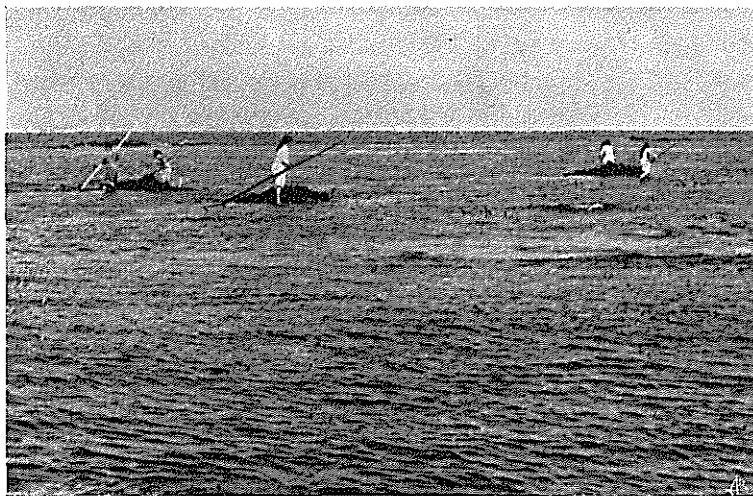
Fot. 4 — Castelo de Neiva — Jangadas

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 5 — Castelo de Neiva — Jangada. Vê-se um *croque* pousado sobre ela

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 6 — Castelo de Neiva — Mulheres sobre jangadas cortando sargaço com a fouce



Fot. 7 — Marinhas — *Corticeira*

(Cliché do Eng.^o Henrique de Oliveira)



Fot. 8 — Marinhas — *Corticeiras* pousadas nos suportes

Sistema de dentes — O utensílio mais vulgar deste sistema é a *graveta* ou *gaiteira*, que é uma espécie de ancinho de madeira, cuja *costa* (*pá*, Mindelo), comprida — 0,80 a 1,00 m, — tem, além da fileira de dentes usual, outra de dentes mais curtos, *gaiteiras*, cravados perpendicularmente na face da própria *costa*. As algas ficam presas entre essas duas filas de dentes, e o sargaceiro tira-as dali à mão. A *graveta* é empregada em fundos de areia, arrastando no fundo, mas apanha também as algas que flutuam se são em massas densas. Faz também o trabalho do ancinho na recolha das algas atiradas ao areal, e na do sargaço seco.

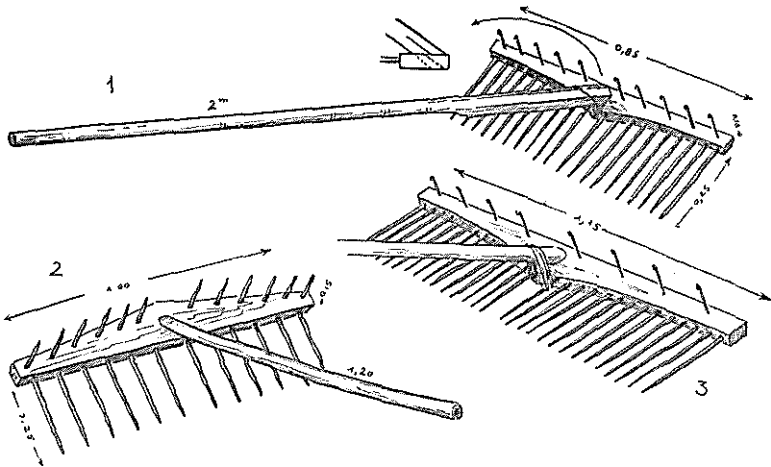
Os dentes regulam ter uns 0,25 m de comp., e são mais bastos que as *gaiteiras* (apenas na *costa* de Peniche observamos ser o número de *dentes de cima* igual ao dos *dentes de baixo*). No norte, os dentes são de urze, ou, ultimamente de macacaúba e bem acabados; as *gaiteiras* ou são do mesmo material, ou de arame grosso com uma volta apertada na ponta (1). Para prender melhor o cabo à *pá*, é vulgar a existência da *trava* de arame ou verga, amarrada aos dentes do meio e passada sobre o cabo (Des. 1).

Graveta é o nome mais vulgar por que o utensílio é designado. Além dele ouvimos: *ancinha* (Montedor); *ancinhão* (Âncora); *garmanha* (Viana do Castelo). Na Apúlia e em Fão chamam-lhe *gaiteira*, designando por *graveta* um engajo grande, com 28 a 38 dentes, usado para o mesmo fim, e para enrolar a manta do sargaço depois de seco.

Dentro deste mesmo sistema, e estreitamente aparentada com a *graveta*, temos também a *rastilha* (Averomar) ou *rissa* (Aguçadoura) que é com efeito uma espécie de *graveta* de cabo muito comprido, com um certo número de dentes de ferro, que lhe dão

(1) Em Ferrel, Peniche, ambos os dentes são de varinhas de zimbro.

o peso necessário para mergulhar. Há rastilhas pequenas (com 20 *dentes* — dos quais 6 de ferro — e 10 *gaiteiras*), e rastilhas grandes (com 26 dentes de 0,30 e 14 *gaiteiras* de 0,16). O cabo (*rabo*) destas últimas ultrapassa por vezes os 20 metros. Estes cabos são constituídos por várias varas emendadas (*emenda*, junto à «costa»; um ou dois *fechos*; um *castanho*; e terminam por uma varita delgada e flexível, o *chicote* ou *rabicho*).



Des. 1 — 1 — *Graveta* de Averomar; 2 — *Encincho* ou *gravação* de Peniche; 3 — *Gaiteira* de Fão.

Este instrumento é lançado da praia sem que o sargaceiro entre na água, e vai mergulhando lentamente até ao fundo de areia. Para as rastilhas grandes, quando carregadas de algas, são precisos três ou quatro homens a puxá-las para terra. Como diremos adiante, a rastilha é também utilizada de cima das jangadas (Des. 6).

Além da graveta, que constitui utensílio muito corrente por toda a costa, e da rastilha, e também dentro do sistema de dentes, falaram-nos em Âncora dos *ganchos* usados pelos rapazitos em ocasiões de abundância de sargaço. Os *ganchos*, segundo essa informação, são troncos de pinheiritos novos a que deixam ficar

apenas a parte mais forte dos ramos, e que, amarrados a uma corda delgada, e atirados para o meio das algas, as enovelam, trazendo-as assim até terra.

A graveta parece ter sido o utensílio mais empregado na apanha do sargaço na costa N. do país, ao contrário do rodafóle e ganhapão, que, em vários locais pelo menos e segundo as informações colhidas, parece ser de introdução recente. Os homens de 60 anos da Apúlia, Fão e Esposende, afirmam que dantes apenas usavam a graveta, e esperavam que o mar atirasse as algas para parte perto da praia; e de entrada, quando apareceu, o rodafóle foi mesmo proibido. Em Vila Chã, de há uns 40 ou 50 anos para trás, quando eram só os lavradores que recolhiam sargaço para uso próprio, a graveta era a única ferramenta empregada; e numa Postura Municipal da Póvoa de Varzim, de 1862, menciona-se a apanha do sargaço a pé, «com gravetas e quaisquer instrumentos», o que parece apontar o carácter fundamental dessa ferramenta. Baldaque da Silva ⁽¹⁾ diz a seu respeito, que «é este o instrumento mais usado nas águas do norte do país», mas já alude ao rodafóle, embora não dê qualquer informe sobre a amplitude da área do seu emprego.

O que é certo é que o uso da graveta, em certas zonas da costa, diminuiu muito, tendo mesmo quase desaparecido em alguns locais (ex.: Âncora, S. Bartolomeu do Mar, etc.).

A graveta, contudo, tem sobre o rodafóle a vantagem de se poder empregar em horas de maré cheia, ou mar duro, quando o manuseamento deste último é perigoso; e dá mais rendimento nas ocasiões de grande abundância de algas, porque então o trabalho com ela é mais rápido.

(1) *Op. cit.*, pág. 365.

Sistema de rede — O utensílio mais vulgar deste sistema consiste num *saco* de rede de fio grosso e malha larga (4 a 5 cm), de 0,60 a 1,20 de comp. entalhado num *arco* de madeira munido dum *cabo*. O sargaceiro empunha o cabo e passeia o utensílio à sua frente, colhendo as algas que flutuam.

Este instrumento apresenta-se sob duas formas distintas, que correspondem a áreas definidas, e levam nomes próprios. Numa, o saco é preso a um arco de madeira de volta inteira; é a forma usada de Averomar para o sul, e é designado por *ganhapão* (em Angeiras chamam-lhe *ganhuço*; em Averomar, ultimamente, *bichano*). Na outra, o saco é preso a um arco de meia volta, com as pontas unidas por um cordão; encontra-se da Apúlia para o norte, e é conhecido pelos nomes de *rodafole*, desde a Apúlia a Esposende, e *redenho* de Esposende para o norte. Na Aguçadoura, ponto de contacto das duas áreas, usam-se ambas as formas, que se designam indistintamente por *ganhapão* ou *rodafole* (Des. 2) (1).

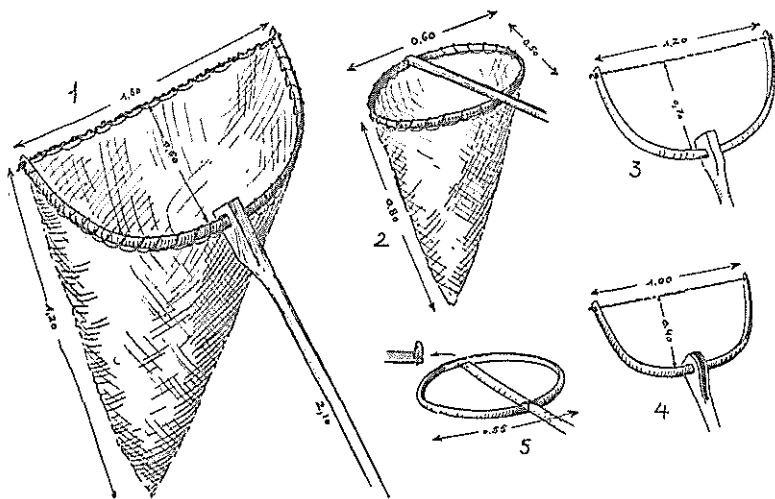
As dimensões deste utensílio não dependem apenas da estatura de quem o usa. Uma maior inclinação da praia aumenta o esforço de o arrastar para fora de água e obriga a diminuir-lhe o tamanho; e não só o esforço, mas mesmo o perigo de o manejar, já que o sargaceiro não larga de boa vontade o rodafole. Certas particularidades da praia influem também nas dimensões, e na própria forma; nos locais em que as algas se juntam em canais estreitos entre pedras, os arcos são menos abertos, para que o rodafole os possa percorrer.

O *ganhapão* (de arco inteiro), é sempre de diâmetro inferior à abertura do arco do rodafole. É também, geralmente de construção mais rude, vulgarmente feito pelo próprio dono. Para o arco usam-se varas de loureiro, carvalho ou salgueiro (2).

(1) Na costa de Peniche este sistema é desconhecido.

(2) Baldaque da Silva, *op. cit.*, pág. 366, diz que o redenho também se usa de dentro do barco, mas nunca o vimos assim empregar.

Incluído no mesmo sistema de saco de rede, e além do rodafole e ganhapão, que são os instrumentos mais divulgados e utilizados na costa norte, aparece, a título excepcional, apenas num ou noutro local, um utensílio diferente, que parece ser de uso muito restrito. Assim, em Vila Chã, encontra-se, a par do ganha-



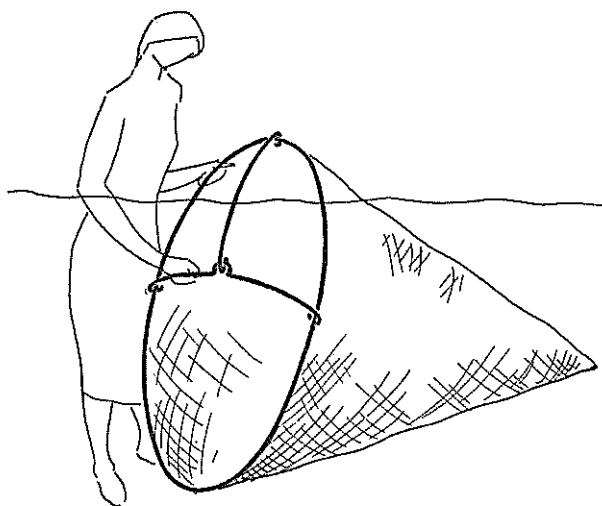
Des. 2 — Rodafoles e ganhapões com medidas aproximadas. 1 — Rodafole de Fão; 2 — Ganhapão de Averomar; 3 — Arco do redenho do Moledo; 4 — Arco do redenho de Âncora; 5 — Arco do ganhapão de Vila Chã.

pão, o *galricho do sargaço*, que é um saco de rede de cerca de dois metros de comprimento, preso a um arco de ferro de cerca de 1,30 de diam. (Des. 3) (1) agarrado e mantido verticalmente por uma mulher, que o passeia na água, recolhendo as algas que flutuam. Ela mantém-se a seu lado, e vai atirando também para dentro do saco, com um dos pés, as algas pousadas no fundo.

(1) O arco já foi obrigatoriamente de madeira, mas voltou a ser permitido de ferro, o que facilita o mergulhar.

Este galricho não passa, como se vê, duma nassa tal como a que é aqui usada para a faneca, e muito frequente na Póvoa, a que dão o mesmo nome de galricho; a única diferença é que não dobra pela aba, pois aqui todo o arco precisa de ser rígido.

A mulher que trabalha com o galricho do sargaço, tem de ser forte, pois o seu peso, cheio de algas, é por vezes muito grande. Quando há muito sargaço enche-se rapidamente, graças



Des. 3 — *Galricho do sargaço de Vila Chã.*

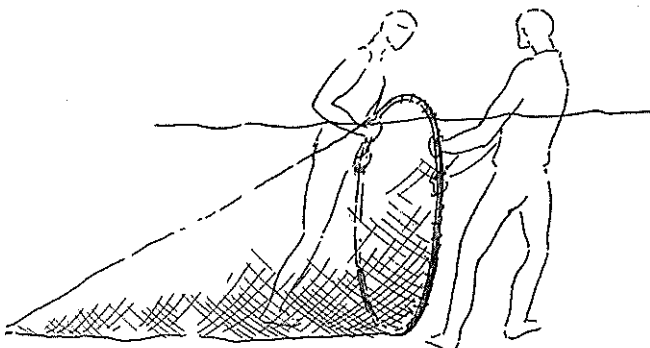
ao tamanho da boca do saco. É frequente a mulher estar mergulhada na água quase até ao pescoço, e safar-se das vagas apoiando-se no próprio arco.

O galricho é bom para as águas tranquilas. Apanha muito mais que o ganhapão, que, por esta zona a sul do Ave, é de dimensões muito pequenas. É talvez mesmo esta a razão pela qual o galricho não é usado em qualquer local mais para o norte, onde a grande dimensão do rodafole lhe anula a vantagem.

Não conhecemos o uso deste aparelho em qualquer outro

local. Em Vila Chã parece ter surgido há uns 50 anos, quando os pescadores começaram a dedicar-se à apanha do sargaço; antes dessa data apenas os lavradores o faziam usando, sòmente, a graveta (1).

Existe, contudo, no Baleal, um aparelho semelhante a este, o *caramoeiro* (camaroeiro), que é empregado fora da época em que



Des. 4 — *Caramoeiro*, Ferrel (Peniche).

o mar junta e põe a seco o sargaço. É um arco forte de zimbro com 1,30 a 1,50 de diam., a que está preso um saco de rede (Des. 4).

(1) Parece-nos digno de acentuação o facto de, paralelamente à progressiva mutação social que referimos, segundo a qual, a apanha do sargaço — que primitivamente era uma faina rural levada a efeito por lavradores — se transforma numa actividade autónoma, exercida por gente da beira-mar, se verificar a mutação fundamental de utensilagem, que várias vezes e sob mais do que um aspecto indicamos no texto. Com efeito, pelo menos em certas áreas, de entrada era o lavrador quem apanhava o sargaço, e a sua utensilagem específica era a *graveta* e suas formas, do sistema de dentes, representando evidentemente uma alfaia de tipo agrícola. Pouco a pouco, e em tempos recentes, vemos, por um lado, aquela actividade passar a ser também exercida por classes marítimas; e por outro, aparecerem e difundirem-se os aparelhos dos sistemas de sacos de rede — *rodafotes*, *ganhapões*, etc. A rede é sem dúvida essencialmente um elemento da utensilagem piscatória; e por isso parece-nos legítimo relacionar os dois factos, que aliás coincidem nas respectivas datas de aparecimento.

É manobrado por dois homens, mas muitas vezes têm de pedir a ajuda de terceiro, para o retirar, cheio, da água.

c) De Julho a Outubro é permitido o corte e arranque das algas presas às rochas submersas, trabalho que é feito de dentro de barcos ou jangadas, com o auxílio de ferramenta variada.

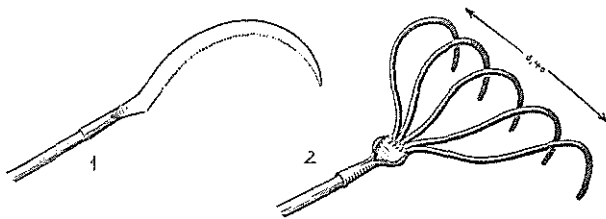
O corte é feito vulgarmente com o *foucinhão* (*fouce*, Castelo de Neiva) que é uma fouce serrilhada comprida bastante aberta, encabada numa longa vara de pinheiro (para cima de 3 m), e que tanto corta como traz as algas para dentro do barco ou jangada. O *foucinhão* é usado por quase toda a costa norte; apenas no Moledo, Cabedelo de Caminha e Angeiras parece não ser empregado (Des. 5).

O uso de aparelhos com rede para a apanha do sargaço pode portanto ter sido introduzido pela gente do mar que a ela passou a dedicar-se nos últimos decénios; tais aparelhos foram depois adoptados pelos lavradores que persistiram nessa actividade, e em cujas mãos os vemos agora, mas apenas de há pouco para cá, como sucede em Gandra, Fonte Boa, etc., de acordo com o que eles próprios informam. Deve-se porém notar que em S. Bartolomeu o redenho era usado antes da sua difusão mais para sul.

Onde porém esta hipótese se põe com maior verosimilhança, é sem dúvida no caso do *galricho do sargaço*, de Vila Chã, onde vemos um aparelho que representa rígorosa e indiscutivelmente a nassa da faneca, ser utilizado para a recolha do sargaço, por convergência de processos, a partir precisamente do momento em que a gente do mar, que o conhecia das suas fainas específicas, passou a dedicar-se também àquela actividade. E o mesmo se pode dizer da «nassa do sargaço» que se usa na Aguçadoura e em Averomar, a que adiante nos referiremos no texto, que é a rede de arrasto do camarão, que ali começou a ser utilizada há cerca de 40 anos, por evidente influência das gentes pescadeiras. Estas considerações põem o problema mais geral de sabermos se se pode considerar o sistema de dentes próprio da gente da lavoura, e o de redes, próprio da gente do mar.

A vulgar *foucinha*, de cabo curto (*foucinho*, Averomar) é utilizada quando as algas se podem agarrar de dentro do barco, de modo a serem cortadas como qualquer cereal. Parece empregar-se especialmente em Âncora, mas falaram-nos deste processo em várias outras localidades.

Outro tipo de utensílio usado de dentro de embarcações é uma espécie de rastilha, grande e forte, com todos os dentes de ferro, e com o cabo comprido e delgado (para cima de 9 m de comp.). Este instrumento difere da rastilha usada na praia, pela sua maior robustez e peso; ele tem só dentes de ferro, para raspar sem inconveniente sobre rochas, quando é necessário; chamam-lhe



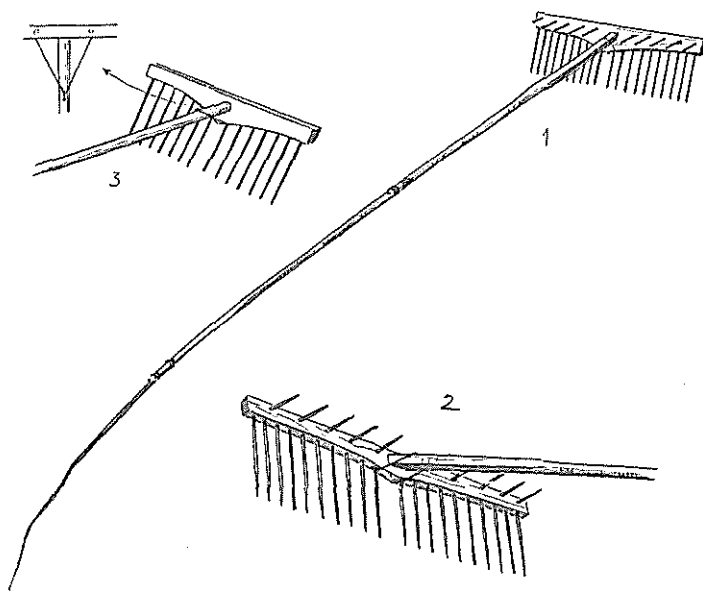
Des. 5 — 1 — *Fouce*; 2 — *Croque* (Castelo de Neiva).

ganchorra (Averomar, Aguçadoura, Mindelo, etc.); *gancha* (Apúlia); *ganchola* (Vila Chã); e *graveta de cabo comprido* (Angeiras); e é empregado por quase toda esta zona da costa.

À *ganchorra* usada desde Averomar à Apúlia tem a *costa* com cerca de 0,90 de comp., com uns 20 *dentes* de 0,30, e 10 *gaiteiras* de 0,16 de ferro. A do Mindelo tem cerca de 1,10 de *pá*, 20 *dentes* de 0,35, e 10 *gaiteiras* de 0,20. Em Vila Chã vimos *gancholas* com 14 *dentes* apenas, cravados numa *pá* de cerca de 0,60. Como nas *gravetas*, as *costas* das *ganchorras* têm uma *trava* passada ao cabo.

A *ganchorra*, empunhada por um homem de pé dentro do barco, é lançada à água, mergulhando pelo seu peso. Outra pessoa, aos remos, vai deslocando a embarcação, e a *ganchorra*

arrasta pelo fundo, carregando-se com as algas que encontra; logo que a sentem tocar nas pedras, levantam-na a prumo, e descarregam para o barco o que ela traz agarrado nos dentes. A ganchorra também raspa fundo de pedra, onde este se apresenta mais regular; daí o emprego exclusivo do ferro para os seus dentes.



Des. 6 — 1 — *Ganchorra*, Mindelo; 2 — *Rastilha*, Averomar;
3 — *Ganchota*, Vila Chã.

Como dissemos atrás, a *rastilha* é empregada nas jangadas, na baixa-mar. Nunca a usam de dentro de embarcações.

Na Amorosa e Castelo de Neiva, o utensílio que desempenha o papel da ganchorra é o *croque* (Des. 5). É formado por 5 ou 6 dentes de ferro, fortes e recurvados, saindo duma patilha ligada ao alvado em que entra o cabo, que é comprido e igual ao das ganchorras. Os croques pequenos, de 5 dentes, pesando uns 5 kg, trabalham nos fundos próximos da praia, entre os penedos; os de

6 dentes, com o peso superior a 8 kg, são para fundos mais vastos, mais para o largo. O *croque* usa-se tanto nos barcos como nas jangadas (Fot. 1).

Para a recolha das algas soltas, no fundo, longe da praia, emprega-se agora com muita frequência o *arrasto* ou *arrastão* (*nassa do argaço*, Aguçadoura e Averomar) (1). É sensivelmente igual à rede de arrasto que se começou a usar nesta costa há uns 40 anos, para a pesca do camarão, diferenciando-se dela apenas pelo maior calibre do fio e tamanho da malha. Em grande parte dos casos é o próprio arrasto do camarão que recolhe simultaneamente as algas.

O arrasto é constituído por um saco de rede, com uns dois a três metros de comp., cuja boca se mantém aberta por uma grade rectangular (Des. 7). Esta é formada por um vergalhão de ferro de cerca de dois metros, que arrasta pelo fundo, e por um pau do mesmo comprimento, ligados nas extremidades por duas varetas de ferro de 0,80 a 1,00 m. De cada canto da boca do saco partem cordas de 5 a 6 m de comp., que se reúnem e amarram ao cabo que puxa o conjunto (2).

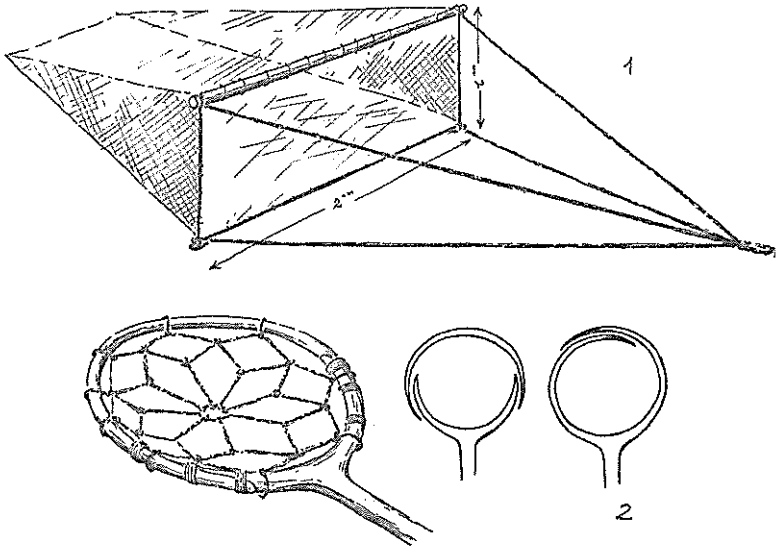
Este aparelho que, como o *galricho do sargaço* de Vila Chã e o *caramoeiro* do Baleal, atrás descritos, é também de arrasto, usa-se apenas em fundos de areia, e o seu reboque é feito de duas maneiras: quando pescam camarão e têm de percorrer distâncias grandes, ou quase arrastam à volta de pedras, vai rebocado pelo barco movido a remos; quando o percurso é pequeno

(1) Para se avaliar da frequência dos arrastos basta dizer que Castelo de Neiva possui uns 100 barcos, e quase todos trabalham com o arrasto.

(2) Há arrastões do camarão a cuja boca faltam as duas varetas laterais, substituídas por cordas, e em vez das duas cordas amarradas nas pontas do pau, existe só uma amarrada a meio. A boca do saco mantém-se aberta pelo esticamento adequado das três cordas. Vimos em Âncora arrastos assim.

e densa a quantidade de algas, fundeiam o barco, afastam-se da poita largando cabo, lançam o arrasto, e tornam a aproximar-se da poita colhendo cabo.

Para tirar o sargaço de dentro do arrasto usa-se o *rodafole* ou *rabichel* de saco pouco profundo e arco redondo de uns 0,40



Des. 7 — 1 — Arrasto ou arrastão; 2 — Rodafole ou rabichel, para tirar o sargaço do arrasto.

a 0,50 de diam., e cabo de 1,00 a 1,50 de comp. O Des. 7 mostra a maneira como fazem estes arços.

O sargaço que se vai recolhendo na água com a graveta ou rodafole, é, de início, amontoado fora do alcance das vagas, e só depois o transportam para a duna, onde é estendido a secar. O processo mais comum de executar esse transporte é usando a *carrela* (padiola); em Fão utilizam carros de mão de duas rodas, *carrelos*, de introdução relativamente recente; e igualmente é frequente ver mulheres com cestos, especialmente quando apanham

pequenas quantidades de sargaço, ou trabalham sòzinhas. O cesto também é muito empregado na descarga de barcos. O trabalho de juntar e carregar é executado com ancinho de pau.

Os *ancinhos* ou *engaços* (*despedoiros*, Moledo), são semelhantes ou iguais aos usados nas eiras, com todos os dentes de pau. É também neles vulgar a *trava* de arame ou verga.

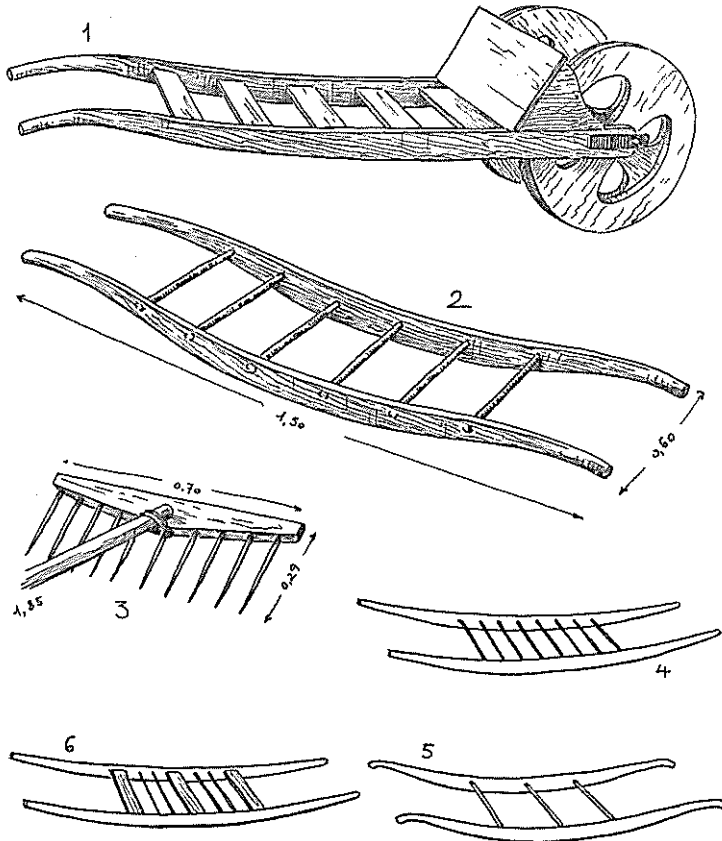
As *carrelas* (*padiolas*, Moledo e Peniche) têm cerca de 1,50 por 0,60. As *pernas* são ligadas por paus redondos, ou paus e travessas, formando o lastro, e são todas de pinho. Há sítios em que cada sargaceiro possui um número grande de carrelas, pois convém por vezes, em vez de amontoar as algas na areia, as ir deitando sobre elas logo que as apanham da água, para mais depressa as retirar quando há urgência (maré que sobe, mar que embravece súbitamente, etc.).

O *carrelo* empregado agora em Fão veio executar parte da função das carrelas. É sobre ele que levam a ferramenta até ao local em que se metem à água, ao longo do areal plano e duro que se estende até à barra do Cávado; e serve igualmente para levar o sargaço seco até às barracas. Quando trabalham de parceria e usam rodafóle, enquanto um parceiro metido na água vai recolhendo as algas que boiam, o outro transporta no carrelo o rodafóle cheio até fora do alcance das ondas, entregando-lhe outro vazio. O carrelo facilita a tarefa dos que trabalham sòzinhos.

O *carrelo* é um carro de mão de duas rodas, cujo estrado é formado por travessas espaçadas. As rodas, feitas de duas folhas de tábuas, com o veio desencontrado, apresentam geralmente duas aberturas, para maior leveza; há, contudo, carrelos de rodas cheias (Des. 8).

d) O corte ou arranque das algas nas pedras descobertas pela vasante, só é actualmente autorizado de Maio a Março, tal

como acontece com o que se apanha de bordo de barcos ou jangadas, usando-se as mesmas fouce. Antigamente, porém, era



Des. 8 — 1 — Carrelo, Fão; 2 — Carrela, Fão; 3 — Engaço, Fão; 4 — Carrela, Mindelo; 5 — Carrela, Peniche; 6 — Carrela, Aguçadoura.

mesmo com a enxada que se arrancavam as raízes da taborra; mas este utensílio é agora proibido (1).

(1) Também o mexilhão e as pequenas concreções calcárias agarradas às pedras, a que em S. Bartolomeu do Mar dão o nome de *barranha*, eram dantes apanhadas livremente, com enxadas e *rapas* ou *rapeiras*. A lei permite agora apenas o ancinho, em pedras sempre submersas; e a faca, nas descobertas.

Baldaque da Silva cita para este género de recolha uma *rapadeira* em forma de pá com um gancho lateral, encabada numa vara comprida, e um *graveto* ou *encinho de ferro*, de três dentes, com a forma de um gadanho da lavoura; mas de ambos estes instrumentos não encontramos vestígios nem memória.

*
* * *

A faina do sargaço começa em Maio; apanha-se então a *folha de Maio*, de que se colhem geralmente boas *mareadas*. Quando esta não é rendosa, espera-se pela *folha de Junho*. Em Julho a lei permite já o corte e arranque das algas presas às pedras. Em princípios de Julho, nas praias sargaceiras assiste-se a um espectáculo cheio de movimento e animação. É preciso aproveitar a maior massa das algas presas às pedras antes que os demais as colham, e todos por isso se apressam o mais que podem. Em Castelo de Neiva, pela beleza da praia, número de gente empregada nessa faina, abundância de rochas, e existência de jangadas, esses aspectos são especialmente interessantes. Com mar calmo a maré vasa, a praia é um formigueiro de gente que se atarefa por todos os lados; ali, carros de bois, metidos na água, recebem a carga escorregadia dos barcos e jangadas; adiante, mulheres carregam à cabeça cestos donde pendem fitas da taborra, brilhando como lâminas, enquanto os rapazes correm com as carrelas carregadas pela duna acima, até à vertente voltada à terra, onde as algas são postas a secar; etc.

A apanha prossegue regularmente até fins de Setembro, sendo depois desta data muito irregular, e quase sempre pouco rendosa. De Novembro em diante, ela é praticamente nula.

A abundância de sargaço varia muito de ano para ano, e mesmo nas diferentes épocas dentro do mesmo ano. É geralmente

em seguida a períodos de mar revolto ou de marés fortes que vêm à praia as maiores quantidades dele.

Certos dias de abundância excepcional ficam longo tempo na memória dos sargaceiros. Há poucos anos, já fora da época costumada — foi pelo Natal — o mar trouxe tal quantidade, que algum se perdeu por cansaço de toda a gente que acorreu a apanhá-lo.

Desde Maio a Setembro, ou seja durante toda a época, duas pessoas assíduas podem colher entre treze a vinte e cinco carros de sargaço seco.

*

* *

Como dissemos atrás, duas ou três espécies de algas são, em alguns locais, como por exemplo de Moledo a Viana, na Amorosa, Castelo de Neiva, e no sul, no Baleal, escolhidas e separadas para, depois de lavadas e secas, serem vendidas para fins industriais, a preços que oscilam entre 12 e 15\$00 a arroba.

Na ínsua de Caminha, a *unha de cão* é apanhada para alimento de suínos. Com o mesmo fim, desde Moledo a Viana apanham o *limo*, *verdelho* e *musgo*.

*

* *

Na foz de alguns dos rios que desaguam neste sector da costa, como por exemplo o Lima e o Cávado, apanha-se o *limo* que se cria sobre o lodo e se agarra às pedras. Rapado com o ancinho vulgar, de dentes de ferro, reúne-se em montes e carrega-se depois em carros de bois para casa, onde é posto a secar, estendido no chão. É um adubo bom para qualquer cultura, mas como só no verão se pode apanhar (dizem que as águas fortes do inverno o levam), não vem a tempo de ser empregado para o



Fot. 9 — Averomar — *Cortiços na praia*

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 10 — Averomar — *Sargaço a secar*



Fot. 11 — Fão — *Valinhos* de protecção contra a nortada



Fot. 12 — Fão — «Empadelando» sargaço seco



Fot. 13 — Castelo de Neiva — Mulher espalhando sargaço, junto dos *palheiros*



Fot. 14 — Castelo de Neiva — Erguendo os *palheiros*



Fot. 15 — Castelo de Neiva — *Palheiros* em construção



Fot. 16 — *Montes de sargaço* na Póvoa de Varzim

(Cliché de António Marques de Almeida)



Fot. 17 — *Montes de sargaço em Averomar*



Fot. 18 — *Aguçadoura — Pilha de sargaço de planta rectangular, junto a um campo de masseira*

milho. Usa-se de preferência para hortas, nabais, etc. (Fot. 2 e 3). Baldaque da Silva menciona ainda uma grande colheita de erva nas insuas de Canosa e Terroeiro, na foz do Miúho, próximas da margem espanhola.

*
* *

Actualmente a licença permite tirar sargaço em qualquer ponto da costa dependente da capitania que a passou. Outrora, porém, parece que a apanha podia apenas ser feita pelos moradores de cada freguesia ou concelho, dentro da respectiva área (1).

O aparecimento de sargaceiros estranhos não é contudo frequente, e pode originar brigas. Assim sucedeu por exemplo aos sargaceiros de Gandra que uma vez foram a S. Bartolomeu; esses mesmos sargaceiros vão por vezes às Marinhas, e aí nenhuma hostilidade encontram.

(1) É o que dispõem os forais da Póvoa de Varzim de 1308 e 1315, que atribuem «todo argaço que seja em termho da dicta pobra..... aos pobradores dela»; e é também o que se depreende da Provisão de D. João V, de 1742, resumindo a representação que lhe fora apresentada, em que se pretendia que «só os moradores da dita vila, com prohibição dos de fora, fossem senhores dos argaços da praia do seu termo...»; e ainda, do mesmo modo, o que também se depreende do Art.º 3.º da Postura Municipal da Póvoa de Varzim de 1 de Fevereiro de 1861, que dispõe que: «É permitido o uso de barcas e jangadas no litoral das... freguesias de Amorim e Beiriz, no tempo não prohibido, *contanto que não invadam o das outras freguesias*, sob pena de multa de 5.000 reis». Além disso, em certas zonas, proibia-se a extracção de sargaço por meio de barcos ou jangadas, sendo só autorizada a sua apanha à mão; é o que dispõe a Postura de 17 de Março de 1862: «É prohibido extrair nas praias do mar das freguesias de Nabais e Estela, deste concelho, sargaço do mar por meio de barcos ou jangadas de toda a espécie, sendo só permitido apanhá-lo à mão, com gravetas e quaisquer instrumentos, quando ele venha arrojado às praias» (Citadas por Cândido Landolt in: «Folklore Varzino», págs. 55-56, e 54).

A época da permissão legal do corte e arranque das algas é hoje mais larga que em outros tempos; então, tais operações só se podiam realizar em Agosto, Setembro e Outubro ⁽¹⁾ ao passo que hoje elas são autorizadas desde 1 de Julho até 1 de Março do ano seguinte, ficando defeso somente o período em que as plantas germinam e se desenvolvem.

Também actualmente a apanha pode legalmente ser feita — e é-o de facto — em qualquer dia, dentro da época autorizada; mas noutros tempos, ela era proibida ou regulamentada com restrições nos domingos ou dias santos; por vezes permitia-se a apanha do sargaço deixado em seco, mas multava-se e confiscava-se aquele que fosse apanhado dentro da água, sendo a multa ainda mais pesada quando recolhido de barcos ou jangadas ⁽²⁾.

(1) Com efeito, a Postura Municipal da Póvoa de Varzim de 21 de Março de 1849 dispõe que: «É proibido, sob pena de multa de 500 reis, segar sargaço ou rapar nos penedos junto a estas praias, com o perdimento do mesmo sargaço que se encontrar, à excepção dos mezes de Agosto, Setembro e Outubro; esta entende-se por cada indivíduo, e fica aplicada para despezas da Junta de Paróquia». E a Postura de 1 de Fevereiro de 1861 estende às freguesias de Amorim e Beiriz esta disposição (Citadas por Cândido Landolt, *op. cit.*, págs. 50 e 55-56).

(2) É também uma Postura Municipal da Póvoa de Varzim, de 27 de Junho de 1840, que no-lo indica, dispondo que: «É prohibido extrair do mar sargaço em Domingo ou dia santo de guarda, desde a meia noite à meia noite, sob pena do perdimento do sargaço, para as despezas da paróquia. § único — Permite-se apanhar somente o sargaço que fôr arrojado à praia pela maré, sem que para isso se entre na água». E na mesma ordem de ideias, a Postura de 1 de Fevereiro de 1861: «prohibe no litoral das freguesias de Amorim e Beiriz extrair po mar sargaço com qualquer instrumento que seja, e ainda à mão, desde o sol posto de sábado ou véspera de dia santificado, até ao nascer do sol de 2.^a feira ou dia seguinte ao santificado, sob pena de 2\$000 reis de multa, paga por cada

Outrora era permitida a apanha nocturna das algas; a Provisão de 1742, a que já por mais de uma vez nos referimos, dispõe expressamente que: «sendo o uso das praias do mar livre e comum para os vassallos d'este Reino para pescar, e aproveitar os argaços que o mar arroja às ditas praias, de dia e de noite... E, na Representação que os «lavradores e moradores da Póvoa de Varzim» dirigiram ao Governador das Armas do Porto acerca do caso, precisa-se mesmo que a reclamação contra o Governador da fortaleza da mesma Vila diz respeito à apanha nocturna: «... a eles supplicantes é a praia do seu distrito livre e desembargada de tempo immemorial comum a todos, e como o Tenente da Fortaleza d'esta villa os impede a que tirem de noite os argaços que sahem n'ella defronte da Fortaleza...». Hoje, porém, de acordo com a lei, a apanha do sargaço só pode ter lugar do nascer ao pôr do sol.

De um modo geral, a observância desta norma fica a cargo das autoridades que fazem a patrulha dos respectivos sectores da costa. Em Montedor, porém, existe um costume especial, com ela relacionado: aí, o sinal horário que marca o nascer do sol para os efeitos em causa, é o apagar do farol; as pessoas — que, como dissemos, são geralmente mulheres da lavoura — encontram-se já reunidas na praia; mas, mesmo depois daquele sinal, para poder começar a apanha do sargaço, é necessário verificar-se mais outra formalidade: confirmando o sinal do farol, uma autoridade local, o «quadrilheiro», é quem autoriza concretamente o início dos trabalhos, cuidando que estejam todos presentes ou a postos. Em relação ao sargaço que está na areia, as pessoas, dada a

peessoa que extrair sargaço». E em §: «É porem permitida a apanha do referido sargaço nos Domingos e dias santificados, depois de ouvir a missa, pagando cada pessoa a multa de 2\$000 reis... ou 4\$000 se fôr com barco ou jangada» (Citadas por Cândido Landolt, *op. cit.*, págs. 50 e 55-56).

ordem do «quadrilheiro», consideram imediatamente seu o monte junto do qual se postam, sem mais trabalho, e ao qual vão juntando os montículos próximos que podem; mas, se ele é pouco e as pessoas muitas, para ordenar o trabalho de forma que todos sejam contemplados, o «quadrilheiro» traça um risco paralelo à massa do sargaço, para lá do qual as pessoas têm de formar o seu monte, com o auxílio de ancinhos ou outra ferramenta; deste modo, cada um fica apenas com a quantidade que tenha transportado efectivamente para lá do risco, dando tempo a que todos possam apanhar algum, embora uns mais e outros menos, conforme a sua presteza (1). O «quadrilheiro» pode ainda, no caso

(1) Em Oya, na Galiza — a única povoação de certo vulto entre La Guardia e o Cabo Sillero, no rebordo meridional da baía de Vigo — onde a apanha de sargaço parece ter também uma importância considerável, existe uma pessoa — que é, por direito tradicional, o vizinho casado em data mais recente — encarregada de anunciar o aparecimento do sargaço, com o grito de «jargazo ó mar!», repetido várias vezes das alturas de La Raiña, e que constitui um «toque geral de chamada». A este sinal (que pode ouvir-se de dia ou de noite), um representante de cada família corre até ao lugar próprio para a recolha das algas, onde todos se reúnem, no pequeno porto de abrigo, procurando, de longe, localizar os pontos mais convenientes e onde o mar é mais pródigo, mas sem que, de momento, se inicie o trabalho. Nessa altura, tudo é ainda apenas alegria e hilaridade entre os contendentes. Alguém traça um risco na areia, que nenhum deles ultrapassa, sob pena de ficar «desclassificado». Os corpos tensos esperam o almejado sinal. Enfim, este dá-se, e as pessoas iniciam uma corrida louca — uma verdadeira e «renhida competição desportiva» — até esse ponto que já haviam acariciado com o olhar. Daí a pouco, todos trabalham com afã na recolha das plantas, e vêem-se famílias inteiras ocupadas nessa faina. As algas vão-se espalhando na areia, e aquele que as apanhou adquire sobre elas um indiscutível direito de propriedade; elas podem ali continuar o tempo que for necessário até secarem, sem que nunca se haja assinalado o mais leve desvio, porque os vizinhos, entre os quais não há diferenças de classes, respeitam mutuamente o fruto do traba-

de disputas acerca do sargaço, ou de desobediência às suas ordens, ordenar o «apenar o mar», isto é, a suspensão da apanha, ou mesmo aplicar multas, que entram nos cofres da Junta; e em paga das suas funções, recebe uma certa percentagem do sargaço que se encontrava na praia.

Barcos, masseiras e jangadas

O corte ou apanha das algas que se encontram fora do alcance da utlisagem que se maneja da praia, são feitos de den-

lho de cada um, que para todos eles é idêntico (Rogelio de la Granja y Bacelar, *op. e loc. cit.* — ver nota 2).

Vemos deste modo que os dois costumes — de Oya e de Montedor — apesar das diferenças de conteúdo e de finalidade que apresentam, têm uma forma exterior muito semelhante; ambos, com efeito, têm em vista marcar o início efectivo de um trabalho — a apanha do sargaço — que, embora seja feito por cada vizinho para si, o deve ser por forma que todos estejam colocados em posição de o realizarem a partir de condições iguais: todos ao mesmo tempo e em comum.

Considerando, por outro lado, que as duas povoações são relativamente próximas, é legítimo supor, embora com todas as reservas, que estes dois costumes derivem de uma mesma norma ou prática anterior, ou que ambos consignem mais um mesmo velho princípio de fundo comunitário, tanto da nossa tradição cultural, segundo o qual o sargaço do mar era de todos, como um produto que a todos interessa, e que todos deviam ir colher ao mesmo tempo; e na verdade, a existência de sinais a marcar o início de trabalhos que devem ser feitos em comum, parece ser indício de costumes comunitários preexistentes; esse costume, em Oya, teria evoluído no sentido de tomar uma forma predominante lúdica, de competição de força e destreza, enquanto que em Montedor se veio a fundir com a prescrição legal mais recente, que, por outras razões e considerações, marca hoje também o início daquele trabalho. Atente-se, além do mais, na designação de «quadrilheiro», que sugere uma autoridade de outras eras, da pessoa que em Montedor é encarregada de garantir que a apanha do sargaço é feita em conjunto por todos, e da associação desta função, em Oya, com uma ideia clássica de fecundidade.

tro das embarcações que existem nesta faixa costeira — barcos ou masseiras, e jangadas. De um modo geral pode dizer-se que as masseiras se encontram no sector compreendido entre os rios Minho e Lima; deste até ao Ave, encontram-se — e principalmente encontravam-se — as jangadas, ao mesmo tempo que certos tipos de barcos; e do Ave ao Douro, usavam-se apenas barcos. Passamos por isso a descrever e estudar as diversas formas que apresentam estes três géneros de embarcações.

A — MASSEIRAS

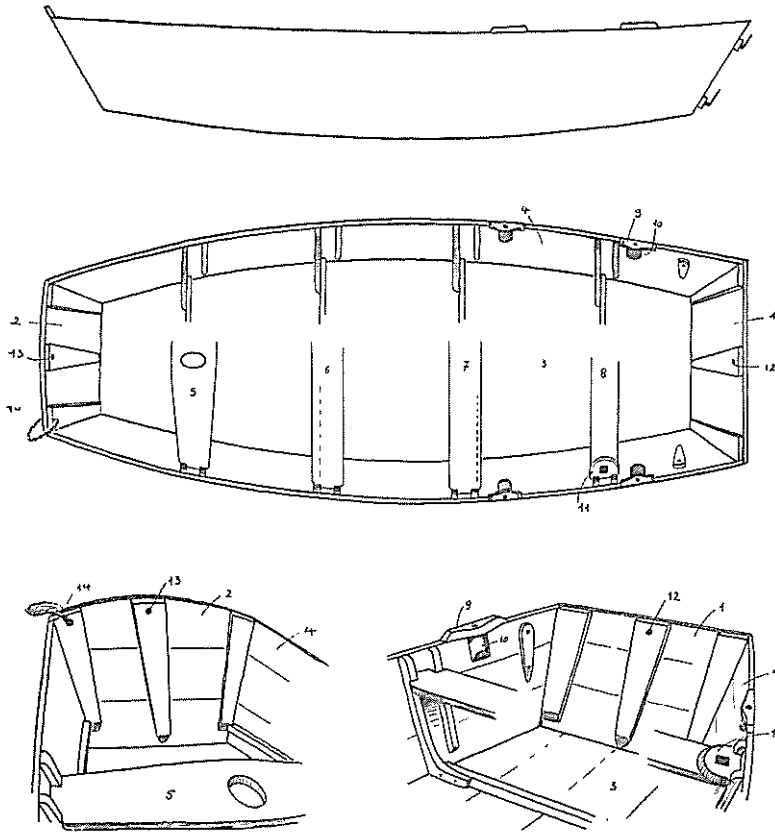
As *masseiras* ou *gamelas* são, como o seu nome indica, pequenas embarcações de proa e ré cortadas, e de fundo chato ligeiramente arqueado (Des. 9). A sua construção é muito simples: todas as tábuas que formam o *fundo*, as *bandas* e os *testeiros* são espessas, e as suas ligações macheadas. O testeiro da proa é mais estreito que o da ré; dos quatro bancos um é amovível, permitindo maior arrumação para certas pescarias; e são recobertas interior e exteriormente por uma camada de breu negro. A masseira é tripulada por dois homens, acidentalmente três. Bolina menos mal, graças ao grande leme que possui (1).

A masseira encontra-se presentemente desde Caminha até ao Neiva. Baldaque da Silva, à data do seu trabalho, menciona-as apenas entre o Minho e o Lima; Santos Graça alargando a sua área, refere-se à sua existência na Póvoa até ao princípio deste século (2). Daí para o sul não possuímos qualquer informação

(1) Baldaque da Silva, *op. cit.*, pág. 400 — ao descrever estas masseiras, apresenta uma gravura que não reproduz de modo nenhum a que actualmente existe.

(2) Cír. A. Santos Graça, *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, pág. 188.

que indique o seu uso. São muito numerosas em Âncora e Caminha, constituindo, depois do desaparecimento do barco de tipo



Des. 9 — *Masseira*. 1 — Testeiro da ré; 2 — Testeiro da proa; 3 — Fundo; 4 — Bandas; 5 — Banco da proa; 6 — Banco do meio; 7 — Banco volante; 8 — Banco da ré; 9 — Remadouras; 10 — Chumaceiras; 11 — Chaço das forquetas; 12 — Orifício onde passa a corda para varar a masseira; 13 — Orifício da corda de varar, e onde passa a amura da vela; 14 — Anel de corda por onde enfiam o mastro e a verga.

poveiro para a pesca do largo, que teve lugar em nossos dias, a totalidade das suas embarcações de pesca.

A masseira manobra bem nas passagens estreitas entre penedos, é muito sólida, e foi, talvez mais que os barcos de outro tipo, indicada por isso para os sargaço.

B — BARCOS

Os barcos para o sargaço não diferem dos que são usados exclusivamente para a pesca. Apresentam-se segundo dois modelos:

a) *Catraias de tipo poveiro*

Da Apúlia para o sul é este o tipo de barco que presente-mente se vê por toda a parte. De construção muito ligeira, aparece como um barco poveiro reduzido quase apenas às suas partes essenciais. Estas catraias, de uns 4,50 a 5,50 m de comp., têm-se divulgado também para o norte, substituindo na Apúlia, e principalmente em Fão, os antigos barcos de fundo chato, de que falamos a seguir; e encontram-se muitos em Castelo de Neiva.

b) *Pequenos barcos de fundo chato*

Por toda a costa da área de Esposende existiu a embarcação de duas proas e fundo chato («fundo de prato»), muitas vezes sem leme quando utilizada na pesca costeira; mas ela está a ser rapidamente substituída pela catraia poveira acima descrita, muito mais vantajosa para a pesca mais para o largo, fora da zona dos recifes.

Tal tipo de barco parece ter sido vulgar mesmo na costa a norte dessa área, sendo talvez em barcos destes que a gente de Anha saía ao sargaço ao longo da costa até às alturas de Montedor.

Por informações colhidas em Fão, existiram também ali, até há cerca de 40 anos, barcos de fundo chato, de ré cortada. Ignoramos se estes barcos tiveram uma grande difusão, qual a área da sua expansão, e mesmo se precederam ou coexistiram com os de fundo chato, mas de duas proas, de que falamos antes. A um destes barcos o dono varava-o com uma espécie de carro de quatro rodas, de sua invenção, pois trabalhava sòzinho, e assim dispensava a ajuda de outrem.

*
* * *

Estas pequenas embarcações, a que rapidamente nos referimos, guardam-se nas barracas, junto dos barcos do pilado, agora inúteis pelo desaparecimento deste crustáceo. Estes últimos, que são em toda a costa sensivelmente de igual tamanho e sempre de tipo poveiro, foram em tempos de dimensões mais reduzidas e de construção mais descuidada ⁽¹⁾ que as dos que hoje se destinam ao mesmo fim.

C — JANGADAS

As jangadas foram, noutros tempos, usadas em escala muito mais larga do que hoje. Baldaque da Silva refere a sua existência nas últimas décadas do século passado em toda a área compreendida entre o rio Lima, ao sul de Viana, e Apúlia ao norte da Póvoa de Varzim, e até há cerca de 50 anos ainda aí, e mesmo mais ao sul, eram muito vulgares, quer para a recolha de sargaço, quer exclusivamente para a passagem para as rochas descobertas na baixa-mar, onde se pesca o polvo com o bicheiro, ou se apanham

(1) O Sr. João Liro, de Fão, informou que deviam ter tido menos uns três palmos de quilha.

mariscos, quer até, acidentalmente, para uma pequena pesca — que também, em parte, era feita por gente rural que ia à praia ao sargaço.

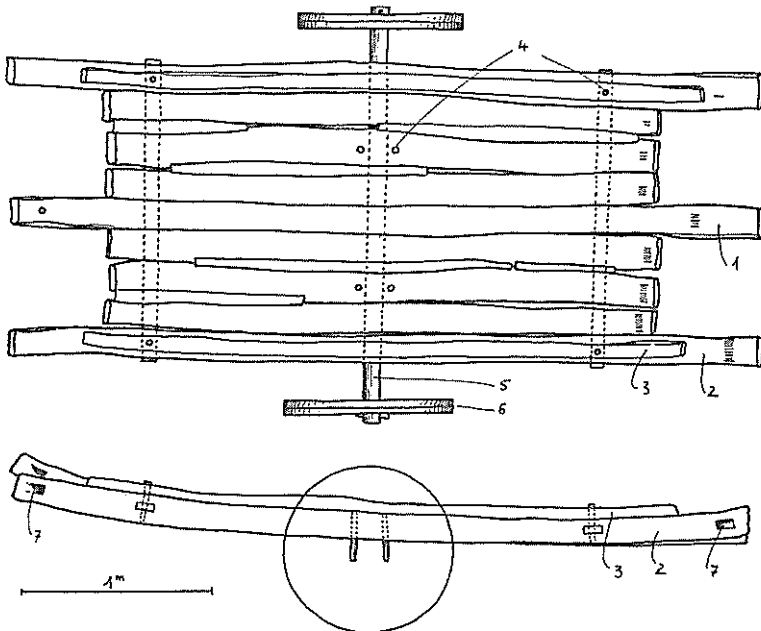
Presentemente, porém, elas desapareceram praticamente por toda a parte, excepto em Castelo do Neiva e em Averomar, onde ainda se encontram bastantes em uso. De facto, embora tenham sobre os barcos a vantagem de poderem trabalhar sobre pedras pouco submersas, que são perigosas para qualquer outra embarcação, a dificuldade de manobra tem levado à sua substituição por pequenas catraias; de resto, em vários locais, é já quase só o pescador que se dedica à colheita de algas feita de bordo, aproveitando os seus barcos de pesca.

Em relação ao passado, são escassas as informações que ainda se podem colher nos locais onde as jangadas foram usadas; a memória do povo não conserva nítida a imagem das coisas vistas apenas na infância, que perderam a sua utilidade. A única fonte de notícias que possuímos, é o livro de Baldaque da Silva, referido a 1892, e que tantas vezes citamos neste trabalho; mas cremos que parte dos elementos consignados, e em especial os que dizem respeito ao sargaço, não assenta em observações directas, carecendo desse modo de certeza indubitável. Descreveremos por essa razão em primeiro lugar todas as jangadas que nós próprios encontramos, em seguida compararemos as nossas observações com os dados que extraímos daquela obra.

Quem desce a costa encontra em Castelo de Neiva as primeiras jangadas, formando um grupo numeroso. Algumas delas vieram da vizinha povoação da Amorosa, onde os lavradores deixaram de as usar há já alguns anos.

Essas jangadas são constituídas por um estrado de troncos de choupo ou vime (*borriço*), grosseiramente talhados a machado, e ligados uns aos outros por duas travessas espigadas; as jun-

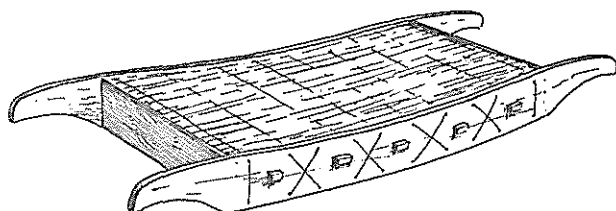
tas são tomadas por tábuas ou troncos finos, pregados apenas onde se abre a boca duma fenda mais larga. O tronco do meio, *pau d'apor*, e os dos lados, *beiras*, são sensivelmente mais compridos que os outros, e as pontas mais finas recurvam-se um pouco para cima; sobre cada um destes últimos está um pau mais delgado, *guarda*, que forma uma espécie de borda impe-



Des. 10 — *Jangada*. 1 — Pau de apor; 2 — Beira; 3 — Guarda; 4 — Tornos; 5 — Eixo; 6 — Roda; 7 — Rasgos para pegar na jangada à mão (Castelo de Neiva).

dindo o sargaço de cair da jangada, As guardas são fixadas às beiras por dois *tornos* de madeira, justamente na altura em que prendem também as travessas que unem o estrado. Todos os troncos principais da jangada são numerados, para os reporem na mesma ordem no caso do conjunto ser desarmado; e nas pontas das *beiras* e *pau de apor* há uns entalhes por onde os agarram, quando querem levantar a jangada (Des. 10).

Este estrado tosco desloca-se, em terra, em cima de um rodado, sobre cujo eixo pousam os troncos mais espessos, entre dois pares de tornos de madeira. As rodas são de duas folhas de tábuas cruzadas e pregadas; vêem-se contudo algumas de construção semelhante às dos carros de bois. No mar, são movidas à vara, longa haste de pinheiro delgado, munida duma forte ponteira de ferro. Para as manterem fundeadas cravam um pau no estrado da jangada onde amarram o cabo da poita (Fot. 4 e 5).



Des. 11 — *Corticeira*, Marinhas.

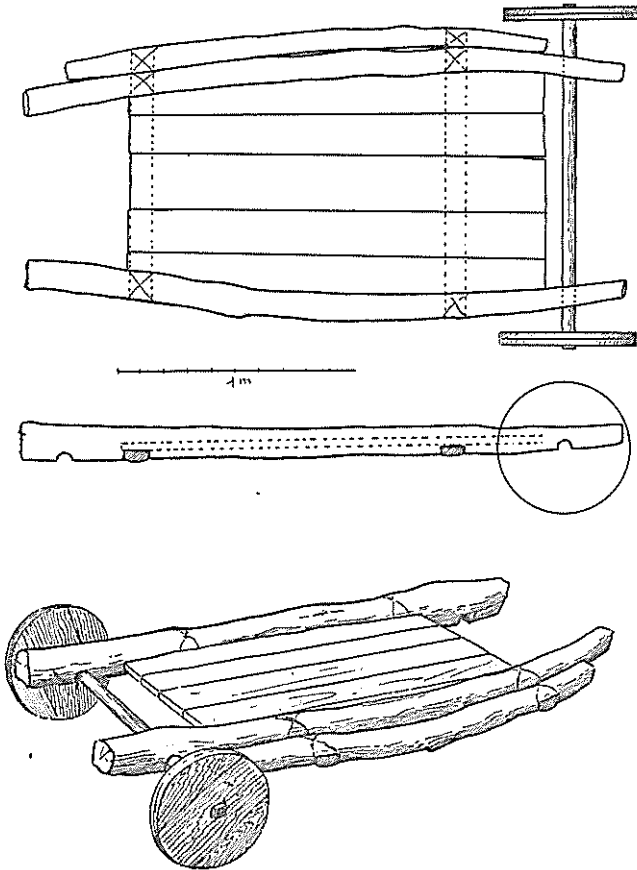
Estas jangadas são tripuladas indistintamente por uma ou duas pessoas, homens ou mulheres, não se afastando muito da praia para norte ou para sul (Fot. 6).

Nas Marinhas mantém-se ainda um pequeno grupo de *corticeiras*, pequenas jangadas que não passam dum caixilho de tábuas, dentro do qual, postos de cutelo e no sentido longitudinal, estão apertados bocados de cortiça. O conjunto é mantido por travessas espigadas nas tábuas compridas que formam os lados, e apertado por arames que se cruzam em X na face exterior dessas mesmas tábuas, ou cavilhando as pontas salientes das travessas. As tábuas laterais estreitecem nas pontas, de modo a servirem de pegas (Des. 11), (Fot. 7).

As corticeiras ficam no areal, fora do alcance das ondas, pousadas sobre suportes espetados na areia, para que esta as não cubra quando vem arrastada pelo vento (Fot. 8).

Estas pequenas jangadas são empregadas apenas para a passagem para as pedras, onde apanham os polvos.

Nas dunas de Fão, entre a Senhora da Bonança e o agrupamento de Pedrinhas, encontra-se a jangada representada no

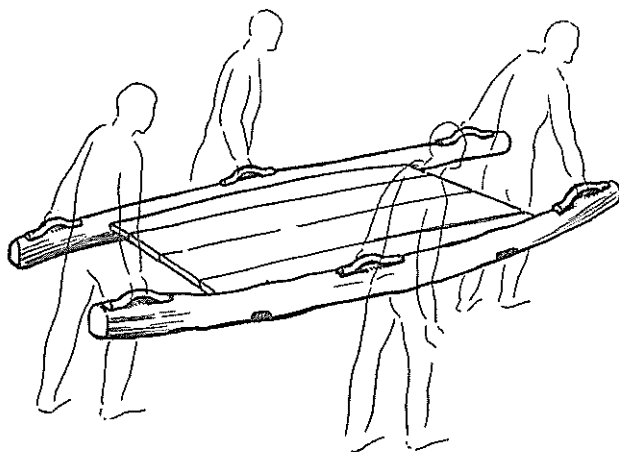


Des. 12 — *Jangada*, Fão.

Des. 12. Ela é formada por um estrado constituído por dois troncos de choupo, em que entalham pelo lado inferior duas travessas, pregadas e amarradas com arames. O rodado que a conduz ao mar é colocado, não a meio, mas num topo.

Esta jangada é a que resta das várias que existiam até há poucos anos neste local. Elas não tinham, porém, o rodado que a esta está adaptado, que foi aperfeiçoamento do dono. Sobre cada um dos paus laterais havia três asas fortemente pregadas, por onde pegavam os homens que a transportavam pelo areal (Des. 13).

Em Sedovem existem ainda duas ou três, que se parecem um pouco com as «corticeiras» das Marinhas. Têm o aspecto de uma



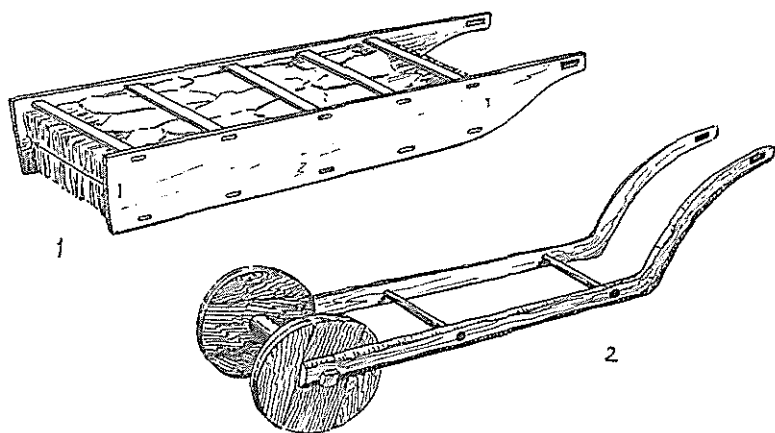
Des. 13 — Jangada, Fão.

grande grade formada por duas tábuas laterais de cerca de 0,30 de larg. e um pouco mais de 2,50 de comp., ligadas por vários pares de travessas delgadas, espigadas, junto dos seus bordos. Dentro desta caixa estão dispostos pedaços de cortiça. Uns arames esticados entre as duas tábuas impedem que estes se desloquem. Esta espécie de grade com cortiça dentro não ocupa todo o comprimento das tábuas, sendo as pontas salientes utilizadas como pegas. Para o seu transporte no areal, estas jangadas, ali conhecidas por *barcas*, são atravessadas sobre um *carrelo*, o qual

é, por vezes, usado também para levar o sargaço, pousando-se sobre ele uma carrela carregada (Des. 14 e 15).

Um homem de cerca de 60 anos, dono duma delas, diz tê-las conhecido sempre deste tipo, desde os seus tempos de rapaz; e serem utilizadas apenas para atravessar para as pedras (1).

Averomar continua a manter um grande grupo de jangadas, a que se dá o nome de *cortijos*. Estas jangadas são com efeito

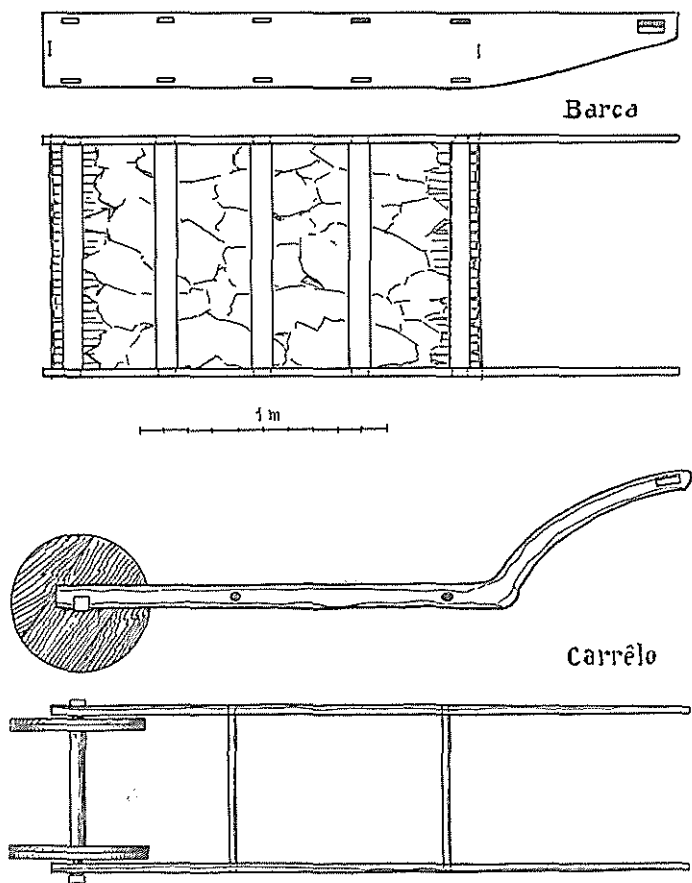


Des. 14 — Barca e carreto, Sedovem.

formadas por quatro rolos de cortiça, os *molhos*, com cerca de 1,40 de comp. cingidos por uns poucos de arames, e atravessados por duas *pernas* de pau, que os prendem uns aos outros e servem simultâneamente de pegas. Nos extremos da face que escolhem como superior, fixam-se dois sarrafos de madeira, os *testeiros*, que desempenham o papel de bordas, não deixando

(1) Uma destas jangadas de Sedovem está agora munida de toleteiras, podendo ser assim movida a remos. É oportuno acrescentar que não é raro atravessarem a nado para as pedras, à apanha do polvo.

escorregar o sargaço. Toda esta rudimentar estrutura é atada com arames logo que começa a desconjuntar-se (Des. 16):

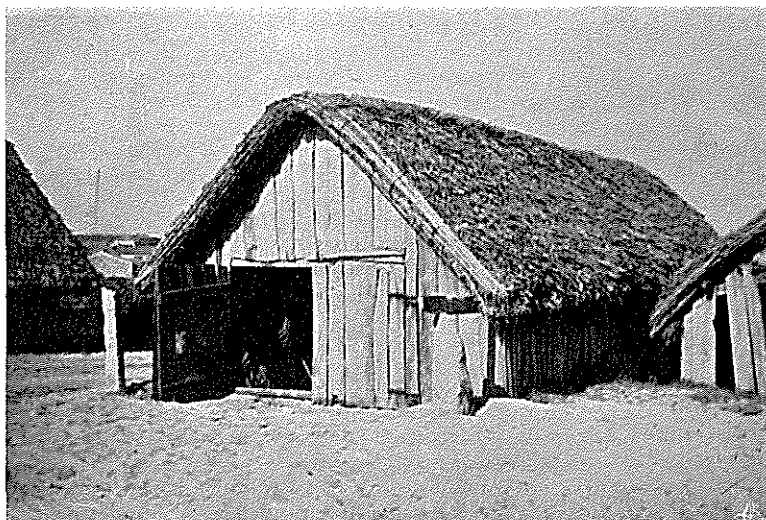


Des. 15 — Barca e carrêlo, Sedovem.

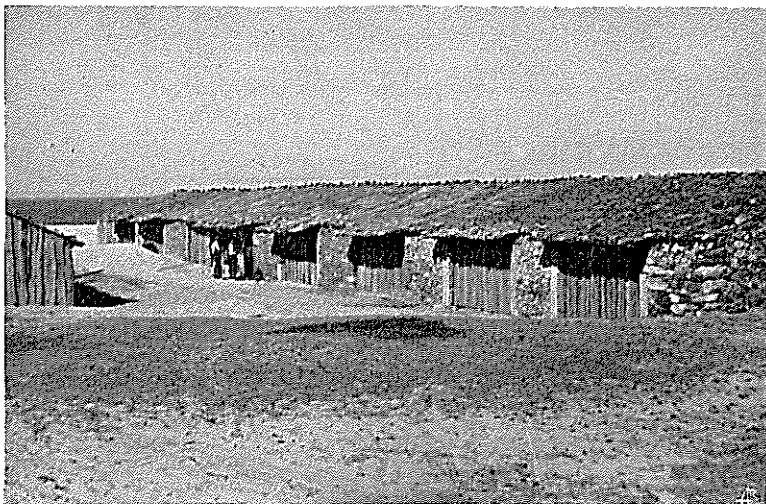
Os *cortiços* são tripulados por uma só pessoa e empregados quase exclusivamente na apanha do sargaço. No areal colocam-nos de pé, encostados a escoras, para a cortiça se manter arejada (Fot. 9). Um cortiço carregado dá três a quatro carreladas. Últimamente há grande dificuldade na compra da cor-



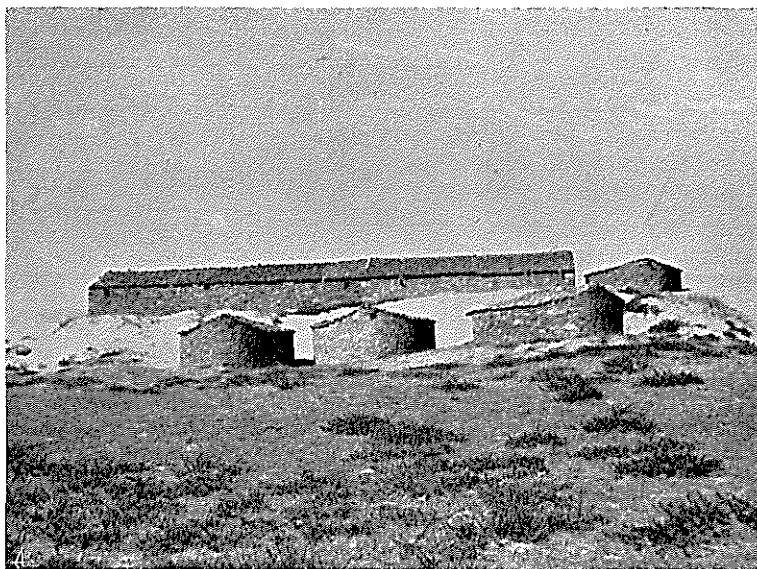
Fot. 19 — Mindelo — Barracos com cobertura de colmo a duas águas



Fot. 20 — Aguçadoura — Grandes barracos de madeira de facção cuidada,
com cobertura de duas águas assente em esteios de granito



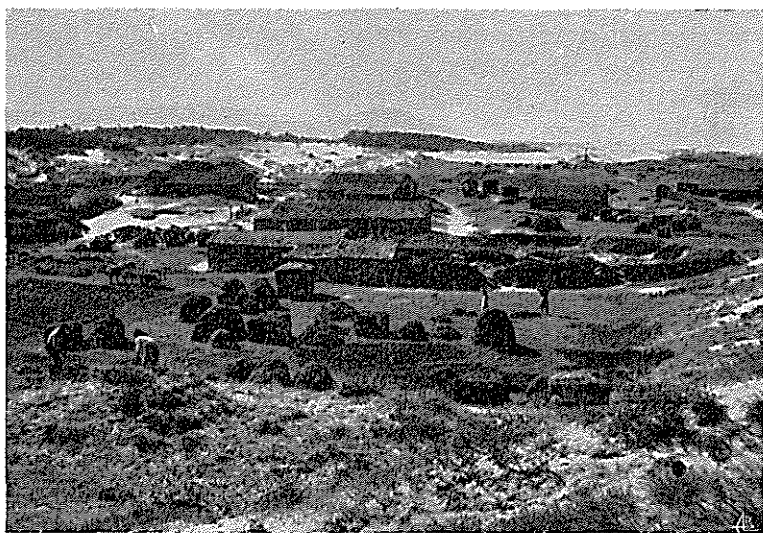
Fot. 21 — Sedovem — Barracos de pedra alinhados



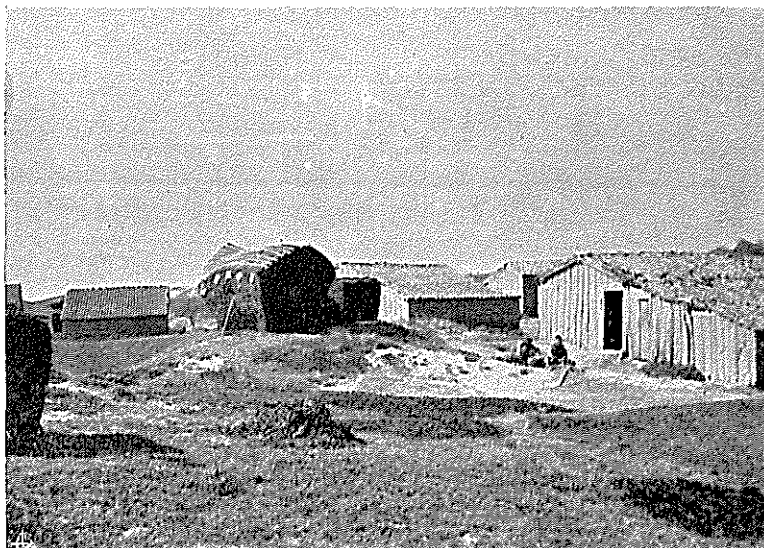
Fot. 22 — Pedrinhas — Barracos de tipo arredondado espalhados na duna



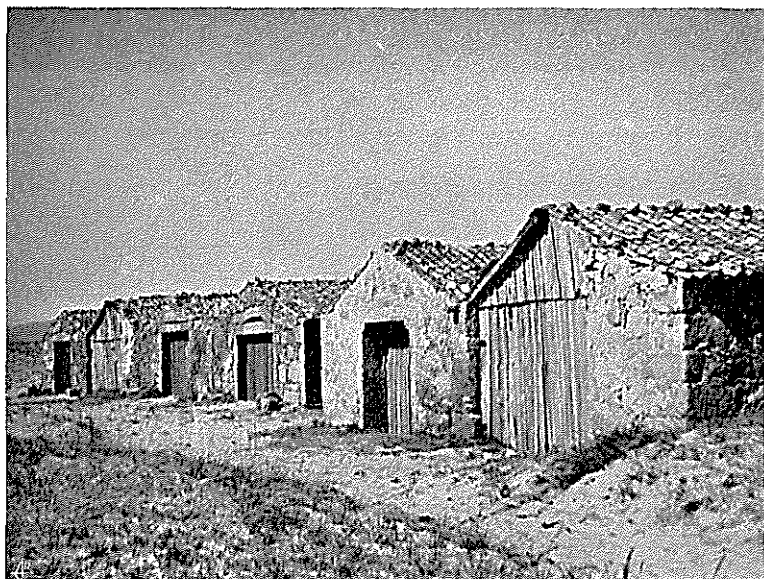
Fot. 23 — Foz do Neiva — Barracos de madeira



Fot. 24 — Castelo do Neiva — A povoação na duna



Fot. 25 — Castelo do Neiva — Barracos de madeira
e «palheiros» de sargaço

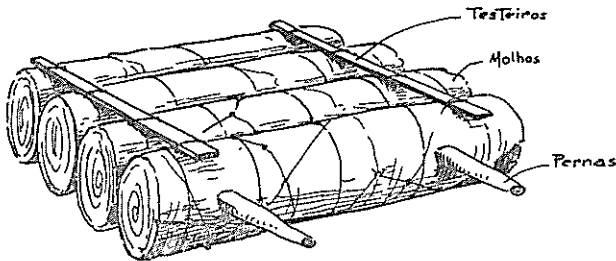


Fot. 26 — Montedor (Troviscoso) — Fila de barracos de pedra

tiça; é-lhes difícil pagarem o preço oferecido pelas fábricas e não conseguem fornecedor.

Vejamos agora o que nos diz Baldaque da Silva acerca das jangadas neste sector do litoral português em 1892, e comparemo-lo com as nossas próprias observações, que dão o estado presente da questão:

Desenho 17 — 1 — Jangada de Anha: «Compõe-se esta jangada, a primeira que se encontra ao N. do País em Viana do Castelo, de

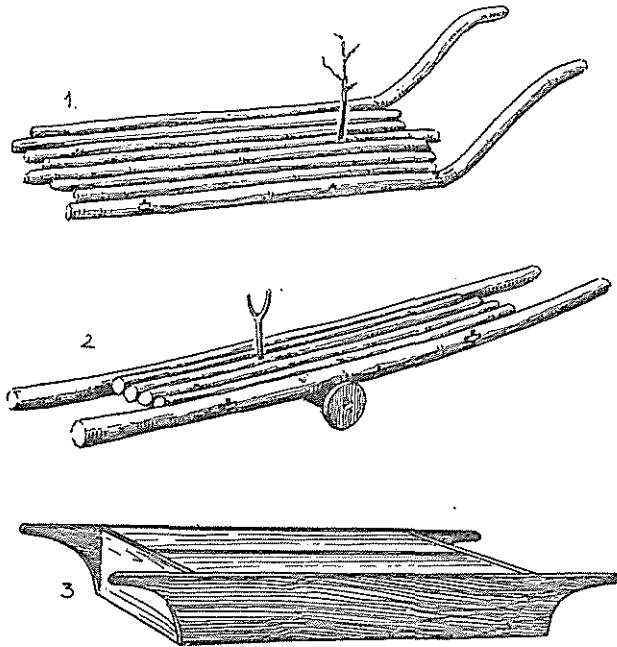


Des. 16 — Cortiço, Averomar.

8 troncos de madeiro muito leve, ligados, formando estrado, por 2 ou mais cavilhas, e tendo lateralmente duas tábuas dispostas como borda falsa. Os troncos das bordas são mais compridos, e levantam em forma de rabo de arado. Estas jangadas vêm-se no porto de Viana, em número de 12 a 15, explorando as regiões marítimas pedregosas e a costa adjacente que orla o litoral desde Montedor até à costa ao sul do rio Lima, no local denominado Anha» (pág. 367).

Anha corresponde à actual praia de Viana do Castelo, logo ao sul da foz do Lima, em frente da cidade, no local onde os lavradores de Anha, no interior, tinham os seus barracos, que ainda aí se vêem. Essa gente, hoje, não usa jangadas. Da com-

paração deste desenho e descrição com as nossas observações, nota-se que há uma certa semelhança entre as jangadas actuais de Castelo de Neiva e esta, que Baldaque chama « de Anha » ; mas as actuais não têm rabiças, e apenas um pequeno rebordo, feito com um tronco; pelo contrário, têm rodas, e Baldaque não fala



Des. 17 — 1 — Jangada de Anha; 2 — Jangada de Neiva e S. Bartolomeu;
3 — Jangada das Marinhas.

(Reprodução dos desenhos de Baldaque da Silva).

disso; é porém de presumir que as antigas, a serem como o Autor as descreve, também as tivessem, dado o peso que deviam ter.

Desenho 17 — 2 — Jangada de Neiva e S. Bartolomeu —
«Forma-se de 6 troncos de madeira ligados, sendo maiores os dos lados, e assenta em um eixo com rodas para com facilidade

varar e ser lançada ao mar. Este sistema, mais simples que o anterior, não tem tão grande desenvolvimento como os empregados em outros portos de sargaço » (pág. 367).

Estas jangadas parecem assemelhar-se às que actualmente se usam na Amorosa e em Castelo de Neiva, que porém têm um rodado móvel e de rodas maiores que as Baldaque indica.

Em Neiva (Foz) e S. Bartolomeu, não há presentemente jangadas, nem memória de elas terem jamais ali existido.

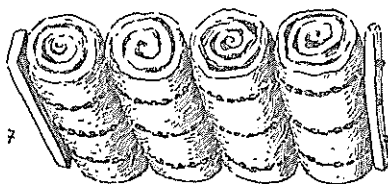
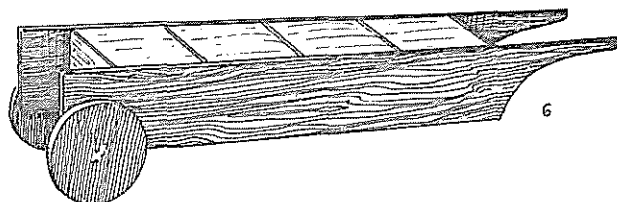
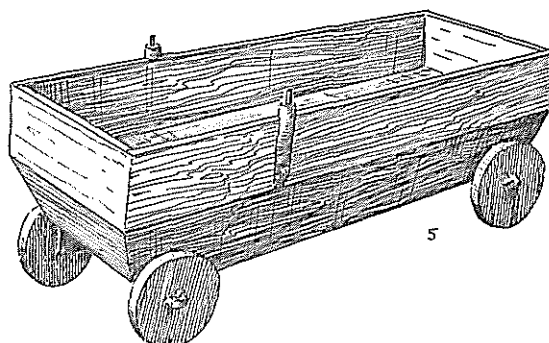
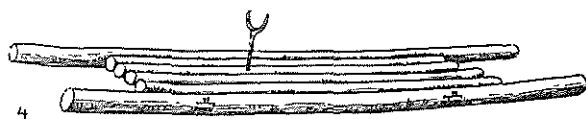
Desenho 17 — 3 — Jangada das Marinhas — «É feita de madeira e cortiça, tendo a forma indicada na figura. É com o auxílio desta jangada que os pescadores da costa das Marinhas vão pescar ao polvo nos rochedos adjacentes à praia, e situados a maior ou menor distância da terra » (pág. 367).

Correspondem muito sensivelmente às que ainda hoje ali se vêem.

Desenho 18 — 4 — Jangada da Costa de Fão — «É como a do Neiva, um pouco mais pequena, e não tem rodas, razão pela qual é mais portátil e encalha com maior facilidade, requerendo um menor número de indivíduos para a tripularem (sic.; certamente quis-se dizer: «transportarem»). Estas jangadas são as mais vulgares » (pág. 367).

A última jangada desta área, que subsiste, varada até há pouco ainda, no areal de Fão ao sul da Sr.^a da Bonança, tem uma certa semelhança com as que Baldaque descreve; a única diferença que se nota é que o seu estrado é feito de tábuas, e não de troncos, como no desenho de Baldaque; mas é natural que correspondam à mesma coisa, e que os troncos tenham sido substituídos por tábuas.

Desenho 18 — 5 — Jangada de Fonte Boa — «Parece um carro de madeira com 4 rodas, tendo interiormente o fundo de cortiça, e nas bordas 2 toleteiras para os remos» (pág. 368).



Des. 18 — 4 — *Jangada da Costa de Fão*; 5 — *Jangada de Fonte Boa*;
6 — *Jangada da Apúlia*; 7 — *Barca da Apúlia*.

(Reprodução dos desenhos de Baldaque da Silva).

Não encontramos ninguém em quem a imagem desta jangada despertasse a menor reminiscência, nem que nunca dela se recordasse de ouvir falar. A existência de um barco de fundo chato e

ré cortada, para o qual o dono arranjou um chassis de quatro rodas, de modo a podê-lo mover sòzinho sobre o areal (a que nos referimos no texto, falando dos barcos de fundo chato, neste lugar), teria induzido alguém num erro que o Autor reproduz?

Desenho 18 — 6 e 7 — Jangadas da Apúlia — «Há nesta praia dois tipos diferentes de jangadas: um, em forma de carrinho com duas rodas, e construído de madeira e cortiça; o outro é feito só de cortiça, e ligado com correntes de ferro, tendo o nome de *barcas* na localidade. As rodas das jangadas são apenas para o transporte na praia, porque dentro da água não são munidas delas. A figura (7) representa a *barca* empregada pelos sargaceiros e pescadores da Apúlia, havendo neste porto grande número de jangadas deste tipo, que servem de auxiliar tanto na colheita do sargaço como na pesca, que os habitantes desta localidade vão fazer por entre os rochedos que orlam a costa.

Para o Sul da Aguçadoura, em toda a costa ocidental e meridional do continente, não se usam as jangadas, mas sim as embarcações na apanha dos vegetais, que se faz em alguns portos e praias marítimas» (pág. 368).

Aqui, também, hoje, não existem jangadas. A que descrevemos no texto, existente em Sedovem (Sedovem faz parte da Apúlia), corresponde de certo modo à primeira que Baldaque menciona. A principal diferença que as distingue está no processo de transporte em terra — rodado na de Baldaque, carrelado na que vimos —. E embora o carrelado não pareça concebido para tal carga, o dono de uma delas, com cerca de 60 anos de idade, afirma tê-las conhecido sempre assim. O outro modelo de jangadas, que de facto se usou na Apúlia até há uns 40 anos, para o sargaço e polvo, era semelhante ao usado hoje em Averomar, que descrevemos, diferindo apenas no processo de prisão dos

rolos de cortiça; à que Baldaque descreve, também faltam os testeiros que servem de bordas rudimentares.

A afirmação de não serem usadas jangadas para o Sul da Aguçadoura, parece não corresponder aos factos, pois o seu emprego em Averomar — onde hoje elas são muito abundantes — é certamente antigo. Em posturas municipais de meados do século passado já se regulamentava o seu uso nas freguesias de Amorim e Beiriz, que então englobavam o actual termo de Averomar (1).

Na costa norte, pouco do sargaço apanhado segue fresco para casa do lavrador (2). A maior parte dele é seco na duna, perto do sítio em que o apanham, ou em que o descarregam de barcos ou jangadas. O sargaço, transportado em carrelas ou cestos, é virado por todo o espaço onde o vão estender, operação que se executa à mão, pois a camada deve ficar delgada e igual. Em épocas de abundância, grandes extensões de areal estão assim cobertas por tapetes acastanhados, divididos por carreiros irregulares muito estreitos (Fot. 10). Quando a nortada é forte, para evitar que a areia trazida pelo vento cubra o sargaço, resguardam-no com *valinhos*, pequenos combros de areia ou de chorão ou junco das dunas (Fot. 11). Com bom tempo, a seca dura dois a três dias.

Se a apanha é feita longe das barracas, e para evitar o transporte em fresco das quantidades apanhadas diariamente, o sargaço é espalhado em sítios desertos, e é em carros de bois

(1) Art. 3.º da Post. Munic. de 1 Fev.º 1861: «É permitido o uso de barcos e jangadas no litoral das ditas freguesias, em tempo não proibido, contanto que não invadam o das outras freguesias, sob pena de multa de 5\$000 reis». Cit. por Candido Landolt, *op. cit.*, pág. 56.

(2) Outro tanto não acontece na zona de Peniche, onde grandes massas de algas são levadas em fresco.

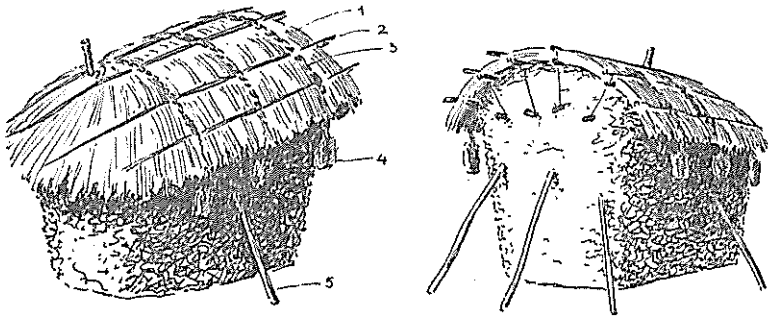
que em seguida o vão buscar, quando seco. Todos sabem qual é a sua parte e nunca se dá qualquer roubo, apesar de ficar assim abandonado.

Em quase toda a costa a operação de juntar o sargaço seco estendido na areia, é feita com certos cuidados especiais. A manta seca é empadelada em *postas* (Fão), *padelos* (Aguçadoura e Averomar), ou *manelos* (Castelo de Neiva), o que facilita o carregamento em carros, e a construção de pilhas. O *empadelar* consiste em enrolar com ancinhos ou à mão a manta de sargaço seco, voltando a enrolar o rolo obtido, à mão, em todo o seu comprimento (Fot. 12).

O sargaço seco é então empilhado, conservando-se assim até à ocasião do seu emprego. O que é para venda fica geralmente nas dunas, esperando a chegada do comprador. Por Afife e Carreço, porém, como não há estrada até o mar, costumam trazê-lo até à estrada nacional junto da qual o empilham, para maior facilidade de venda e carregamento em camionetas. Em Moledo guardam-no nas barracas, que ali são espaçosas e livres de embarcações (a praia não permite o lançamento de barcos). O sargaço para consumo próprio, vai geralmente, logo que está seco, para casa do lavrador; apenas quantidades pequenas são guardadas nos barracos, até darem carrada. Contudo, em povoações próximas do mar, como por exemplo Averomar, os seareiros empilham-no no areal, e ali o conservam até à altura de o empregarem (1).

(1) Para um carro de sargaço seco, são precisas cerca de trinta carreladas de fresco, o que significa que a secagem reduz de um terço o seu peso. As chuvas prejudicam-no, levando-lhe aquilo a que o povo dá o nome de «gordura». Baldaque da Silva dá a conta de 73 cestos de sargaço fresco para um carro (*op. cit.*, pág. 365); mais precisamente, e em concordância com a nossa constatação, vemos em «Aguçadoura — Estudo Económico-agrícola», já cit., pág. 132, que o sargaço seco perde 60 % do seu peso.

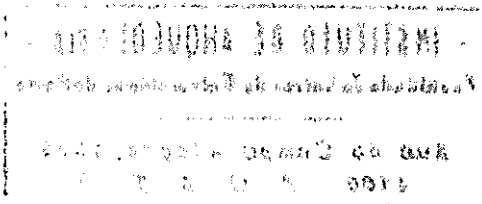
Cada lanço de costa faz estas pilhas com forma própria. No cabedelo de Caminha são quadradas, cobertas por capuzes de palha seguros por pedras. Já por Afife e Carreço, as que se vêem ao longo da estrada têm uma forma muito particular. São quase sempre pequenos *palheiros* de forma alongada, cuja cobertura abaulada de colmo, *colmeira*, pendendo para a retaguarda, é presa por *arejões* seguros por cordas de palha, *corras*, donde pendem *pedras*. As pontas frontais dos arejões são amarradas por arames ou vergas a pequenos paus espetados na massa do sar-



Des. 19 — *Palheiros* de Afife e Carreço. 1 — *Colmeira*; 2 — *Arejão*; 3 — *Corra*; 4 — *Pedras*; 5 — *Fincões*.

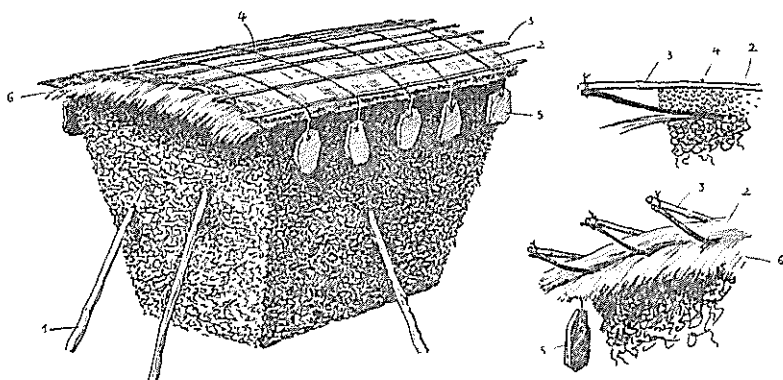
gaço. É frequente em cima espetarem outro pau, reforçando a segurança da *colmeira*. Os *palheiros* são amparados por *fincões* (Des. 19).

Estas pilhas são de construção descuidada, apesar de relativamente complexa. Em Castelo de Neiva e Amorosa, onde a forma é bastante afim, os *palheiros* são muito mais cuidadosamente erguidos e cobertos. Têm a forma duma pirâmide truncada de base rectangular com a parte mais estreita pousando no chão; por isso, pelo menos quando as erguem, escoram-nas com *fincões*. São cobertas por *colmas* ou *colmaduras* seguras por *lateiras* de cana, que por sua vez são presas por *vencilhos* de arame, de



que pendem lascas de xisto chamadas *lousas*. O remate das colmaduras é muito cuidado, especialmente o virado para o Sul, em que aplicam mesmo uma espécie de beiral de junco. A forma destas pilhas é a mesma das medas de palha centeia, e até de caruma de pinheiro, que também com o nome de *palheiros*, abundam e são características desta parte do litoral (Des. 20) (Fots. 13, 14 e 15).

Outra forma de pilha muito particular é a dos *montes* de sargaço que fazem desde a Açuçadoura até ao Mindelo (Fot. 16).



Des. 20 — *Palheiros* do Castelo de Neiva. 1 — Fincões; 2 — Colmaduras; 3 — Lateiras; 4 — Vencilhos; 5 — Lousas; 6 — Espécie de beiral de junco.

É em Averomar, por alturas de Novembro, que eles se podem observar em maior número. São muitos centos de pilhas cilíndricas (ou tronco-cónicas, alargando ligeiramente para cima), cobertas por *capelas* cónicas de colmo seguras por um cordão que as envolve a meia altura, e sobre o qual pousa uma carreira circular de pedras; para esse cordão emprega-se o material mais variado: velhas cordas, cordéis, ou linhas de pesca, tiras de rede e até ramos de silva (Fot. 17).

Já no Mindelo, a par de pilhas do tipo descrito, se vêem outras de facção grosseira, de planta rectangular. É esta última

forma, muito descuidada, a que se encontra daí para o sul, formando as *serras*, vulgarmente sem qualquer cobertura de protecção (1).

Estas pilhas vão-se erguendo durante o ano, e são vendidas desde o fim de Novembro até Fevereiro, principalmente para a plantação da batata. Há quem as faça pequenas, na tentativa de iludir o comprador menos experimentado; e também com sargaço demasiado seco, pois, não acamando bem, com menor quantidade ficam mais volumosas. O grande comprador é o lavrador da região de areias a norte da Póvoa de Varzim. Vai comprá-lo a todos os pontos da costa desde Caminha ao Porto, em qualquer sítio onde ele exceda o consumo local (2). Têm, no geral, fornecedor já conhecido, indo comprá-lo quase sempre sem intervenção de intermediários. Há lavradores que compram três camiões por ano (dois lavradores já chegaram a comprar cinco). Na Aguçadoura as pilhas de sargaço seco erguem-se junto dos campos em que vai ser aplicado. A sua forma segue a das pilhas das dunas — cilíndrica com capela cónica — ou é de planta quadrada ou rectangular, com cobertura de colmo a duas águas (Fot. 18).

Também a zona de Barroselas consumia quantidades avultadas de sargaço, que vinha de comboio das praias entre Viana e Caminha. Parece que o emprego deste adubo desapareceu completamente.

Baldaque da Silva (*op. cit.*, pág. 82), diz que do Moledo ia enorme quantidade de sargaço para o «extremo norte da provín-

(1) Apenas em anos de venda difícil e demorada alguns as cobrem com cana milha.

(2) No Moledo informaram seguirem dali uns 35 a 40 camiões por ano. Só querem as algas pequenas, ficando o *golfo*, *cintas* e *crispelho* para consumo local.

cia do Minho, transportado pelos barcos do rio, que o conduzem para Campos, S. Pedro e Cerveira», e a memória do povo conserva a recordação desse facto; mas agora parece não haver qualquer venda apreciável para esses lados.

Dissemos atrás que o sargaço é quase sempre comprado directamente a quem o apanha e seca. Na verdade, há em certas praias gente — principalmente mulheres — que sendo muito pobres e precisando de dinheiro, vendem as pequenas quantidades de algas que vão apanhando e secando, a comerciantes da terra, que o negociam na época própria.

O sargaço da costa de Peniche (*limo*), que não é consumido pelos que o recolhem, é vendido, na sua maior parte em verde, para a região de Torres Vedras, especialmente para a adubação de vinhas.

Barracos

Ao longo de todo este sector costeiro, vêem-se, ora alinhados ora dispersos junto à orla da praia, barracos de abrigo e arrecadação de barcos e aprestos de apanha de sargaço e de pesca, que também podem servir de residência temporária de pescadores e sargaceiros, e que se apresentam sob variados tipos. Baldaque da Silva, na descrição daquilo a que dá o nome de «portos de pesca» e «portos de sargaço», que são todos os locais onde essas actividades têm lugar, mesmo simples recantos da praia desertos, indica a existência desses barracos em muitos locais, nomeadamente desde o Cabedelo de Caminha até Sedovem, e depois apenas em Vila Chã, precisando por vezes rigorosamente o seu número e localização — que não raro condizem com o que ainda hoje encontramos —, nada porém dizendo quanto à sua forma, materiais de construção, etc. Por seu lado, Rocha Peixoto tenta uma classificação desses barracos — que parece con-

siderar todos de tabuado — mas apenas sob o ponto de vista da classe social das pessoas a que eles correspondem; e diz que os barracos que existem desde o Cabedelo de Caminha até ao Gramadouro (Pedrinhas), são abrigos ou residência temporária de sargaceiros-lavradores; os da Apúlia, Aguçadoura e Averomar, são abrigos e residências temporárias de gentes que cumulam mesteres rurais e marítimos; e os de Sedovem e Vila Chã, são residências permanentes de pescadores — constituindo portanto verdadeiras aldeias —, encontrando-se aí e em muitos outros pontos da costa para o sul até ao Algarve, «quase numa imutável traça»; nada indica, porém, do mesmo modo que Baldaque da Silva, quanto à forma desses barracos, tipo de construção, etc. Ver-se-á que, neste capítulo especial, as nossas observações e os informes por nós colhidos quanto ao passado, que a seguir passamos a expor, se afastam consideravelmente da opinião deste Autor.

*

* *

Já não é fácil reconstituir com segurança todas as formas que apresentaram, em tempos passados, mais ou menos distantes, os barracos de recolha da ferramenta do sargaceiro, e de barcos e aprestos para pesca do pilado e peixe. Agrupados em número muito variável eles erguiam-se em locais escolhidos pela abundância de sargaço e pela sua proximidade da área habitada.

A sua regular implantação actual em filas ou arruamentos é relativamente recente, e foi acompanhada por uma melhoria de construção e aumento de dimensões. Eles dispunham-se, pelo menos na maior parte desses agrupamentos, a esmo pela praia, em geral mais próximos da água que actualmente; localizavam-se assim na faixa pertencente aos Serviços Hidráulicos, que, em certo momento, passaram a cobrar o aluguer do terreno, podendo

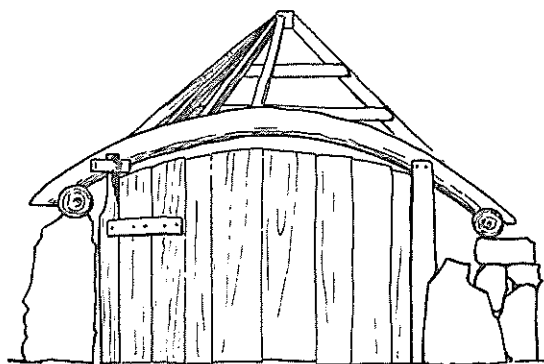
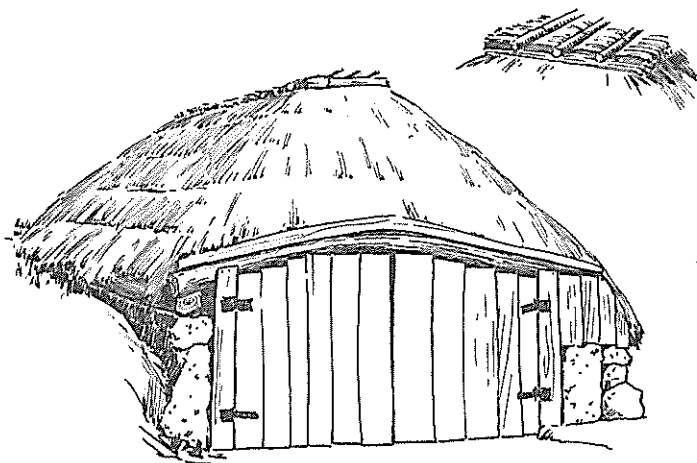
também ordenar a sua demolição sem qualquer indemnização. Isto motivou a sua construção em terrenos particulares, mais afastados do mar; construção que foi então melhorada, adoptando-se a forma que têm presentemente, ou formas intermédias entre essa e a primitiva.

Nós encontramos barracos a partir de Lavra e Angeiras para o N., em Vila Chã e no Mindelo; e nessa faixa, os mais antigos parece terem sido pequenas construções muito toscas, com paredes feitas de pedaços de granito, e cobertas de colmo ou junco, tais como algumas que se vêem ainda naquela última praia (1).

Essas *barracas* ou *palhoças* primitivas, de que existem ainda alguns exemplares, estão agora quase mergulhadas na areia, e a cobertura, fica tão baixa que é necessário protegê-la dos bois por molhos de tojo; ela é a quatro águas, sendo a da frente menor

(1) Rocha Peixoto — *Palheiros do Litoral*, in: «Portugália», tomo I, pág. 85, alude, como dissemos, a «palheiros de tabuado», ou sejam barracos de madeira, em Vila Chã, residência permanente de pescadores. A terem existido, já deles porém não restam vestígios nem memória. Mas cremos que essa sua afirmação é menos fundamentada: 1.º) — Existem barracos, naquela região, não apenas em Vila Chã, mas nos demais portos onde se pescava ou apanhava sargaço — Angeiras (Lavra), Mindelo, etc. —; em todos eles os barracos são do mesmo género, iguais aos que descrevemos, e em parte nenhuma, ali, se lembram de barracos de madeira. 2.º) — A actual povoação costeira, que como dissemos, está ainda em processo de formação, é feita em parte à custa dos velhos barracos da praia, o que atesta a relativa antiguidade destes, dos quais alguns ainda existem com a sua forma e função primitivas; e estes são de pedra. De resto, a sul do posto fiscal da povoação, há ruínas de barracos antigos, que também são de pedra. 3.º) — Ao contrário do que o A. parece crer, os barracos de Vila Chã não eram residências permanentes de pescadores, o que faria do aglomerado da praia já nessa altura uma aldeia piscatória, mas simples barracos de abrigo, onde eles dormiam por vezes na época da safra; e não existia assim a povoação marítima. A este respeito, veja-se: Apêndice — a) Area geográfica da apanha de sargaço entre os rios Minho e Douro.

que a da retaguarda. As suas reduzidas dimensões eram as mesmas para todas, pouco mais de 7 m de comp. — para permi-



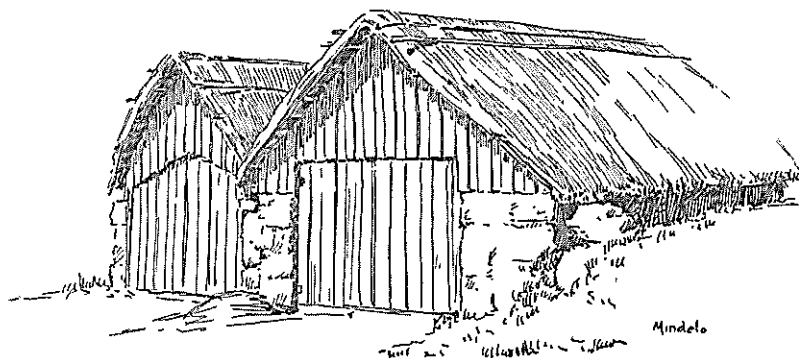
Des. 21 — Barracos primitivos do Mindelo.

tir a arrecadação do barco — e apenas 3 a 3,5 de larg. (1).

(1) Os barracos arruinados que se vêem a sul do posto fiscal de Vila Chã, a que aludimos na nota anterior, medem $7,5 \times 3$ m.

A porta, de um ou dois batentes, ocupava toda a largura da fachada, e a padieira, arqueada, mal deixava passar um homem a pé (Des. 21).

Quando abrigavam todo o material, ficavam estas *barracas* completamente atravancadas: a um lado o barco; nas traves da armação, remos, mastros, bicheiros, e todos os demais aprestos compridos; a um canto, a lareira com a *trempe* e o *latão* ou *caldeira* de cozer a casca, e a *masseira* para o encasque das redes; e, espalhado por onde havia lugar, cordas, paus, carrelas, etc.



Des. 22 — Barracos com cobertura de colmo a duas águas.

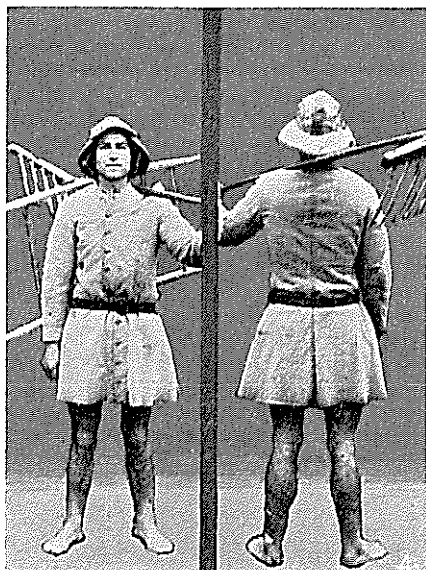
No momento em que tiveram de ser reedificados mais longe do mar, a antiga forma destes barracos sofreu alterações sucessivas, incidindo sobre alguns dos seus caracteres. Destas, a primeira foi a simplificação da cobertura de colmo, que passou a ser de duas águas (Des. 22 e Fot. 19); e seguidamente, o colmo foi substituído pela telha, e as dimensões do edifício aumentadas. Mas estes três estádios podem ainda observar-se em diferentes exemplares existentes na praia do Mindelo, que ilustram a evolução dos barracos de Angeiras e Vila Chã, cujo parentesco com os dali é evidente. A sua fase final, por sua vez, constitui um modelo que, progressivamente melhorado e ampliado, está na

base dos grandes barracos que agora se vêem ali e em Angeiras, e do próprio casario do núcleo mais denso de Vila Chã, feito à custa dos barracos preexistentes, como noutra lugar dissemos.

Do Mindelo para o norte, o primeiro barraco que encontramos é em Ayeromar. É hoje o único que subsiste, mas a gente do sítio lembra-se de ter havido outros iguais, de pedra, e com telhado de colmo a duas águas, no lugar em que depois foi surgindo a actual povoação, que é recente.

Na Aguçadoura, todo o núcleo é formado por barracos de tipo diferente. A sua cobertura de colmo ou palha de «borega» (da lagoa da Apúlia), a duas águas, assenta em esteios de granito cravados na areia, e todas as paredes são de tabuado (Fot. 20). Apesar de muito espaçosos, têm estreita relação com as pequenas barracas erguidas junto das habitações rurais desta região de areias, em que o lavrador guarda produtos do campo, especialmente a cebola. Estes barracos, amplos e cuidados, têm um carácter muito diferente dos demais barracos de madeira, que se encontram nas outras localidades desta área. Isto deve relacionar-se com a relativa prosperidade da região, e o emprego da madeira na sua construção explica-se certamente por razões culturais, como prolongamento da velha tradição, e também pela dificuldade do transporte da pedra, que não existe nessa área de dunas. De resto é natural que também na Aguçadoura pela sua vizinhança, e identidade de condições, existisse, como na Apúlia, uma outra forma, possivelmente mais antiga, em que as duas águas de palha desciam até ao chão, forma que neste último lugar denominavam de «lombo de burro».

Na Apúlia, porém, estes barracos de madeira e palha desapareceram completamente. Ali, presentemente, encontram-se duas categorias distintas de barracos: uns, de tabuado, que parecem ser predominantemente residências de pescadores, e outros de pedra, de arrecadação de sargaço e aparelhagem diversa — em



Fot. 27 — Sargaçeiro de Gandra



Fot. 28 — Sargaçeiros de Castelo do Neiva. Note-se o uso do «sueste» pelas mulheres, em vez do chapéu de aba larga, do antigo traje



Fot. 29 — Costa de Fão — A caminho da Barra



Fot. 30 — Pedrinhas — Sargaceiros na praia

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 31 — Fão — Sargaceiro correndo para a água

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 32 — Fão — Voltando para a praia com o rodafole cheio

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 33 — Fão — Uma «folada» de sargaço

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 34 — Fão — Na faina do sargaço

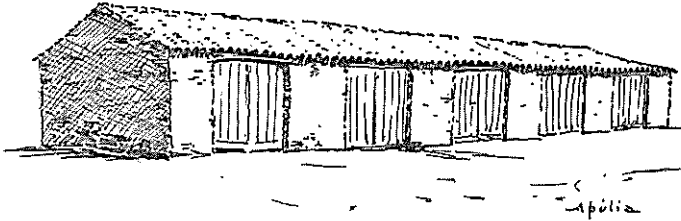
(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)



Fot. 35 — Sargaceiro trabalhando com o rodafole

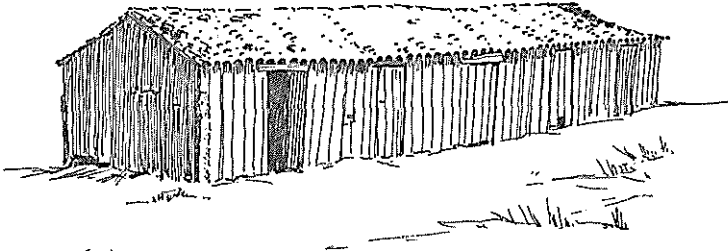
(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)

ambos os casos alinhados em arruamentos rectilíneos com as coberturas de telha a duas águas, mostrando sempre o cume paralelo à rua, formando como que um telhado único, com o beiral horizontal sobre as portas (Des. 23). Uns e outros apre-



Des. 23 — Apúlia — Barracos de pedra alinhados.

sentam formas variadas, não se podendo falar a seu respeito num modelo definido. Os barracos de pedra encontram-se de preferência mais ao sul, e os de madeira mais ao norte; mas nas duas áreas aparecem também barracos de ambas as espécies, e ao sul vemos barracos de madeira no meio dos de pedra, servindo ora de arrecadação de sargaço, ora de residência de sar-



Des. 24 — Sedovem — Barracos de madeira alinhados.

gaceiros ou pescadores, enquanto que ao norte, alternando com os de madeira, se vêem barracos de pedra onde vivem também essas gentes.

No vizinho agrupamento de Sedovem, as mesmas variedades e irregularidades se notam, existindo longos arruamentos de madeira (Des. 24) a par de outros de pedra (Fot. 21), os primei-

ros mais frequentemente de pescadores e sargaceiros-cabaneiros, os outros de gente da lavoura das freguesias do interior. E conserva-se aí a memória da existência de barracos semelhantes aos actuais da Aguçadoura que descrevemos, mas todos recobertos de palha borega, mesmo as paredes.

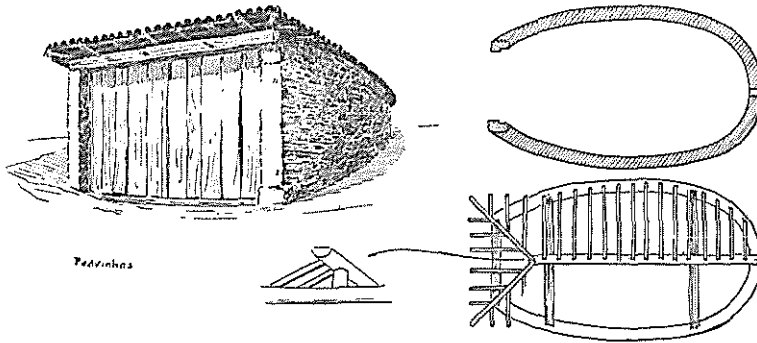
Na categoria dos barracos de pedra, aparecem aqui alguns exemplares de um tipo peculiar, isolados a esmo no areal, de forma arredondada, que merecem uma menção especial.

Nas Pedrinhas e no Facho (Fão) os barracos são todos de pedra, e pertença exclusiva de lavradores (de Fonte Boa e Gandra), que vão à praia ao sargaço, e ali arrecadam as algas e arrumam os seus aprestos e barcos. Nas Pedrinhas, esses barracos ora formam longos abarracamentos únicos, ora aparecem isolados, alinhados na orla do areal ou perpendicularmente a ela, ora mais ou menos a esmo pela duna — estes últimos, do tipo arredondado que já vimos em Sedovem (Fot. 22).

Em Fão, eles são todos isolados, mas alinhados, alternando barracos de planta quadrangular e telhado de duas águas, com barracos de tipo arredondado.

Estes últimos parece corresponderem à forma mais antiga aqui existente; eles têm uma planta grosseiramente elíptica, com o eixo maior perpendicular à linha da costa, e a porta na parte virada para esse lado. As paredes são feitas de pequenos fragmentos, bem assentes, de xisto, e às vezes de quartzites, sem reboco, com 1,80 a 2 m de altura, excepto as ombreiras, que são de granito. Na padieira, feita de um tronco esquadrejado, cravam muitas vezes tornos de madeira, dos quais penduram a roupa molhada. E o telhado, de telha caleira, de três águas, sobre a qual pousam pedras para a segurarem contra a nortada, forma sobre a porta uma espécie de alpendre. Na retaguarda, um pouco abaixo do cume, abre-se

um pequeno postigo, que permite olhar-se para o lado da terra ⁽¹⁾
(Des. 25).



Des. 25 — Pedrinhas — Barraco de planta arredondada.

(1) Estas construções circulares do litoral, que aparecem em Fão, nas Pedrinhas e em Sedovem, foram pela primeira vez estudadas em profundidade por Jorge Dias, que a elas se refere em vários trabalhos: *Contribuição para o estudo das construções circulares do noroeste da Península Ibérica*, in: «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XI, Fasc. 1, Porto, 1946; *Las construcciones circulares del Noroeste de la Península Iberica y las citanias*, in: «Cuadernos de Estudios Gallegos», Fascículo VI, Año 1946, pags. 173/194; uma breve menção em: *Las chozas de los Cabeçudos y las construcciones circulares de las citanias españolas y portuguesas*, in: «Archivo Español de Arqueología», Numero 70, 1948, pags. 164/172; e finalmente, numa revisão crítica dos demais trabalhos e de todo o material recolhido sobre o assunto, *O problema da reconstituição das casas redondas castrejas*, in: «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XII, Fasc. 1-2, Porto, 1949. Tomando posição no debate entre as teses célticas e pré-célticas acerca da explicação da forma redonda das casas castrejas, o Autor, pela análise das construções circulares existentes actualmente no Noroeste peninsular, formula a sua própria hipótese sobre o assunto, segundo a qual a casa redonda é independente de origens étnicas definidas, representando a petrificação da primitiva tenda, que por isso aparece em todos os povos numa fase inicial da sua evolução, subsistindo nos casos em que sobrevivem tipos arcaicos

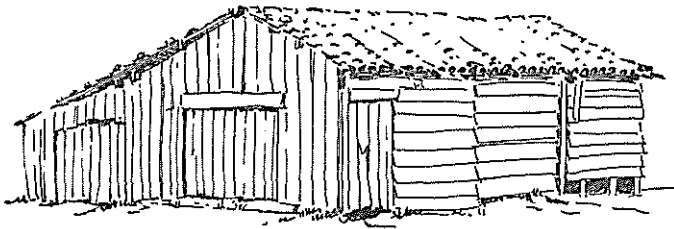
No pequeno grupo das Marinhas, os barracos antigos de pedra e colmo, que se encontravam a esmo, isolados na duna, desapareceram completamente com a venda dos barcos do pilado, sendo substituídos por pequenas casotas também de pedra, de telhado a duas águas, apenas para guarda da ferramenta de sargaceiros; algumas são divididas a meio, no sentido longitudinal e têm por isso uma estreita porta de cada lado da fachada. Pelo contrário, em S. Bartolomeu do Mar, alguns dos que existem, parece serem bastante antigos. Com telhados de forma variada, têm todos de comum o facto da porta ficar a um lado, deixando um espaço fechado por parede.

Na Foz e no Castelo do Neiva voltam a aparecer os barracos de madeira. Em ambos os lugares, eles encontram-se mais

de economia pastoril e agrícola. Por isso Krüger limita a sua área às regiões montanhosas mais pobres e isoladas desse sector peninsular.

A forma arredondada dos barracos de Fão, contudo, nada têm que ver com isto, não se relacionando com quaisquer origens étnicas ou estádios de evolução económica: ela parece antes, segundo o Autor, explicar-se por motivos de outra ordem, circunstanciais e funcionais, tendo fundamentalmente que ver com o fim a que esses barracos se destinam: abrigos temporários de barcos e aprestos, a sua construção não precisa de ser cuidada nem dispendiosa; o xisto abunda na região, é aí um material barato e de fácil utilização, prestando-se para uma construção que dispensa cunhais, que substitui por cantos arredondados. Acresce que a forma redonda já ali era conhecida, pelo menos em moinhos, podendo isso ter sugerido a ideia desse tipo nos barracos. O que se pode dizer é que esta forma especial, que, além dos barracos, aparece na capela de Nossa Senhora da Bonança (e ainda numa casa rural do núcleo urbano de Fão), passou seguidamente a constituir, por si mesma e independentemente de filiações mais antigas e gerais, um padrão de cultura local, que se exprime na frase que o Autor ouviu do seu informador, referindo-se à razão de ser dessa forma: «Isto é cá uma moda da gente».

afastados do mar, para o interior da duna, que é aqui íngreme e batida pela maré cheia. Mas enquanto que o Castelo possui várias dezenas deles espalhados desordenadamente pelo areal, há no primeiro apenas quatro, muito juntos e alinhados (Fot. 23). A forma duns e doutros é, todavia, idêntica, embora aparentemente diferente. Quer nuns quer noutros a porta fica por baixo da empena dum telhado a duas águas, e é frequente uma outra porta pequena a um lado. Porém no Castelo, de vida marítima mais intensa e constante — muitos cabaneiros são também pescadores — quase todas as barracas apresentam acrescentos laterais, para um ou para ambos os lados, servindo alguns de



Castelo de Neiva

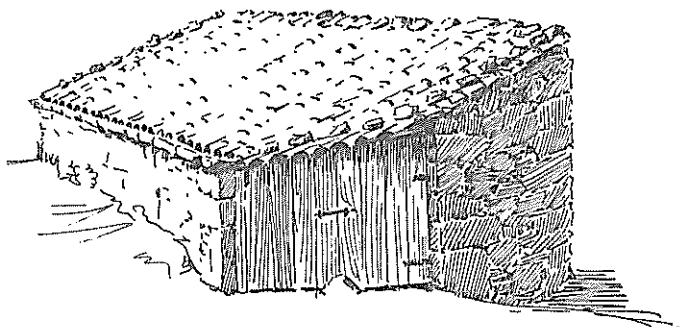
Des. 26 — Castelo de Neiva — Barraco de madeira com acrescento lateral.

habitação (Des. 26). Isto tira a este aglomerado o aspecto habitual, e dá-lhe a aparência duma povoação estranha (Fots. 24 e 25). Algumas das barracas têm um ou outro lanço de parede feito de lousa.

Logo ao N. do Castelo, a pequena aldeia da Amorosa surge, muito diferente, com uma fila contínua de construções de pedra alinhada frente ao mar. Como os barcos do pilado se venderam, as barracas foram transformadas, algumas divididas, e as portas semi-entaipadas. Parece que umas tinham beiral horizontal sobre a fachada, com o cume do telhado paralelo a ela, outras a empena virada ao mar. Logo atrás duma fila de barracos — que eram pertença de lavradores do interior, — cresce a actual

povoação de cabaneiros e pescadores, e aí vêem-se algumas construções de madeira pouco cuidadas.

Para N. de Viana os barracos têm forma muito irregular. Os de Montedor são todos de pedra, de formas e telhados variados: no sítio do Troviscoso, há uma linha de uns seis «armazéns» onde agora guardam especialmente os barcos de pesca; são todos de pedra, alinhados frente ao mar, com a empena virada para esse lado, mas não seguem nenhum modelo definido (Fot. 26); um pouco mais para N., há dois, de quatro águas, com a porta a toda a largura da fachada frontal; e no sopé do



Des. 27 — Montedor — Barraco de pedra de porta a um canto e telhado a uma só água.

morro do farol, há ainda outros espalhados, de planta irregular, com a porta num canto, e telhado a uma única água (Des. 27).

Alguns a uma água encontram-se também junto da capela de Santo Isidro, a N. de Âncora. No Moledo, onde é importante a apanha do sargaço, eles estão agora dispostos em arruamentos regulares; neles se guarda todo o sargaço para venda, porque ali não o empilham na duna.

No Cabedelo eles são de madeira.

Vemos assim que, nestes 100 km de costa, os barracos de praia tiveram e têm ainda hoje formas muito variadas. Do Minho

ao Ave encontramos barracos de madeira — e muitas vezes sob a forma de abarracamentos mais ou menos longos — na Aguçadoura, na Apúlia, em Sedovem, Foz e Castelo do Neiva, e Cabedelo de Caminha: exceptuando a Aguçadoura, em que o facto se pode explicar pelas razões especiais que expusemos, vemos assim o uso da madeira nos barracos que constituem os aglomerados de gentes pobres, cabaneiros e pescadores, que deles fazem preferentemente a sua residência permanente, e que são geralmente de uma construção pobre, precária e descuidada. E lembramos que as velhas casas dos pescadores da Póvoa parece, com efeito, terem sido também desse material. Pelo contrário, a pedra existe nos barracos de lavradores (1), que predominam do Minho à Apúlia, com excepção das povoações do Neiva. A explicação da preferência da madeira nos primeiros locais não pode estar apenas na facilidade maior de se encontrar neles esse material de construção, porque o pinhal está tão próximo deles como dos outros onde se usa de preferência a pedra. Trata-se pois certamente de uma razão cultural, e pode-se supor que cada um daqueles casos corresponde a conceitos diferentes, próprios de duas categorias também diferentes de pessoas: a casa de pedra, estável, como casa de lavrador; a de madeira — como o barco —, para o pescador e o cabaneiro pobre, que se acomoda com uma construção improvisada, incerta e provisória — quase volante — como a sua vida. Ao sul do Ave, pelo seu lado, encontramos apenas barracos de pedra, mesmo nos casos mais antigos, e referidos a gentes piscatórias ou cabaneiras; trata-se, porém, duma sub-região desta área, que também por outros aspectos, mostra características diferentes.

(1) A generalização de Rocha Peixoto é, pois exagerada; mas ela apoia isto que aventamos, porque como nós, o Autor parece também atribuir o «palheiro de tabuado» às gentes piscatórias, únicas a que alude.

A cobertura de colmo ou junco, agora rara, foi bastante frequente, e depois abandonada por causa dos incêndios; é ainda a de todos os barracos da Aguçadoura, onde o uso da palha para recobrir cabanas, telheiros e medas, é muito corrente.

Traje

No que respeita à indumentária específica da apanha de sargaço, distinguem-se duas áreas, correspondentes a dois tipos de traje muito diferentes: 1 — o traje que se encontra no sector costeiro compreendido entre o rio Lima e a Apúlia, e a que daremos o nome de «traje de Branqueta» (1); e 2) — o traje de Afife. O primeiro tipo compreende um traje masculino

(1) Vê-se assim que a área geográfica deste traje coincide muito aproximadamente com a área das jangadas, sendo de admitir a existência de uma relação entre estes dois elementos culturais. De facto, possuímos uma fotografia dos princípios deste século, mostrando um homem com «branqueta», referido a Anha (que, à beira-mar, corresponde à actual praia de Viana do Castelo, imediatamente a sul da foz do rio Lima); e, embora actualmente não existam jangadas nesse ponto, vimos que Baldaque da Silva insistia na sua existência ali no seu tempo, falando mesmo nas expedições que elas faziam a norte de Viana do Castelo, em busca do sargaço. Por outro lado, ao sul da Apúlia, o traje desaparece completamente, e o facto que apontamos de a gente da Aguçadoura se referir ao seu uso por parte dos sargaceiros seus vizinhos do norte numa atitude crítica, marca claramente o limite da área; e nesta localidade não existem — nem temos conhecimento da passada existência — de jangadas. Da nossa hipótese há portanto que exceptuar apenas Averomar, onde o traje não é conhecido, e pelo contrário, as jangadas existem de longa data, sendo mesmo hoje muito abundantes. Facto significativo que registamos é a indicação de: «Jangadeiro de Anha», designando o homem vestido com a «branqueta», e empunhando uma longa vara, que figura na fotografia mencionada.

e um traje feminino; o segundo compreende apenas um traje feminino.

Traje de branqueta — A palavra «branqueta» designa pròpria-mente o tecido especial de que este traje é feito — de lã na sua cor branca natural, que com o uso escurece sensivelmente; mas, por extensão, costuma-se com ela designar também o próprio vestuário.

Eis como Baldaque da Silva descreve este traje, referido à sua época: «Os sargaceiros do norte do país usam uma vestimenta especial que denominam «branqueta». Os homens vestem um casaco branco com abas compridas, preso com um cinto abotoado na frente; na cabeça um chapéu preto de abas grandes, e as pernas nuas. As mulheres... um corpete do mesmo pano abotoado na frente, saia curta também de branqueta, chapéu como o dos homens, e também as pernas nuas» (1). O traje, tanto do homem como da mulher, encontra-se hoje nestes termos, quase sem alterações: para o homem, ele consta verdadeiramente de uma única peça — um casaco comprido, descendo até meio da coxa, em que é evidente a sugestão das casacas masculinas de meados do século XVIII: gola baixa fechada, mangas compridas justas, cingido ao peito e preso à cinta por um cinto de couro, e alargando para baixo em pregas amplas, como um saiote curto, de modo a deixar inteiramente livres os movimentos das pernas, que ficam nuas, e com os pés descalços (Fot. 27). Aberto à frente e abotoado de cima a baixo com botões que por vezes são feitos do próprio tecido (2), ele é usado contra o corpo, sem qualquer roupa por

(1) — Baldaque da Silva, *op. cit.*, pág. 366.

(2) — A abotoadura à frente, é direita e corrida, da Apúlia ao Cávado; daí para o norte o saiote tem, porém, em baixo, uma presilha com casa, que vem apertar mais dentro (Fot. 28); e encontramos este pormenor já na imagem do traje do «jangadeiro de Anha» dos princípios do século, a que aludimos na nota da página anterior.

baixo, que, com a longa permanência na água que este trabalho exige, acabaria por macerar a pele e talvez ferir, prejudicando a actividade do sargaceiro e até por vezes a sua segurança. Devido a isto, a gente da Aguçadoura, que o não usa, acusa os sargaceiros vizinhos de «falta de vergonha» no seu traje; mas a censura é totalmente injusta: o talhe especial com que ele é feito, e a intenção com que é usado, garantem um recato perfeito, e só com grande malícia é possível descobrir nele a menor indiscrição. No peito, ele é de duas folhas sobrepostas, para proteger o melhor possível da água e abrigar do frio quem tem de sofrer o embate das ondas, às vezes durante algumas horas; e, do consenso geral, a sua eficiência, em todos os sentidos, é muito grande.

A gola, os punhos e as frentes, são debruadas com um pesponto grosso e largo, geralmente duplo ou triplo, às vezes com um leve desenho em diagonais, que reforça e faz as vistas de uma barra. E sobre o peito, à esquerda, umas iniciais ou siglas identificam o proprietário da «branqueta», para a distinguir no meio das demais, quando se amontoam as de várias pessoas em qualquer sítio onde andem todos ao sargaço ao mesmo tempo.

O traje feminino é tal como Baldaque da Silva o descreve: do mesmo tecido de «branqueta», compõe-se de duas peças: uma blusa lisa, sem gola, fechada como a «branqueta» masculina, e abotoada à frente de cima a baixo, e uma saia curta e rodada (Fot. 28); na cabeça, um chapéu pequeno de abas largas e copa baixa, semelhante certamente àquele a que alude Baldaque da Silva, que segundo ele era igual ao dos homens, mas que, em relação a estes, desapareceu hoje completamente; e ainda, como os homens, as pernas nuas e os pés descalços.

De um modo geral, pode dizer-se que o traje dos homens é de uso normal e da maior frequência em toda a área, enquanto que o da mulher, embora também exista, vê-se mais raramente;

em S. Bartolomeu do Mar, por exemplo, quase todas as mulheres usam «branqueta» para irem à praia; de resto, elas não raro, ali, entram também na água para ajudarem à recolha das algas. Mas em Fão e nas Pedrinhas, embora muitas o possuam, ele não se vê com frequência.

Uma significativa mudança no traje masculino se nota, relativamente ao que descreve Baldaque da Silva: a substituição do «chapéu preto de abas grandes», que, como vimos, deve ter sido igual ao que as mulheres ainda hoje usam, pelo «sueste» de tela impermeabilizada, com copa de quatro gomos, reforçados, e uma pala curta à frente e outra mais larga e comprida atrás, recobrindo e protegendo o pescoço — todo ele pintado, com iniciais ou desenhos a cores (1). Esta mudança parece sem dúvida representar uma inovação devida ao contacto mais íntimo da gente sargaceira com as classes piscatórias e marítimas, em que essa peça indumentária é muito corrente, estabelecida porventura quando estas últimas começaram também a dedicar-se às actividades sargaceiras (2).

O tecido da «branqueta», que tem especialmente em vista este traje e certas peças do vestuário poveiro, é hoje fornecido pela indústria de lanifícios; é geralmente na Póvoa de Varzim que ele se pode obter, de preferência em certas lojas. A confecção da vestimenta é executada por alfaiates locais e o seu preço — tecido e feitio — era, em 1955, de 300\$00.

(1) Note-se que, em certos pontos, as mulheres sargaceiras começam também hoje usar o «sueste».

(2) Actualmente, ainda outra inovação se processa por toda esta área — e de resto por muitas outras —, que é possível que se venha a generalizar e passar a incluir no traje do sargaceiro, pela sua eminente eficiência funcional: o uso do casaco de tela impermeável, vulgarizado depois da guerra mundial, que os sargaceiros vestem por cima da «branqueta», para melhor se protegerem contra a água, o vento, e o frio da evaporação.

Os homens, quando vão à praia ao sargaço, saem de casa vestidos com o seu traje normal de trabalho da terra: umas calças geralmente muito velhas, camisola, casaco, ou uma simples camisa, socos nos pés, e chapéu. Assim caminham pelo areal, até ao ponto que escolheram para a apanha das algas, levando a «branqueta» e o «sueste» ao ombro, ou pendurados do cabo de uma graveta ou rodafolé, que em certos sítios (como no areal da costa de Fão) carregam num carrelo de rodas. Chegados a esse ponto, espetam o rodafolé ao alto, desnudam-se da cinta para cima, vestem a «branqueta», e em seguida, perfeitamente cobertos, desenfiam as calças. Da roupa que tiraram fazem uma trouxa, que fica na areia seca. Para se vestirem, terminada a faina do dia, repetem a operação ao contrário, e regressam pelo areal já de novo com a sua roupa rural.

As mulheres, quando vão à praia com «branqueta», levam-na vestida de casa; se vão apenas ajudar a espalhar sargaço ou apanhá-lo à beira da água com a graveta, regressam na mesma; se entram na água, então vão preparadas, e mudam de roupa na praia para regressarem a casa.

Traje de Afife — Este traje, como dissemos, é apenas feminino, o que se explica pelo facto de, nesta região, todas as fainas da lavoura — incluindo a apanha de sargaço — serem feitas pelas mulheres. Ele consta de: uma saia rodada, de estopa branca, com «barra» em baixo, de riscado preto e branco; camisa simples, de manga comprida, de linho grosso também branco; colete de lã, preto e branco, sem mangas e muito decotado, no género de Viana do Castelo; lenço de cor, da cabeça, mas posto aos ombros e cruzado sobre o peito; chapéu de palha, de aba muito larga; sapatilhas brancas nos pés. Quando saem de casa, vão vestidas com este traje, e levam à cabeça, numa trouxa, o traje normal do trabalho, a que dão o

nome de traje da «veiga» (1); terminado o trabalho na praia, tiram, abrigadas em qualquer recanto ou nos barracos de arrumo, o traje do sargaço, que está molhado, e envergam o traje seco, que trouxeram embrulhado.

Marcas

Para identificação das respectivas alfaias, cada sargaceiro tem uma marca especial, que inscreve no cabo das suas gravetas, rodafóles ou rastilhas, nas pegas das carrelas, nas «branquetas» e «suestes», que é diferente de pessoa para pessoa, e que toda a gente do lugar conhece. Essas marcas são por vezes simples iniciais; mas mais geralmente apresentam-se como siglas características, constando de combinações muito singelas de traços — «piques» ou «trinques» —, em número e posição diversos, sós ou em conjunto com cruces, signo-saimões, etc., as mais das vezes

(1) O traje da «veiga», também apenas feminino, com que trabalham no campo, consta de uma saia feita em tecido caseiro de linho (ou algodão) e lã — a própria lã geralmente também de casa — às riscas verticais brancas e pretas, com «barra» de riscado, aos quadrados também brancos e pretos; uma blusa vulgar, de qualquer tecido, um lenço amarelo, de «cachiné» aos ombros; e à cabeça ou na mão, se está molhado, o chapéu de palha do traje do sargaço. Nos pés, trazem as sapatilhas brancas (se não entraram na água com elas, o que se torna cada vez mais frequente), ou então uns socos.

Além destes dois — do sargaço e da veiga — as mulheres têm ainda ali o traje do «monte», com que vão ao mato, com os carros, etc., e que consta de: uma saia rodada, dum tecido de estopa e lã, às riscas verticais pretas, brancas e vermelhas, com «barra» de riscado preto e branco; uma blusa vulgar, e sobre ela uma jaqueta de «fraldilha», que é um tecido de estopa e lã; um lenço, geralmente vermelho, que põem no pescoço ou à cabeça; um chapéu de palha, de aba larga; e, nos pés, botas altas, de cano, que começam actualmente a ser substituídas por botas de borracha, também de cano alto.

entalhados à navalha, em bisel de ambos os lados ou de um só, e mais raramente pintadas.

Em muitos casos, tais marcas são estritamente individuais, escolhidas livremente por cada um. Mas, em certos lugares onde a actividade sargaceira reveste formas mais ricas e originais, como por exemplo em Fonte Boa, na costa de Fão, elas correspondem às diferentes casas de lavoura, e transmitem-se hereditariamente com a própria casa. As pessoas usam assim a sigla da casa a que pertencem, e o filho que casou e saiu de casa usará a sigla da casa para onde transitou; e se criou casa nova, cria eventualmente também uma marca nova.

Em Portugal, o sistema de identificação por marcas ou siglas, com valor de nomes individuais, é conhecido sobretudo nos meios piscatórios, onde mostra aspectos muito complexos, e onde foi estudado pormenorizadamente por Santos Graça (1). Em alguns pontos, tal como sucede com os sargaceiros, elas compõem-se simplesmente de iniciais ou de certos desenhos esquemáticos, que cada pescador escolhe, e que grava nos seus aprestos, para atestar a sua propriedade. Na Póvoa de Varzim, porém, elas constituem uma verdadeira heráldica popular, «marca-brasão» familiar, rigorosamente hereditária, que indica, a quem conhecer a sua regra de leitura, o tronco donde o individuo provém, que corresponde à sua alcunha, e a sua posição na ordem de descendência, dada por outro sinal, feito de «piques», alinhados, cruzados, ou «gradados». Estas siglas, que, para registo, o pescador, quando

(1) Veja-se em especial: A. Santos Graça — *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, págs. 23-33; e principalmente: *Inscrições Tumulares por Siglas*, Póvoa de Varzim, 1942. É evidente que há também que considerar as marcas do gado, e as siglas que aparecem na fábrica dos monumentos românicos, que, no dizer do Autor, são «o símbolo representativo de um nome do conhecimento da comunidade contemporânea do obreiro que a gravou».

casava, gravava à faca na mesa da sacristia da velha Matriz da Póvoa de Varzim, servem para marcar a sua alfaia específica, encabeçam a sua conta no livro do tendeiro, e figuram, finalmente, na sua lousa tumular, onde tomam «toda a característica de inscrição individual bem definida» (1).

Aquele Autor, porém, notara já a existência de siglas do mesmo género em populações da beira-mar nortenha que não eram caracterizadamente piscatórias, nomeadamente em alguns grupos desses «pescadores-seareiros» a que temos aludido, que as usam nos seus aprestos marítimos; e faz uma referência especial à gente sargaceira da Aguçadoura, que marca com elas, na areia, a propriedade das mantas de sargaço que aí seca (2). E Jorge Dias fala também nas siglas dos sargaceiros de Fão, como um traço cultural comum às gentes rurais e marítimas deste sector litoral (3). Contudo, vê-se que as marcas hereditárias destes lavradores-sargaceiros distinguem-se de certo modo das siglas piscatórias, nomeadamente poveiras e buarcenses, dominadas primordialmente pelo princípio familiar, por forma que os vários filhos herdaram todos, vivam ou não vivam em casa, a sigla paterna ou ancestral, embora acrescida de sinais distintos que a individua-

(1) A. Santos Graça — *Inscrições Tumulares*, pág. 21. Em Buarcos, onde a marcação de aprestos piscatórios por siglas é também conhecida, a individualização da sigla familiar é feita, não por «piques» acrescentados à marca principal, como na Póvoa de Varzim, mas pela junção a esta da inicial do prenome do filho — o que constitui uma inovação resultante do progresso da instrução (*op. cit.*, págs. 36-37). É de notar que, nesta localidade, a sigla dos «Cegos» são os *fois*, isto é, a esquematização do rodafole. A este respeito, veja-se Apêndice — e) O Rodafole.

(2) A. Santos Graça — *Op. cit.*, págs. 41-42.

(3) Jorge Dias — *Las construcciones circulares del Noroeste de la Peninsula Iberica y las citanias*, in: «Cuadernos de Estudios Gallegos», Año 1946, Fascículo VI, págs. 193-4; e: *Construções circulares no litoral português*, in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XI, Fasc. 1-2, Porto, 1947, pág. 194.

lizam em relação a cada um. Mas é evidente que remontando este costume, nas comunidades sargaceiras rurais, a uma época em que o regime familiar era dominado por conceitos patriarcais em que casa e família se identificavam essencialmente, a marca da casa era de facto a marca de todos os membros da família, porque todos nela viviam. Em todo o caso, esta diferença sublinha expressivamente o contraste que existe entre a estabilidade e a importância central da casa nos grupos rurais, e o seu carácter temporário e incerto no mundo piscatório, onde as pessoas estão dela totalmente desligadas.

A origem destas siglas é hipotética. Santos Graça, pela sua configuração, identifica-as com os sinais alfabéticos que aparecem nas lápides funerárias ibéricas, que interpreta como marcas pessoais, em oposição às teses alfabéticas que vêem nelas caracteres de uma escrita original ainda não decifrada (1); Jaime Cortesão, pelo seu lado, a respeito da Póvoa de Varzim, explica-as pela filiação do grupo poveiro nas populações castrejas da região, entendendo que: «...o processo de assinalar todos os objectos de propriedade individual ou de família e os de «companha» com siglas próprias, radica na tradição pré-histórica das marcas do gado, com que se distinguiam as reses do clã» (2). Este mesmo Autor, em apoio da sua hipótese étnica, fala ainda na existência, na cultura poveira, de instituições de fundo comunitário, que aproxima das serranas, as quais, de acordo com Jorge Dias (3), parecem ser sobrevivências dos vetustos comunitarismos castrejos; e

(1) A. Santos Graça — *Inscrições Tumulares*, págs. 69-83.

(2) Jaime Cortesão — *A Póvoa e os Poveiros*, in: «Primeiro de Janeiro», 26 de Julho de 1956, pág. 1; esta opinião apoiaria notavelmente a hipótese da identidade originária de certos grupos marítimos e rurais desta região, a que tantas vezes nos referimos neste trabalho.

(3) Jorge Dias — *Vilarinho de Furna, uma aldeia comunitária* (Porto, 1948); e *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril* (Porto, 1953).



Fot. 36 — Fão — Arrastando um rodafole cheio

(Cliché do Eng.º Henrique de Oliveira)

é digno de nota o facto de estes lavradores de Fonte Boa usarem as suas siglas precisamente numa actividade que, como vimos, apresenta alguns caracteres que talvez apontam também origens comunitaristas. Contudo, não se pode afirmar que o costume das siglas hereditárias, por parte dos lavradores-sargaceiros, venha de tão longe; embora essas marcas fossem já «de avôs e bisavôs», o seu uso funda-se sobretudo em razões funcionais, que diluem o seu aspecto de meras sobrevivências, e elas aparecem sem dúvida relacionadas expressamente com a natureza conjunta do trabalho na praia, onde existe o perigo da apropriação ou troca de ferramentas por outrem, que elas neutralizam; com efeito, os mesmos lavradores que marcam com a sua sigla privativa os seus aprestos do sargaço, nada de semelhante fazem à sua alfaia agrícola, porque isso é aí desnecessário (1). De resto, elas podem também explicar-se pelo contacto desta gente rural com os pescadores de outros lados, que, esses, as usavam em nome de um princípio ancestral, e a sua hereditariedade seria menos um direito que um facto, resultante imediato da própria transmissão dos objectos em que elas se encontram insculpidas.

Como testemunho do cumprimento de promessas, em especial as que fazia em nome colectivo da «companha», o poveiro inscrevia nas portas, cercaduras de madeira, mesas de sacristia, etc., dos templos dos santos da sua devoção, no dia da respectiva festa, a sua sigla, que toma aí o sentido de uma marca votiva (2);

(1) Excepcionalmente, vimos uma sigla num cambo de carro de bois; mas o facto explica-se porque os carros de bois também vão à praia, buscar o sargaço seco.

(2) A. Santos Graça — *O Poveiro*, págs. 31-32. V. g., na Senhora da Abadia e S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro); S. Torcato (Guimarães); Senhora da Guia (Vila do Conde); Santa Cruz (Balazar); etc.

e, a atestar a sua passagem, o mesmo fazia nas suas *arribadas* à costa norte, nas portas das capelas que por aí se encontram, nomeadamente a de Santa Tecla, em La Guardia (Galiza), e a da Nossa Senhora da Bonança, no areal ao sul de Fão (1). Nesta última, elas alternam com as siglas que mencionamos dos lavradores-sargaceiros da região (2), que pelo seu lado aí as gravavam igualmente como marcas votivas, em cumprimento de quaisquer promessas feitas em momentos de aflição durante as expedições da pesca do «pilado» que não raro tinham lances perigosos.

Gandra e Fonte Boa

Um dos pontos deste sector costeiro onde a actividade sargaceira apresenta ainda com grande pureza as suas características originárias, ao mesmo tempo que se reveste de aspectos ergológicos e indumentários muito notáveis, é ao longo de todo o vasto areal que se estende desde um pouco a norte da foz do Cávado até perto da Apúlia; ela tem aí lugar por parte quase exclusivamente da gente da lavoura das vizinhas freguesias rurais de Gandra e Fonte Boa, ambas do concelho de Esposende, situadas mais para o interior, a primeira na margem direita e a segunda na margem esquerda daquele rio, e que na praia possuem os seus barracos de abrigo, que atrás descrevemos.

(1) Acerca de Santa Tecla, na Galiza, Santos Graça nota a coexistência de siglas de pescadores portugueses — poveiros e de outros aglomerados piscatórios — e galegos, aludindo à sua ascendência comum e às inúmeras ligações e relações que existiam entre uns e outros, provenientes em grande parte de casamentos, uma vez que, pela força desse sentimento de classe, eram-lhe menos estranhas as pescadeiras galegas do que as filhas dos «peixes de couro» portugueses (*Inscrições Tumulares*, págs. 45-6).

(2) Cfr. Jorge Dias — *Op. e loc. cit.*

Estas duas povoações têm as características e o aspecto típico das aldeias desta região litoral minhota, e de um modo geral do Portugal Atlântico, que vivem de uma economia inteira e exclusivamente agrícola: casas isoladas e dispersas, à face de longos caminhos tortuosos e desertos, entre muros, com as suas fachadas lisas, a simples fileira de janelas ao nível do andar, as frestas das lojas no rés-do-chão, vastas chaminés a um canto, por vezes de toda a largura do prédio, e amplos portais, muitas vezes alpendrados, abrindo para cobertos anexos, onde ao lado do carro de bois e das alfaias da lavoura, se arrumam não raro as pilhas de sargaço seco. Nem o mais leve adensamento acusa o centro da freguesia, onde fica a igreja, com o seu adro, e ao lado o cemitério. E à volta, dilatam-se as terras de cultura, a «veiga», talhadas em pequenas glebas, separadas umas das outras por muros baixos de pedaços de xisto soltos, sebes, valas, ou até simples sulcos das lavras. A cultura é de tipo intensivo, num rotativismo de cereal e pastos, entremeados com produção hortícola — tudo isso à base de um trabalho minucioso e assíduo, regas frequentes e cuidadosas (aqui supridas de certo modo pela frescura natural das terras, derivada da proximidade do rio), e uma adubação muito rica e abundante: o milho, cereal do verão, ao mesmo tempo que o feijão e a abóbora (esta sobretudo para o gado), alternando com a erva para os pastos, e algum centeio; as espécies hortícolas, com uma certa importância, especialmente os nabos, que são afamados na região, e encontram fácil colocação na feira semanal de Barcelos, onde no sector das hortaliças, se alinham nesse dia em grande número os carros de bois de Gandra ajoujados com essa espécie, que uma enorme procura absorve completamente; a vinha, em altas ramadas montadas em esteios de pedra, muitas vezes recobrando os caminhos e até estradas secundárias, é escassa, e a oliveira não conta. E pode dizer-se que esta policultura

em pequena escala tem fundamentalmente em vista a subsistência familiar.

A propriedade é muito dividida, toda em reduzidos campos, leiras ou eirados, espalhados por vários lugares, algumas vezes muito distanciados. A exploração é de tipo familiar, não quantificada: o trabalho, que é feito pela gente da casa, não é remunerado, e o próprio chefe de família dispõe de escasso numerário, que as mais das vezes lhe vem dos «negócios de gado» e de carretos; as pessoas vivem em casa, e sustentam-se primordialmente do que a terra dá: milho, feijão e hortaliça para o caldo, vinho, um pouco de carne de porco salgada. Muitas vezes, quando é preciso algum dinheiro, leva-se à feira quaisquer produtos que haja de reserva. Os serviços que exigem muitas pessoas ao mesmo tempo, realizam-se pelo sistema de permuta vicinal, como trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos, cuja paga diária está numa refeição melhorada que oferece a pessoa a quem foi feito o serviço. O elemento animal característico desta paisagem, que não só intervém em todos os trabalhos agrícolas, puxando o carro, o arado e a grade, etc., mas que também e principalmente faz o estrume com que se aduba a terra, e constitui no fim do seu ciclo, a grande fonte de numerário do lavrador, no lucro que realiza com a sua venda, é o boi. De menor importância, também contudo se pode notar o porco, que todos possuem, alimentado com os restos da cozinha e da horta, e que constitui depois a única reserva de carne que essa gente conhece.

Em todo o Portugal Atlântico, que corresponde a uma economia agrícola do tipo que descrevemos, o adubo fundamental é o mato — o tojo, planta essencialmente atlântica e até talvez portuguesa (1) — que, curtido nas cortes do gado, é, na altura das

(1) Orlando Ribeiro — *Portugal — O Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, pág. 156.

sementeiras, espalhado nos campos e enterrado. Nesta zona, porém, os matos não abundam; e certamente isso é mais uma razão que justifica a procura do sargaço (1).

Em ambas estas aldeias, não apenas a economia agrária mas também as técnicas, o nível material, e o ambiente social e moral, estruturam-se em moldes arcaicos: processos de cultivo, ferramentas e alfaias, etc., à parte raras excepções, são muito primitivas, e subsistem pela força da tradição; a família tem um marcado cunho patriarcal, sob a autoridade indiscutível do marido e pai, que contudo não se opõe a uma certa igualdade de status social em relação à mulher, que tem aqui um papel de destaque, trabalhando como um homem e tomando iniciativas que marcam o lugar activo que lhe é reconhecido, e que a natureza deste tipo de agricultura exige.

A vida desta gente é simples e modesta, os seus costumes são brandos, as suas crenças ingénuas; casas pobremente arranjadas, apenas a «sala», que se reserva para os acontecimentos solenes, mostra um pouco mais de cuidado nos seus móveis e objectos. A sua vida é o trabalho: o ciclo agrário do milho, com as suas exigências sucessivas e absorventes, o gado, as ocupações para a subsistência da casa — mal há tempo para esmeros de limpeza ou decoração; e, como as casas, as roupas são pobres, remendadas e sujas no trabalho, socos nos pés, numerosos serviços descalços, uma camisola de lã natural, fiada e feita em casa, e um fato melhor para o domingo, o casamento e a mortalha; e marcando bem a dualidade das suas actividades

(1) Logo nas freguesias vizinhas de Gemeses, etc., onde há muitos pinheiros, ninguém vai ao sargaço; e vimos atrás que, em muitos sítios de outras regiões onde os matos também abundam, acentua-se o desinteresse do lavrador por esta actividade.

específicas, a «branqueta» e o «sueste», que vestem na praia para a faina do sargaço.

Praticamente de todas as casas vão pessoas apanhá-lo; se não há filhos vão criados, e, se de todo em todo não o apanham, têm de o comprar a um vizinho a quem sobre, ou aos pescadores que o colhem no arrasto do camarão. É, pois, pequena a quantidade que o lavrador vende, e muita vez é um aperto de dinheiro que o leva a isso; que «a terra consome e agradece todo o argaço que lhe deitarem».

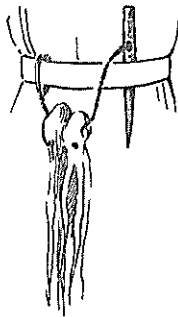
No lanço de costa a que nos referimos, situam-se dois agrupamentos de barracos: o de Pedrinhas e o do Facho. O primeiro, a sul da Senhora da Bonança, pertence todo a lavradores de Fonte Boa. Nos barracos, meio enterradas na areia, lá estão ainda os barcos do pilado, arrumados desde que ele desapareceu dos bancos usuais, e alguns barquitos de «fundo de prato» que empregam para o sargaço e para a pesca, e que dantes eram mais numerosos. Iam pescar muito mais que agora, e usavam muito a *rede de barguear para terra*, então vulgar por toda esta costa norte. Presentemente só a pesca do polvo tem alguma importância (1); à faneca e ao congro só acidentalmente saem, pois, embora não precisem de licença para pescar para seu consumo, são forçados ao transtorno de ir desembarcar o peixe à Apúlia, onde está o posto da Guarda Fiscal.

No agrupamento do Facho, os barracos pertencem não só a lavradores de Fonte Boa, mas também aos de Gandra (2). Perto

(1) Para dependurar da cinta os polvos que apanham, usam o *cambio*, que é um cordel com uma laçada por onde passa o cinto, tendo na outra extremidade um espeto de madeira: o espeto perfura os polvos, enfiando-se em seguida entre o cinto e o corpo (Des. 28).

(2) Em Gandra havia duas companhas para a pesca do pilado. Ela era fácil quando feita em frente à Apúlia, pois era de dia e perto; mas quando era preciso ir a Âncora, tornava-se trabalhosa e com perigos. «Saíam de manhã

deles estão varadas as catraias dos pescadores de Fão. Os primeiros apanham principalmente as algas no areal liso e duro que vai do Facho à Barra (Cabedelo). Os de Gandra preferem apanhá-las na Barra, pois atravessam o sargaço seco até ao farol, na margem direita do Cávado, pagando aluguer ao barqueiro, e levam-no daí em carros de bois, poupando assim ao gado a longa caminhada pelo areal. Quando o mar dá sargaço para



Des. 28 — *Cambio* dos polvos — Costa de Fão.

N. do rio, fogem mesmo de o apanhar no Cabedelo, livrando-se do pagamento do barco; chegam a ir recolhê-lo até às Marinhas. Não há atritos com a gente desse lugar, pois são conhecidos, e os dali também vêm até à barra de Esposende, se ali sai sargaço com abundância. Mas a S. Bartolomeu não vão porque já houve rixas, quando em tempos lá tentaram chegar.

pelas 9 horas, e houve ocasiões em que arribavam à noite a Viana, voltando para casa no dia seguinte sem terem podido chegar a Âncora. Em ocasiões de perigo, fugiam de pedir o auxílio divino, o que os comovia e desanimava, preferindo praguejar para cobrar coragem». Nota-se a diferença com o pescador, muito mais habituado aos perigos do mar. Ainda hoje, quando saem de barco, espetam a carrela na areia, a prumo, para lá da «empreta» (a linha da maré mais alta), para indicarem que estão no mar, e para marcarem o lugar do desembarque, onde têm a aparelhagem que deixaram em terra.

O sargaço posto a secar na ponta do Cabedelo é também por vezes transportado em barco pelo rio acima, até ao ponto da margem mais próximo de casa.

Dantes o sargaço só se apanhava com a graveta (fora o que se recolhia em barcos ou jangadas), esperando que o mar o lançasse para perto da praia. Era então permitida a apanha de noite — «quantas vezes o mar traz grandes quantidades que, se não forem logo apanhadas, se perdem, porque a água as torna a levar!» — Essa recolha nocturna era um trabalho muito duro, muito mais duro que o de agora, com as noites frias e geada; principalmente para os de Gandra, que tinham de seguir o caminho ruim e alagado até à estrada, junto da ponte, e chegavam já encharcados à praia, onde tinham de esperar que o mar trouxesse as algas.

Apesar, porém, de nesse tempo não usarem o rodafole, colhiam o mesmo que agora, pois andava menos gente ao sargaço.

O trabalho do sargaço começa pelos quinze anos, tanto para os rapazes como para as raparigas. Mas a mulher não entra, e parece que pouco ou nunca entrou no mar. Ajudou apenas a puxar para terra o rodafole ou as gravetas carregadas, a transportar e a estender as algas, etc. Quando o cabo do posto da Guarda Fiscal segue à risca a lei, a mulher apenas pode, sem licença, carregar os carros de sargaço seco; por isso é raro a mulher aparecer na praia, a não ser para tal fim.

É, pois, aos homens da casa, principalmente aos filhos, que compete esta faina. De cada casa vai um ou mais, conforme a gente e os vagares dos trabalhos da lavoura. Juntam-se, como é vulgar em toda a costa, em parcerias de dois, e é frequente a sociedade ser duradoura, sendo o casamento de qualquer deles a causa mais frequente do seu rompimento. Quando um dos *parceiros* não pode ir à praia, o que vai, ou trabalha sòzinho, ou

emparceira com outro que esteja casualmente só, dividindo o sargaço em verde, ou depois de seco. O trabalho dum só não rende tanto como com parceiro, pois é muito melhor andar um apenas molhado na água, e o outro levando rodafoles ou gravetas carregadas, fazendo os montes fora do alcance das ondas, e chegando-lhos vazios. Apenas quando há muito pouco sargaço se metem ambos os parceiros à água. A divisão é sempre a meias, mesmo que um seja mais forte, ou resista melhor ao frio da água.

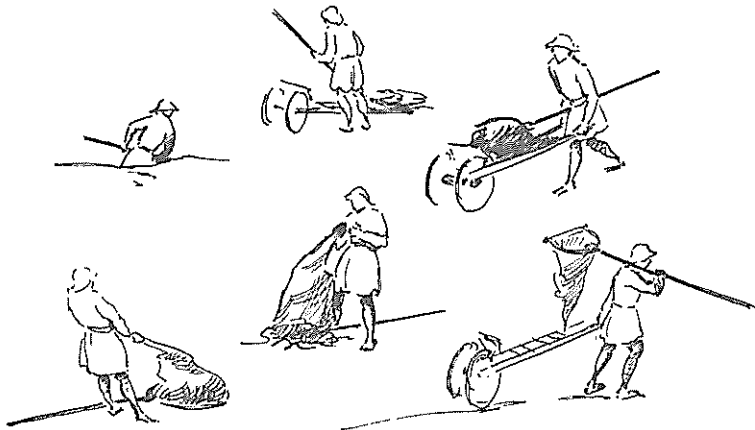
É em Maio que começa a faina do sargaço, com a *folha de Maio*. Outros anos as boas mareadas só vêm mais tarde.

Com mau tempo e frio, abrigam-se nas barracas e conversam, enquanto não vêm algas enegrecendo a água. Nas barracas do Facho juntam-se então os pescadores que não têm quaisquer outro abrigo. No tempo bom levam das barracas, sobre o *carrelo*, a ferramenta e as branquetas, e esperam em qualquer ponto da praia. Vêm-se então os rodafoles espetados na areia, e os homens a conversar ou a dormir ao lado do conjunto da utensilagem. Se sopra nortada, escondem-se nas pregas da duna. Por vezes a praia parece deserta. Então um homem sai das dunas, com o rodafole ao ombro, e o *carrelo* agarrado só com uma mão. Olha, por um bocado, a água, a ver onde ela negreja mais, molha a mão antes de se benzer, e corre depois para a onda. Logo outros se lhe seguem, e em menos de cinco minutos, antes que o primeiro tenha tirado a primeira *folada*, a praia enche-se de movimento.

Passeiam com o rodafole adiante de si, por vezes mergulhados até ao peito, e erguendo-se, apoiados no cabo, quando passa uma onda mais alta. De vez em quando agitam-no para as algas descerem para o fundo do saco; e quando já tem bastante e se torna pesado, passam-no ao parceiro, que lhe entrega um vazio.

O homem que está em terra arrasta-o pela areia molhada até ao carrelo, e leva-o, sobre este, cheio, para fora do alcance da onda, onde o descarrega; puxa primeiro o rodafole para fora do carrelo, agarra com ambas as mãos o fundo do saco, caindo a massa das algas na areia. Sacode-o depois violentamente, e pondo-o ao ombro, torna para perto do companheiro com o carrelo pela água (Des. 29).

Quando o sargaceiro trabalha sòzinho, sem parceiro, logo que tem o rodafole cheio, trá-lo do mesmo modo a arrastar pela



Des. 29

areia molhada até um ponto próximo imediatamente fora do alcance da onda, e aí o despeja, formando um montículo, que vai aumentando a cada «folada»; muitas vezes, a atestar a sua propriedade, inscreve a sua marca, iniciais ou siglas ⁽¹⁾ na areia, junto a esse montículo, porque a procura da mancha do sargaço obriga-o não raro a mudar de lugar, deslocando-se, dentro da água, para norte ou para sul.

(1) A. Santos Graça — *Inscrições*, indica expressamente o costume de escreverem as siglas na areia, em referência aos sargaceiros da Aguçadoura.

A faina termina quando, dessa vez, a mancha do sargaço se esgota, ou a maré chega aos montes que estão na areia, ou o mar endurece demasiado. Quando resolvem acabar, «apanham ainda mais uma foladita», e começam a transportar o sargaço na carrela para a duna, onde o viram, em montes, que depois espalham à mão, cuidadosamente. O sargaceiro que trabalhou sem parceiro, nessa altura, pede a algum companheiro que o ajude a transportar as suas carreladas, ou leva o seu sargaço para a duna no carrelo, que maneja sòzinho.

O sargaço fica estendido em tapetes, às vezes, protegidos da nortada por «valinhos», durante três ou quatro dias, a secar; vêm então os carros de bois pelo areal, e, geralmente com o auxílio das mulheres, enrolam esse tapete em pequenos montículos, com engaços de pau, e carregam o carro, que o transporta para casa ou para as barracas da praia, onde armazenam também algum. O sargaço que ficou a secar na «barra», é também por vezes carregado em barcos que sobem em seguida o Cávado, mostrando os rodafolés e as gravetas espetadas na massa das algas, rio acima.

Emprego do sargaço — O sargaço seco, para consumo (que é, como vimos, a sua quase totalidade), é transportado em carros de bois ou, como vimos, mais raramente, em barcos, e empilhado em *serras* ou *pillhas* rectangulares debaixo do coberto de entrada existente em todas as casas da região, e que atrás aludimos. Ali fica até ao momento em que é levado para os campos e enterrado.

O sargaço emprega-se por assim dizer em todas as culturas destas duas freguesias. Damos a seguir alguns pormenores da sua aplicação:

Batata — Duas a quatro semanas antes da plantação enteram com lavoura funda o sargaço (mas apenas algas miúdas),

prêviamente espalhado sobre a terra. Na ocasião da plantação, dão duas passagens com o arado de pau, de modo que as algas fiquem bem misturadas com a terra. Planta-se então a rego, com um pouco de sulfato de amônio. Também se usa estrume de curral misturado ao sargaço, espalhando-os na terra, e puxando-os para o rego com a enxada. E ainda alguns lavradores, seguindo a mesma maneira que usam nos campos de areia da Aguçadoura, espalham o sargaço à mão, pelo rego. De qualquer modo, porém, procuram sempre que o tubérculo não fique em contacto com o sargaço, para evitar que este o «queime».

Cebola — É uma das culturas em que se emprega de preferência a «taborra» e as «fitas», que são enterradas fundo, em verde, com antecedência, ou espalhadas, ficando dessa maneira a murchar. À plantação espalham prêviamente cinza e pilado moído, cinza e adubo químico, ou só cinza. Para moer o pilado, batiam-no na eira a mangual, depois de seco.

Milho — Se se emprega «taborra», enterram-na quinze dias antes da sementeira, com uma lavoura. Se se emprega estrume de curral e sargaço, estendem-no no paul, e lavram.

Erva — Espalham simplesmente o sargaço sobre ela, sem o enterrar sequer.

Vides — (ramadas e uveiras) — As ramadas têm erva por baixo, e é sobre esta que espalham o sargaço e o pilado. O sargaço é usado de preferência; apenas quando cavam empregam de preferência a «taborra».

Nabos — Para os nabos, empregam só estrume de curral.

As algas são empregadas em todas as terras, mas é especialmente indicado para as terras frescas e soltas. Por isso, ele é óptimo nas areias da Aguçadoura, onde existe uma toalha de água muito superficial.

O sargaço em verde é estendido a engaço, e à mão quando está seco. As pilhas de sargaço seco ficam de tal modo compactas, que é difícil ao engaço penetrar na sua massa.

*

* *

Apêndice

A despeito da riqueza, variedade, interesse e beleza de aspectos que a actividade da apanha e recolha de sargaço pode revestir, a bibliografia sobre o assunto é escassa e por vezes pouco precisa. O único estudo existente que o encara globalmente, embora apenas sob o ponto de vista das formas materiais que lhe correspondem, é a parte consagrada ao sargaço no livro de A. A. Baldaque da Silva, intitulado: «Estado Actual das Pescas em Portugal», publicado pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1892; trata-se porém de um trabalho em extensão, verdadeiro cadastro do litoral português, feito por pessoa não especializada em assuntos etnográficos ou etno-sociológicos, que visava sobretudo a pesca e que por isso, além de um pouco desactualizada, apresenta lacunas consideráveis. Acresce que certos informes — e precisamente nos capítulos respeitantes ao sargaço — parecem não assentar em observações directas, o que torna falível qualquer dedução que nelas pretenda apoiar-se.

Além deste, um outro estudo em que certos aspectos fundamentais da faina sargaceira — nomeadamente as classes sociais a que pertencem os diferentes grupos populacionais que a ela se

dedicam, e os tipos de barracos de arrecadação com eles relacionados — são também encarados de forma global, é o artigo de Rocha Peixoto, intitulado: «Os Palheiros do Litoral», datado de 1898 e publicado na revista «Portugália». É este porém do mesmo modo um trabalho cujo objectivo não é pròpriamente o estudo do sargaçeiro, mas o de determinados elementos e formas da habitação tradicional em Portugal, e que, a propósito do caso especial das barracas do litoral, como exemplos característicos do emprego da madeira em construções, a ele se refere indirectamente, em notas resumidas e muito gerais, que padecem de uma excessiva simplificação e esquematização.

Estas considerações em nada diminuem o valor de obras fundamentais que atribuímos aos dois trabalhos mencionados, e pode sem dúvida dizer-se que qualquer estudo actual sobre a apanha do sargaço que aspire às perspectivas históricas e sociológicas que o tema encerra, tem de ser feita em bases críticas a partir delas.

Uma certa despreocupação de precisão nos informes consignados nestas obras, e possíveis deficiências de método de colheita de elementos, faz com que, quanto ao passado, haja dúvidas que, na consideração conjunta dos dois trabalhos, em confronto com as nossas próprias constatações e com os informes por nós colhidos junto das pessoas mais idosas e categorizadas nos diferentes locais, atinjam mesmo o nível de discordâncias, que a simples diferença de datas é sempre insuficiente para justificar, e que a distância torna mais difíceis de esclarecer.

Parece-nos, por isso, conveniente focar as questões mais importantes acerca das quais existem opiniões desencontradas, procurando indicar as nossas razões. Essas questões versam nomeadamente:

- 1) — A área geográfica da apanha do sargaço entre os rios Minho e Douro ;

- 2) — A classe social a que pertencem os sargaceiros;
- 3) — A sua ferramenta;
- 4) — Jangadas;
- 5) — Barracos de abrigo; e finalmente
- 6) — Certos informes de carácter particular.

Os n.ºs 2, 3, 4, 5 e parte do 6, foram analisados no texto, nos capítulos respectivos; veremos, por isso, a seguir, apenas o n.º 1 e a parte restante do n.º 6, além de uma exposição resumida das opiniões dos A. A. em causa acerca do n.º 2.

- 7) — Rodafole, Redenho, Ganhapão, Graveta e Gaiteira nos nossos Dicionários.

1) — *Área geográfica da apanha de sargaço entre os rios Minho e Douro* — Baldaque da Silva (*op. cit.*, cap. III, págs. 73-108), registando minuciosamente todos os pontos do sector da costa portuguesa que nos ocupa, onde têm lugar quaisquer fainas marítimas, a respeito de cada um dos quais menciona todas as actividades que encontra, descreve inúmeros locais onde se apanha sargaço, muitas vezes simples recantos desertos da praia, ou apenas com os barracos de abrigo dos sargaceiros, a que dá o nome de «portos de sargaço», indicando as suas características, localização, número de pessoas e embarcações — barcos, masseiras e jangadas — que nessa actividade se ocupam, quantidade e valor das algas colhidas anualmente, etc. Por isso, e porque ao sul da Aguçadoura deixa de se referir ao sargaço, parece significar que de Averomar até ao Douro não se fazia a sua apanha. É certo que, adiante, referindo-se às jangadas (pág. 360), diz que: «para o sul da Aguçadoura, em toda a costa ocidental e meridional do continente não se usam as jangadas, mas sim as embarcações na apanha dos vegetais que se faz em alguns portos e praias marítimas». Como se vê, a indicação é imprecisa e confusa, não se podendo adivinhar que sectores da costa portuguesa o

Autor tem em vista, nem qual a natureza e importância dessa recolha, parecendo mesmo, pela comparação com as informações anteriores, que se alude a uma actividade esporádica e pouco importante, a qual tinha lugar só de bordo de barcos. Por outro lado, diz que a pesca do caranguejo para adubo — o «pilado» — aparece em Sedovem, entre Fão e a Apúlia, e daí para o sul em todos os portos até ao Douro (e mesmo depois, até ao Mondego), que seriam simplesmente de pesca, e nomeadamente em Lavra (Angeiras) e Vila Chã, que considera povoações de pescadores; e, fora das áreas de sargaço, menciona barracos de praia apenas nesta última localidade.

Rocha Peixoto (*op. e loc. cit.*, págs. 84-87), alude do mesmo modo às actividades sargaceiras desde o Minho até ao Gramadouro (Pedrinhas), ao sul de Fão; mas não se refere ao assunto daí para o sul, falando apenas na existência de grupos simultaneamente rurais e piscatórios, nos aglomerados de barracos da Apúlia, Aguçadoura e Averomar, e mencionando uma apanha insignificante de algas em Vila Chã, a propósito dos barracos que aí nota, «palheiros de tabuado», residência permanente de pescadores que ali exerceriam esporadicamente aquela actividade, e na sua opinião semelhantes aos que se vêem em Sedovem e por toda a costa até ao Algarve.

Nos nossos trabalhos de investigação encontramos, de acordo com estes A. A., ainda hoje, a apanha de sargaço desde o Minho até às Pedrinhas (Gramadouro). Mas completando e precisando as suas informações, e ao contrário mesmo do que parecem supor, encontramos-la também com toda a regularidade, frequência e amplitude, para o sul, em Averomar (onde se exerce mesmo em grande escala), na Póvoa de Varzim, e em todos os portos de pesca e locais convenientes do litoral compreendido entre o Ave e o Douro; e cremos poder afirmar sem dúvida que ela já tinha lugar nessa área não só em épocas anteriores, mas também que

já então era aí feita não apenas de bordo de barcos, mas por todos os demais processos, a pé, da praia, e até mesmo, em alguns locais — como por exemplo, Averomar — em jangadas. Com efeito, temos notícia da apanha de sargaço a pé por gente de Averomar em 1629, pelo documento que citamos na nota 2, pág. 77; em relação à Póvoa de Varzim e certas freguesias do seu concelho, além da menção que dela se faz nos forais de 1308 e 1515, vêmo-la, nas mesmas condições, referida nos documentos relativos à questão que houve em 1742, e, mencionando expressamente a recolha em jangadas, em várias Posturas Municipais, datadas de meados do século XIX, que indicamos no texto e nas notas 1 de pág. 97 e 1 e 2 de pág. 98. No Mindelo, em Vila Chã, e em Angeiras (Lavra), todas as pessoas idosas a quem nos dirigimos, foram unânimes em afirmar que, se só há cerca de 40 ou 50 anos a esta parte é que os pescadores começaram a dedicar-se à apanha das algas para venda, antes disso já os lavradores iam à praia buscar sargaço para adubo das suas próprias terras, usando as suas gravetas, o que é próprio da apanha a pé; e de nossa lembrança pessoal, podemos asseverar que por essa mesma época ainda se apanhava sargaço também a pé na Foz do Douro, em vários recantos da praia ao sul do Castelo do Queijo, entre este e o molhe de Carreiros.

Quanto à pesca do «pilado» — que por razões difíceis de precisar, não aparece na nossa costa desde há cerca de dez anos a esta parte — lembramo-nos e encontramos dela vestígios e memória desde Sedovem até ao Douro e daí para o sul, de acordo com o que diz Baldaque da Silva; em tempos recentes, ela existia também para o norte daquele local, em alguns pontos, como por exemplo nas Marinhas, ao norte de Esposende. Mas cremos do mesmo modo que ela se deve aí ter praticado igualmente em épocas anteriores, porque existem ruínas de barracos de arrecadação de barcos dessa pesca (que são maiores do que

os que servem só para a ferramenta do sargaço), e que têm certamente mais de 50 a 100 anos.

Por outro lado, ao contrário do que diz Rocha Peixoto, cremos que Vila Chã não era então uma aldeia piscatória à beira-mar, com «palheiros de tabuado» como residência permanente de pescadores: aí havia então, apenas se não mesmo já a fileira dos barracos de arrecadação e residência temporária dos pescadores e porventura de lavradores que iam ao sargaço e ao pilado, quando muito uns barracos dispersos na praia, como no Mindelo, e, um pouco ao norte, duas ou três casas que eram já residência permanente de pescadores; Vila Chã é uma velha povoação mais no interior, que mostra o aspecto característico dos aglomerados rurais desta região, com amplas casas de lavoura de fachadas largas, de rés-do-chão, andar e telhado de quatro águas, à face de caminhos tortuosos e desertos, entre muros, onde se abrem arcos e portais alpendrados, e com a igreja ao lado do adro na orla dos pinhais que a separam das próximas freguesias. Era por aí, especialmente no lugar chamado Rio da Gandra, que até há cerca de cinquenta anos, residiam, ao lado dos lavradores e em casebres mais pobres, pescadores e cabaneiros que viviam de mesteres marítimos; e só por essa data é que se iniciou verdadeiramente a deslocação dessas gentes no sentido da sua instalação e fixação na praia, no local onde existiam os seus barracos. A actual povoação costeira, assim elaborada, com o seu carácter nitidamente piscatório — casas contíguas em arruamentos rectilíneos, e o conviver ruidoso e promíscuo da gente do mar, sentada no chão, na rua, à porta aberta das suas casas, compondo redes, fumando, olhando o mar, conversando, em grupos, na praia ou na taberna, nas longas horas de ócio em terra — não devia portanto existir ainda na época de Rocha Peixoto; ela é visivelmente recente, e está mesmo em nítido processo de formação, à custa daqueles barracos, como

noutro estudo referimos (Cf. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, «Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim», *in*: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XV, Fasc. 3-4, Porto, 1955-57, págs. 252-253, nota 25), que, transformados e adaptados a casas de residência permanente, conservam apesar disso os seus traços primitivos, com telhados de duas águas de empena sobre a rua, imprimindo à aldeia um carácter original. E este facto, combinado com o da existência dessa duplicação piscatória à beira-mar de uma velha aldeia rural do mesmo nome, situada no interior, parece-nos claramente indicativo da sua formação recente: ainda há pouco tempo, o local seria apenas «os barracos de Vila Chã». Com efeito, a carta de 1-100.000 da Direcção Geral dos Serviços Geodésicos do Reino, Folha 7, publicada em 1880, anota umas raras construções no lugar da actual Vila Chã da beira-mar, a que dá o nome de «Facho», designando a sinalização ali existente. Angeiras (Lavra) parece ter-se constituído por um processo idêntico, e também apenas pela mesma altura; aí, vêem-se ainda numerosos barracos de abrigo junto à praia, e algumas casas mostram bem a influência do tipo arquitectónico dessas barracas; e é ainda viva na memória da gente dali a recordação de um litoral quase deserto, só com os barracos onde os pescadores dormiam apenas na época da safra da sardinha, tendo as suas residências permanentes — à excepção de umas quatro ou cinco famílias — no interior; o nosso informador conta mesmo que, quando em Maio os pescadores começavam a sua época de trabalho intenso, em que dormiam muitas vezes nos barracos da praia, costumavam, ao passar nos campos, roubar azevém seco que aí se encontrava, para improvisarem camas nesses barracos. A aldeia piscatória da beira-mar é assim, também, uma duplicação recente de um agregado rural mais antigo, até há pouco único existente com esse nome. E, a seu respeito, a carta a que atrás aludimos, nada indica no local da actual

povoação costeira. No Mindelo, verifica-se o mesmo; pertencentes à gente da povoação do interior há cerca de cinquenta anos, existiam na praia apenas barracos de abrigo, que aquela carta nem regista; e ainda hoje o aglomerado costeiro se encontra visivelmente numa fase inicial da sua formação, que ilustra claramente o que se deve ter passado com as demais desta região, que apontamos.

Finalmente, quanto aos barracos a que alude Baldaque da Silva e que Rocha Peixoto caracteriza como sendo «palheiros de tabuado», a respeito de Vila Chã, dos quais de resto nos ocupamos pormenorizadamente na devida altura, devemos dizer que eles existem, como vimos, não apenas ali, mas em termos perfeitamente idênticos por todo o sector — no Mindelo (onde os reputamos muito antigos, correspondendo ao tipo primitivo), Vila Chã e Angeiras (Lavra) (nestas últimas povoações já muito modificados, mas deixando entrever os traços originários) —; simplesmente, eles são sempre de pedra, em alvenaria tosca e telhado de duas águas, de colmo ou junco, e em parte nenhuma, ali, encontramos vestígios ou memória de eles terem sido em madeira.

2) — *Classe social a que pertencem os sargaceiros* — Em relação ao sector costeiro compreendido entre os rios Minho e Cávado, e, mais ao sul, no Gramadouro (local a que nós damos o nome de Pedrinhas), Baldaque da Silva deixa entender, quando não o diz expressamente, que na generalidade dos casos eram os lavradores das freguesias rurais vizinhas do litoral quem ia ao mar apanhar o sargaço, para adubação das suas próprias terras; mas mesmo aí fala de «sargaceiros» e, em certos locais, de uma apanha de sargaço para venda. Em relação a Sedovem, Apúlia e Aguçadoura, em que refere a existência dessa actividade, nada indica porém acerca da qualidade das pessoas que a ela se dedicavam. De Averomar até ao Douro, em que deixa de

aludir ao sargaço indicando a pesca do pilado como seu substituto, nada diz também acerca da qualidade das pessoas que a praticam.

Rocha Peixoto, pelo seu lado, e sempre a propósito de construções de madeira, fala nas barracas da praia existentes em todo o litoral compreendido entre o Cabedelo de Caminha e Gramadouro (Pedrinhas), considerando-as de modo geral «dependências de casa de lavoura», construídas em vista da arrecadação do sargaço e dos utensílios para a sua recolha, utilizadas apenas nas épocas da sua procura ou como residência temporária do sargaceiro. Os barracos da Apúlia, Aguçadoura e Averomar, parecem-lhe ser também locais de residência temporária, mas aqui de gente que cumulava os misteres rurais com os piscatórios, nada dizendo acerca de actividades sargaceiras. Em Sedovem e, finalmente, ao sul do Ave, em Vila Chã, as barracas da praia constituem residências permanentes de pescadores; estes aglomerados seriam pois verdadeiras pequenas aldeias de pescadores, que só acidentalmente e em insignificante escala se dedicariam à apanha do sargaço para venda.

Do que dizem estes dois A. A., parece portanto depreender-se que, de Caminha até às Pedrinhas, a recolha do sargaço era feita principal e quase exclusivamente por lavradores, que tinham na praia barracas de abrigo para arrecadação do sargaço e dos respectivos utensílios; em Sedovem, eram os pescadores quem se dedicava a esta actividade; na Apúlia e Aguçadoura, as fainas marítimas — e portanto certamente as respeitantes ao sargaço — eram realizadas sobretudo por gente que cumulava os misteres rurais com a pesca; em Averomar, a apanha do sargaço teria sido duvidosa, mas, a ter existido, ocorreria nos mesmos termos que na Apúlia e Aguçadoura. Da Póvoa de Varzim para o sul, temos apenas a menção de aglomerados de gente piscatória; com largas referências à pesca do pilado, e em especial Vila Chã e

Lavra; e talvez em Vila Chã, como em Sedovem, esses pescadores apanhassem algum sargaço.

No texto expusemos as nossas observações e opinião sobre o assunto, que não divergem fundamentalmente das destes A. A., sobretudo tendo em conta a diferença de datas a que umas e outras dizem respeito. A única verdadeira discordância está no que se refere à apanha do sargaço ao sul do Ave, cuja existência nos parece indubitável já na época dos seus trabalhos, mas que os A. A. desconheceram, ou a que atribuíram uma importância muito reduzida. Por aí se vê que a apanha de sargaço é feita por três categorias fundamentais de pessoas: lavradores, cabaneiros e pescadores. Por isso, a palavra *sargaceiro* é de certo modo equívoca, designando não uma classe de gente, mas uma actividade que é normalmente exercida por várias classes, embora se note uma tendência progressiva para a sua especialização por parte desses cabaneiros e seareiros pobres das aldeias costeiras (1).

3) — *Informes de carácter particular colhidos no livro de Baldaque da Silva respeitantes à apanha de sargaço* — a) O A. diz que a Ínsua de Caminha pertence ao Ministério da Guerra, que põe em hasta pública a apanha anual de sargaço nesse local (pg. 81). Isto ainda hoje sucede nos termos indicados pelo A.; quem geralmente arremata esse direito é a gente de Venade. A do Moledo, durante dois anos, levou o preço tão alto que ninguém a bateu; mas depois tiveram de desistir, porque lhes era ruinosa.

b) O A. fala na apanha de sargaço com masseiras em Moledo (pg. 82). Actualmente, esse tipo de barco não é ali usado;

(1) O Senhor Fernando Barbosa indica-nos vários documentos poveiros do século XVIII em que certas pessoas são identificadas profissionalmente como sargaceiros.

de resto, o mar não consente embarcações naquele troço da costa. E afirmam-nos que sempre assim foi.

c) A propósito da apanha de sargaço em Cahide, diz o A. que: «a meio da enseada de Cahide costumam os sargaceiros enterrar um tronco de árvore, bem seguro no fundo com pedras em volta, saindo duas pernas para fora da água, para a elas se agarrarem nas ocasiões do mar estar batido...» (pgs. 82-83). Este costume é hoje completamente desconhecido, e dele não resta a mais leve memória.

d) Na Costa de Fão, o A. menciona barracos de arrecadação pertencentes a lavradores e pescadores (pg. 98). Actualmente, os barracos agrupados no Facho são pertença exclusiva dos lavradores de Gandra e Fonte Boa; mas parece que com efeito havia mais ao norte outro grupo, que era pertença dos pescadores, então mais prósperos do que hoje.

e) Diz o A. que, em S. Bartolomeu do Mar, «costumam... nas grandes baixa-mares de marés vivas colher os depósitos calcários que se formam sobre a penedia, e que consistem em aglomerados dos nateiros depostos pelas águas e dos embriões e pequenos seres — crustáceos, moluscos e radiários — que em grande abundância aqui se propagam, para os aplicar como adubos das terras, e dando-lhe o nome de *barranha*» (pg. 94). Esta colheita de concreções e matérias orgânicas deixou há bastantes anos de se fazer. Quem a ela se dedicava eram os lavradores dos altos do Faro, que não eram sargaceiros, mas que as apreciavam como bom adubo para as suas terras.

f) A propósito da utensilagem do sargaço, o A. fala na *enxada*, indicando o seu uso especialmente para a apanha da *barranha* (pg. 364). De facto, parece que a *enxada* era também muito utilizada para as algas, quando era necessário raspar as pedras para as arrancar. O seu uso é hoje proibido.

4) — *Rodafole, redenho, ganhapão, graveta e gaiteira* — Nos nossos dicionários, de um modo geral, o termo *Rodafole*, nas formas *Rede-folle*, *Rodo-folle*, ou *Rode-folle* (com a indicação da sua derivação de *Rede* e *Fole*), designa fundamentalmente um aparelho de pesca, que se descreve como uma rede em forma de funil, saco, covão, ou copo cónico (Vieira, Morais, Morais e Silva, Lacerda, Cândido de Figueiredo, João de Deus, Silva Bastos, Faria, Caldas Aulete, Maximiliano de Lemos e Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira), com a boca aberta por meio de um arco a que ele se cose, e que serve para apanhar o peixe que anda sobreaguado com a coca (Vieira e Morais da Silva); Bluteau, que o define e explica como estes dois últimos, acrescenta que o saco é «posto em uma vara comprida» — o que o aproxima da forma do actual rodafole do sargaço. Morais e a Grande Enciclop. Port. e Bras., precisam que ele serve para a pesca do caranguejo. E Faria e Lacerda chamam-lhe «aparelho de arrasto» (1).

Pedro Fernandes Thomás, acerca da pesca fluvial do Mondego, descreve o «Rede-folle» dessa região como «pequena rede de suspensão... composta de um saco cosido a um arame de forma circular, e suspenso a uma corda. Ao arco prendem duas pedras, para servirem de lastro, e no fundo do saco está outra amarrada com o mesmo fim. É usada pelos rapazes à beira do rio, para a pesca do caranguejo e de peixes pequenos» (Notas

(1) Bluteau, Vieira, Morais e Silva, Caldas Aulete, e Maximiliano de Lemos, indicam também, sob o mesmo nome de *Rede-folle* ou *Rodo-folle*, um aparelho de forma semelhante à do *Rede-folle* de pesca, mas com o saco de pano, que se usa para apanhar o pulgão das videiras, que se sacodem dentro dele. E indicam para estes objectos os termos brasileiros de Jareré e Puçá ou Poçá. (Os mesmos, e também a Grande Enciclop. Port. e Brasil.). São omissoes, em relação a este étimo, o *Elucidário de Viterbo*, Antenor Nascentes, Laudelino Freire e Bivar.

Ethnographicas do Concelho da Figueira II — A Pesca Fluvial, *in*: «Portugália», I, pág. 382 (1).

Nesta acepção geral, o vocábulo é antigo: Já Lopes de Castanheda o emprega, na descrição de um aparelho usado pelos pescadores de pérolas: «... e dali vão pescar o aljôfar de dous em dous em cima de três paus... cobertos de tabuado, e vai um abaixo com uma tala nos narizes, e uma pedra atada nos pés, e um redefole de corda ao pescoço, a que vai atado um cordel, cujo cabo tem na mão o parceiro que fica nos paus que digo» (História da Índia, II, cap. 22, indic. *in*: Grande Enciclop. Port. e Brasil.).

O termo não se applicava portanto ao aparelho de recolha de sargaço do sistema de rede, com a mesma forma, que hoje conhecemos. Este porém já existia, vindo mencionado em Morais, Cândido de Figueiredo, Silva Bastos, Maximiliano de Lemos, Caldas Aulete, Bivar, e Grande Enciclop. (2), sob a designação de *Redenho*, que, como dissemos, corresponde à zona norte da sua actual área, onde o seu uso parece de facto ser mais antigo (3).

Gaiteira, na acepção de «instrumento usado na apanha do sargaço», vem em Morais, Cândido de Figueiredo, Caldas Aulete,

(1) Entre os pescadores de Buarcos, existe efectivamente, como dissemos, uma sigla — os «fois», dos «Cegos» —, que é a esquematização do desenho de um Redefole de cabo, tal como Bluteau o descreve e que se aproxima do actual Rodafole do sargaço, do norte, parecendo atestar o conhecimento de um aparelho com esse nome e forma na região.

(2) Com este vocábulo, que dão nas formas de *Redenho* e *Redanho* (de que Antenor Nascentes indica a etimologia de Rede, em A. Coelho, e do espanhol Redaño, de Red, em Cortesão; e a Grande Enciclop. indica, além desta, uma origem latina, de *redano*, de red), designam-se porém dois aparelhos de rede: um, de pesca, para o camarão; e outro, para a apanha do sargaço.

(3) Bluteau, Viterbo, Vieira, Faria, Lacerda, João de Deus, Morais e Silva e Laudelino F. ignoram o termo nesta acepção.

Bivar, e Grande Enciclop., que consideram o termo um provincialismo minhoto.

Graveta vem citado em Cândido de Figueiredo, Morais, Laudelino Freire, Grande Enciclop. e Caldas Aulete, como sendo um grande ancinho de ferro, com seis dentes, dado como termo minhoto pelos dois últimos; e em Silva Bastos, que também o considera termo minhoto, ele significa não só essa ferramenta, mas também uma «espécie de pente de madeira, para desfiar os rolos das algas marítimas» (1).

Ganhapão é termo inteiramente desconhecido nesta acepção em todos estes dicionários.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular
Porto, Maio de 1958.

ERRATA

Pág. 77, linhas 4/12: onde se lê: «Nas zonas em que continua a ser o lavrador quem procede, etc... Contudo, a norte de Viana, onde» leia-se: «Ao sul do Cávado, em certas zonas em que continua a ser o lavrador quem procede à apanha do sargaço, como Gandra e Fonte Boa, é — e foi sempre — quase exclusivamente o homem quem entra no mar, com o rodafol ou a graveta. A mulher pode ajudar a transportar, espalhar ou carregar o sargaço colhido, mas mesmo essa função tende a desaparecer, uma vez que a lei só dispensa licença para o trabalho de carregamento do sargaço seco no carro que o vai buscar, e muito raramente a mulher ali tira aquela licença, porque são poucos os dias em que vai à praia. Ao norte daquele rio, porém, nas Marinhas e em S. Bartolomeu do Mar, as mulheres da lavoura exercem a actividade sargaqueira do mesmo modo que os homens, entrando como eles na água, com as suas branquetas, rodafol e gravetas. Ao norte de Viana, onde».

(1) Cândido de Figueiredo e a Grande Enciclop. indicam a origem de *Graveta* no étimo castelhano *Garabeta*, mas Antenor Nascentes não encontra este termo do Dicionário da Academia Espanhola; Morais indica também uma origem castelhana, de *Carabeta*. E são omissos a seu respeito Bluteau, Viterbo, Vieira, Faria, Lacerda, Morais e Silva, João de Deus, Maximiliano de Lemos, Bivar, etc.

VÁRIA

Contribuição ao estudo do barbilho

O escrupuloso e curioso etnógrafo brasileiro Frederico Lane conseguiu reunir enorme quantidade de materiais e dados sobre o uso do barbilho no seu país, que publicou em dois trabalhos bem documentados e ilustrados (1).

Depois de historiar brevemente a evolução da criação de gado vacum nos estados centrais do Brasil, apoiado na obra de Luís Amaral (2), Lane entra pròpriamente na questão do barbilho ou tranca.

O barbilho é, em linhas gerais, um instrumento simples que se coloca no focinho dos animais (vitelos e cabritos) para evitar que eles possam mamar no período em que começam a ser apartados das mães ou desmamados. O mesmo pode servir para impedir que uma vaca mame em si própria, com prejuízo do bezerro.

Segundo Lane, encontram-se nas regiões ganadeiras do Brasil central dois tipos principais de barbilhos. Um deles consta de uma tábua rectangular, triangular ou semicircular, com um entalhe na parte superior, de forma variável, mas que deixa dois dentes muito aproximados, que se prendem no septo nasal do bezerro. Para colocar a tábua, puxa-se a venta do bezerro, de maneira a adelgaçar o septo nasal que, depois de solto, ao voltar à forma primitiva, se torna mais espesso, segurando perfeitamente o barbilho. Esta tábua pendente do focinho impede o animal de mamar, permitindo-lhe pastar desde que com um movimento da cabeça levante a tábua.

Para os casos especiais, quando algum bezerro mais hábil consegue mamar puxando o barbilho para cima contra o úbere da vaca, é costume colocar uns pregos no barbilho. Neste caso a vaca doe-se, e o bezerro não consegue os seus fins. Ou então usa-se um segundo tipo de barbilho, a *focinheira*, que é uma espécie de cabresto de couro guarnecido de pregos.

Frederico Lane, que conhece a existência do primeiro tipo de barbilho na Ásia e na Hungria por um artigo de Béla Gunda (3) e no norte de Rigagorzana (Espanha) por Krüger, deduz que aquele tivesse chegado ao Brasil através da Península Ibérica, visto que encontrou a palavra *barbilho* nos dicionários portugue-

ses, empregada neste sentido (4). Contudo não encontrou na bibliografia portuguesa elementos de confronto que lhe permitissem tirar conclusões seguras.

Mantendo a designação genérica de *barbilho*, para tal instrumento, podemos dizer que até hoje encontramos em Portugal seis tipos diferentes. O primeiro corresponde exactamente ao



primeiro tipo descrito por Lane e tem em Portugal o nome de *tabuleta* (5).

O segundo é formado por uma tábua com espetos cravados, tendo na parte interior uma espécie de argola de ferro que se prende no focinho do animal, e chama-se: *picadeira* (6).

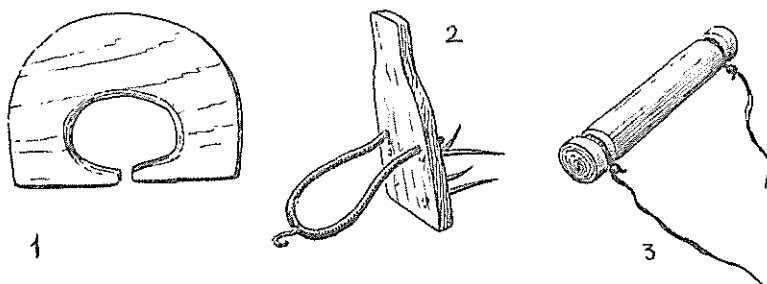
O terceiro corresponde à *focinheira* brasileira e é conhecido por *cabresto de picos* (7).

O quarto, conhecido por *barbilho*, é uma espécie de pequeno cilindro de madeira, com dois entalhes nas extremidades, onde estão duas cordas amarradas. Este *barbilho* é usado para impedir os cabritos de mamar (8); o *barbilho* mete-se na boca dos cabritos e as corditas prendem-se-lhes ao pescoço.

O quinto é formado por uma espécie de *focinheira* ou *açaimo* feito de tábuas delgadas e flexíveis, que se colocam no focinho dos vitelos ou bois, para não mamarem, ou não comerem, quando andam a trabalhar em lugares onde há culturas que convém preservar dos animais.

Este tipo também aparece, às vezes, feito de arame (9).

O sexto tipo é uma espécie de saco de esparto, em forma de açaimo, que se coloca no focinho dos animais como no caso anterior. Este barbilho é, em princípio, o tipo quinto, resultando a diferença sobretudo do emprego do material de que é feito (10).

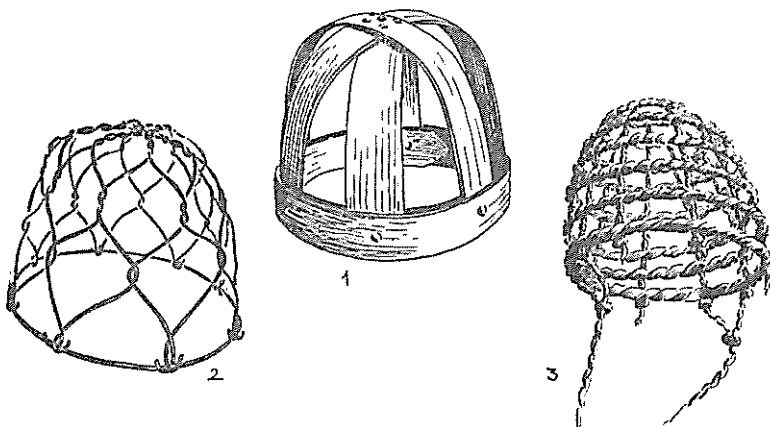


- 1 — Tabuleta — Segundo um desenho de Leite de Vasconcelos.
 2 — Picadeira (Miranda do Douro).
 3 — Barbilho (Resende). Pertence ao Museu de Etnog. do Douro Litoral.

As transformações enormes porque passou a economia agrícola e pastoril do noroeste de Portugal depois da colonização brasileira — a maior das quais foi devida à introdução do milho americano — impede-nos de fazer um estudo comparativo com aquele rigor de pormenor que seria para desejar, aproveitando a área do país que maior emigração deu para o Brasil (11). Contudo, a existência do primeiro tipo, a *tabuleta*, e do terceiro, o *cabresto de picos*, em Portugal e no Brasil, deixa facilmente concluir que foram os portugueses que os levaram para o outro lado do Atlântico. Até o termo usado pelos colonos italianos, *tabuinha* e *tabuleta*, que segundo Lane está mais de acordo com o latim *tabula* (12), é afinal a expressão mais corrente em Portugal para designar este tipo de barbilho, e não deve representar uma inovação, ou introdução de palavra feita pelos colonos italianos (13).

Tudo leva a crer que o uso do barbilho do primeiro tipo — a *tabuleta* — seja muito antigo. Provavelmente teve a sua origem na Ásia entre os pastores nómadas, tendo daí passado para a Hun-

gria e para as outras regiões ganadeiras da Europa ocidental (14). Se a difusão se fez já no período das migrações de povos indo-europeus portadores de gado grosso para o ocidente europeu, ou se fez posteriormente, como difusão isolada do objecto, não é possível dizê-lo agora, com os elementos de que dispomos, mas é provável que a primeira hipótese esteja mais perto da verdade dos factos.



1 — Cofinho de talas.
2 — Cofinho de arame.
3 — Barbilho de junco torcido.

(Pertencem ao Museu de Etnog. do Douro Litoral).

Mais tarde, na 2.^a fase de migração da Península para a América, os portugueses foram certamente os seus portadores para o Brasil.

JORGE DIAS.

NOTAS

(1) Frederico Lane — Notas sobre o uso do «barbilho» ou «tranca», nos estados centrais do Brasil, in Arq. do Museu Paranaense, 3, págs. 233-237, 2 figs. Curitiba, Panamá, 1943.

— Notas sobre o uso do barbilho, in Revista do Museu Paulista. Nova série, Vol. II, São Paulo, 1948, págs. 287-293, 3 Est.

(2) Luis Amaral — História Geral da Agricultura Brasileira, 2.^o tomo, Brasileira 160-A, São Paulo, 1940.

(3) Béla Gunda — Asiatische Maulkorbformen in der ungarischen Hirtenkultur, Ethnos, 3 (1); Stockholm, 1938, págs. 8-17, 5 figs.

(4) De facto a palavra barbilho é bastante usada para designar qualquer instrumento que impeça os animais de mamar ou de comer.

(5) Até hoje só encontramos este tipo de barbilho no Alentejo, onde tem o nome de *tabuleta*; José Leite de Vasconcelos já o registou no Boletim de Etnografia, Lisboa, 1923 2.º vol. pág. 40.

(6) Encontramos este tipo de barbilho na região de Miranda do Douro.

(7) O cabresto de picos encontrámo-lo em Moura (Alentejo).

(8) Este tipo de barbilho foi registado em Trás-os-Montes, Entre-Douro-e-Minho (Resende) e no Alentejo. José Leite de Vasconcelos registou-o em Resende. Ver: «História do Museu Etnológico Português», Lisboa, 1915, págs. 402-403. Em Terra de Miranda (Trás-os-Montes) chama-se *botilho*. Diz-se: *ambotilhá-ls chibos*. (Informação de Herculano de Carvalho).

(9) Não se fez até hoje o estudo da área de difusão deste tipo, mas éle é muito comum no Entre-Douro-e-Minho e na Beira Litoral. Em Terra de Miranda (Trás-os-Montes) chama-se-lhes *cangalhas* ou *cangalhos*. (Informação de Herculano de Carvalho).

(10) A área de difusão deste barbilho também é imprecisa, mas encontra-se em vários lugares da metrópole.

(11) Precisamente a região que maior emigração tem dado para o Brasil sofreu uma transformação enorme desde o século XVI ao XVIII. De região fortemente ganadeira passou-se a uma economia agrícola superior em que os animais estabulados são alimentados com os subprodutos da agricultura. Isto impede-nos de poder reconstituir hoje alguns aspectos e instrumentos e técnicas usadas outrora.

(12) Frederico Lane, ignorando a designação portuguesa de *tabuleta*, e registando-o em uso entre colonos de origem italiana, deduziu que fosse um latinismo. Seria, contudo interessante saber se este tipo de barbilho existe também em Itália e se é conhecido por palavra semelhante. É muito natural que durante a dominação romana este barbilho recebesse já em Itália e na Lusitânia Romana o baptismo de *tabuleta*.

(13) Mesmo que a designação *tabuleta* exista em Itália, o facto da palavra ser portuguesa, indica certamente uma origem portuguesa do barbilho.

(14) O actual Museu Etnográfico de Budapeste tem três barbilhos, um dos quais igual à *tabuleta* usada em Portugal e no Brasil. Os outros dois são bastante diferentes; um é como o terceiro tipo, o cabresto de picos, mas feito de ferro e, em vez de picos, tem umas três flores de ferro com pontas aceradas. O outro é formado por quatro paus, formando um quadrado onde se enfia o focinho do animal, que é amarrado com correias. Os três paus que formam um dos lados do quadrado e os dois ângulos prolongam-se um pouco e são aguçados nas pontas, impedindo assim o vitelo de mamar.

Adivinhas

Introdução ao estudo de um elemento cultural

Um mínimo de objectividade crítica impõe que, ao analisar a obra de Viegas Guerreiro (1), comecemos por averiguar o objectivo por ele visado. Por outras palavras: que se determine se ele pretendeu fazer uma obra científica ou sòmente um trabalho honesto com uma finalidade diferente da que a teoria etno-

gráfica fixa à sua Ciência. Neste sentido, são bem elucidativas as palavras com que encerra o prefácio:

«Vem agora a público mais um volume da «Colecção Cultura e Recreio». Com ele a Direcção da FNAT dá novo e firme passo no prosseguimento da sua apreciável obra de divulgação cultural. A colecção é rica e variada: seiscentas e tantas adivinhas sobre mais de trezentos assuntos. E não se aproveitaram nela variantes que só por leves alterações divergissem das escolhidas. Nenhum critério de classificação se adoptou: seria tirar ao livro todo o poder de sugestão que deve ter. Disposta a matéria de modo tal que de um enigma se não parta para a solução de outro, fica assegurado ao leitor o livre e gostoso trabalho de lhes encontrar as respostas adequadas. Como nos contos e porque o livro se destina igualmente aos nossos trabalhadores, em regra pouco letrados, actualizou-se em todos os casos a ortografia.»

Como se vê pelo transcrito, ao livro em causa, sendo etnográfico (unicamente por versar uma matéria folclórica!), falta-lhe por completo a tonalidade científica. É uma obra que sai numa colecção de cultura e recreio, destinada aos trabalhadores, em que se não aproveitaram as variantes e onde nem sequer as adivinhas se encontram classificadas. Isto não quer dizer, porém, que tal livro esteja longe de merecer o interesse dos etnógrafos. Na verdade, a par de uns tantos dados de natureza bibliográfica e das adivinhas coligidas de publicações anteriores, o trabalho apresenta cerca de 170 espécies quer colhidas pelo Autor quer a ele enviadas por alguns amigos. Pena é que nem todas venham acompanhadas do nome da localidade onde foram recolhidas (2). Por esse facto o livro de Viegas Guerreiro será de indispensável consulta para a realização da tarefa urgente que é o estudo do elemento cultural *adivinha* em Portugal. Todavia — repita-se — a aparição desta obra (3), embora interessante dentro da sua finalidade, em nada modificou o *statu quo* entre nós vigente: a ausência de um trabalho tanto quanto possível *total* versando a presente matéria.

E é em vista a ele que eu me permito fazer agora algumas sugestões.

Archer Taylor, ao publicar em 1939 a sua *Bibliography of Riddles* (4), recensou a existência, em todo o Mundo, de cerca de mil obras dedicadas a esta matéria. Nela, como era de prever, figura um diminuto número de trabalhos portugueses. E se tal até certo ponto, se explica pelo habitual ostracismo a que as coi-

sas portuguesas se encontram votadas no âmbito internacional, também tem a sua razão de ser na circunstância da investigação deste elemento cultural, entre nós, se ter situado num segundo plano. De facto, a enorme quantidade de adivinhas que, até hoje, em Portugal viu a luz do dia, encontra-se dispersa por um sem número de trabalhos versando os assuntos mais díspares. Surgem neles, normalmente, como Pilatos no Credo. Uma vez em maior número outras vezes só uma meia dúzia, vêm quase sempre desamparadas de qualquer comentário (quando muito acompanham-nas um ou outro elemento comparativo). Os trabalhos de maior fôlego são raríssimos e determinados, quase sempre, por intenções diferentes das estritamente científicas. E acresce que, não obstante já estarem publicadas umas largas centenas de adivinhas, se nós as distribuirmos numa carta de Portugal, verificaremos haver largos espaços brancos, quer dizer: sectores em que a investigação se não realizou. Isto prova que neste campo (como em muitos outros) se tem trabalhado ao acaso, sem plano, por inspiração de momento, por puro diletantismo.

Esta é a situação da investigação, no nosso País, deste elemento cultural. Portanto, a fim de se levar a cabo a tal obra tanto quanto possível *total* de que acima falei, impõe-se desde logo o inventário sistemático do que existe. Terão de percorrer-se todas as obras quer sejam da especialidade quer literárias ou almanaques. É isto nas coordenadas tempo e espaço. Quer dizer: entendo que se não deve fazer cavalo de batalha com a dicotomia eruditas-populares (uma tal discussão seria retrotrair a um passado da teoria etnográfica em que avultava o problema de se saber em que medida o *povo* — classe social — tinha capacidade criadora ou mostrava receptividade à cultura erudita), atendendo-se antes a que, sendo a adivinha um elemento compreendido na categoria *popular* (entenda-se esta como um dado de natureza psicológica), é um apanágio, em maior ou menor grau, de todas as classes sociais e elemento de uma cultura.

Realizado isto, seguir-se-á a distribuição cartográfica das diferentes espécies. E em face do conjunto assim obtido, elaborar-se-á um inquérito a distribuir e determinar-se-ão as áreas em que terá de recair a investigação directa. Ora ambas as tarefas pressupõem, a fim delas se poder tirar o máximo de rendimento, a noção exacta da problemática geral da Etnografia e da Etnologia.

Deste modo, considerar-se-á que, sendo a adivinha um elemento de cultura, esta, desde que humana, não existe independentemente do homem que, por sua vez, vive em sociedade (5). Por outras palavras: sendo a cultura, humana, os dois termos terão a mesma valência (6). Como escreveu Florestan Fernan-

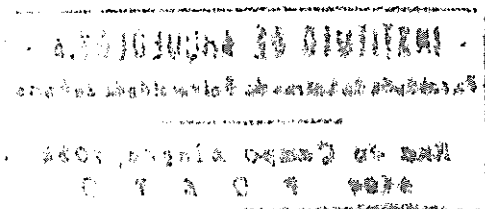
des (7), «as adivinhas não existem *por si e para si*, mas como realidades anímicas, que se integram dinamicamente no comportamento humano, constituindo por isso uma função dos processos que preservam ou modificam as estruturas sociais». De facto, a abstracção e o imobilizar realidades que por natureza são humanas e dinâmicas são os dois grandes vícios que têm atormentado a nossa investigação e que se torna necessário eliminar. Nestes termos, ao elaborar o inquérito e ao fazerem-se os trabalhos de campo, impõe-se que se atenda não só à adivinha *em si* mas também *a quem* a diz, na sua dupla dimensão psíquica e social.

Uma vez na posse dos elementos de trabalho, terá de se proceder à determinação das *áreas culturais* e à incorporação daqueles nos diferentes *complexos*. E neste momento surge algo que importa considerar e que se deve igualmente ter presente na investigação, a fim de esta se projectar num máximo de utilidade: é que, se para a Etnografia são importantes as variantes, são-no muito mais as constantes. E será, então, na posse de todos estes elementos que se dará o passo final, numa tentativa para inferir da causalidade profunda que liga este elemento da cultura a determinadas sociedades e personalidades modais, da própria dinâmica das adivinhas. Atender-se-á ao ajustamento do seu conteúdo aos *status* sociais em causa, à sua variabilidade formal, verificar-se-á a existência ou não existência, dentro de uma determinada sociedade, de aculturações, e em que medida elas são meras sobrevivências de estados culturais ultrapassados.

Em síntese: de todo o esforço para se levar a cabo o estudo deste elemento cultural deverão resultar duas obras — uma, um catálogo pròpriamente dito (que conterà todas as indicações capazes de possibilitar o levar a bom termo a execução da segunda), a outra, um trabalho de interpretação. Sendo a primeira mais trabalhosa e fundamental, nela se terá presente que as próprias adivinhas licenciosas ali devem ser incluídas. Na segunda, a mais difícil (devendo, por conseguinte, ser levada a cabo por quem, a par de uma sólida formação científica, dispondo de um autêntico conhecimento da realidade portuguesa e de um espírito apto a trabalhar na fronteira da Ciência com a Arte), não se esquecerá que a possível razão porque os etnógrafos, até hoje, não conseguiram dar uma definição sintética satisfatória da adivinha (com consequente refúgio em definições analíticas) é a circunstância de eles terem vindo a descuidar-se dos processos psíquicos conectados com este elemento de cultura (7).

Lisboa, Maio de 1958.

CARLOS LOPES CARDOSO.



NOTAS

(1) *Adivinhas Portuguesas*. Selecção e prefácio de M. Viegas Guerreiro. *Colecção Cultura e Recreio*. Publicação do Gabinete de Etnografia da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Lisboa, 1957.

(2) A maior parte delas ouvida no concelho de Loulé. Todavia as regiões de Albufeira, Portimão, Marco de Canaveses, Silves, Cadaval, Tavira, Mondim da Beira, Porto e Algarve também forneceram o seu contributo.

(3) Atendendo somente ao objectivo que o Autor pretendeu alcançar, considero a presente obra muito feliz. A um prefácio interessante, seguem-se 624 adivinhas bem seleccionadas (aqui e além figuradas por desenhos), uma chave para as decifrar, um índice alfabético e uma pequena bibliografia.

(4) Taylor (Archer) — *Bibliography of Riddles*. Helsinki, 1939. Tomo n.º 126 das *Folk-Lore Fellows Communications*.

(5) *La philosophie devant la diversité des cultures* por Richard McKeon (da Universidade de Chicago), artigo publicado no volume *L'originalité des cultures — son rôle dans la compréhension internationale*. Unesco, Paris, 1954.

(6) Lopes Cardoso (Carlos) — *Völkerkunde, Volkskunde e a Escola Etnográfica Portuguesa*. Porto, 1957. Separata do *Douro Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História* — oitava série — V-VI.

(7) In: *Contribuição para o estudo sociológico das adivinhas paulistanas*. Publicado na *Revista de História*, n.º 9, do ano III, São Paulo-Brasil, 1952.

Détermination de l'âge absolu du gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge) par la méthode du Carbone 14

La possibilité de déterminer l'âge des charbons récoltés dans les gisements préhistoriques en utilisant la méthode du Carbone 14 a apporté une précieuse contribution à nos connaissances sur la chronologie du Quaternaire récent. Il convient cependant d'être prudent dans l'utilisation des résultats ainsi obtenus et de se garder de toute généralisation hâtive. En effet, les datations déjà publiées sont encore peu nombreuses, proviennent de gisements souvent très éloignés les uns des autres et dont, parfois, le contexte archéologique a été insuffisamment précisé. De plus, certaines mesures ont donné des résultats inexplicablement aberrants.

En 1954, au cours de fouilles exécutées par le Centre d'Études d'Ethnologie Péninsulaire de l'Université de Porto au gisement mésolithique de Moita do Sebastião, à Muge, j'ai eu la possibilité de recueillir des charbons de bois dans la partie centrale du site. Ils se trouvaient dans une brèche calcaire qui se situe à la base des couches de coquilles et qui correspond à l'occupation la plus ancienne. J'ai envoyé 85 grammes au Centre d'Études Nucléaires de Saclay (France) aux fins de datation par la méthode du Carbone 14. L'âge absolu du dépôt pût être ainsi fixé à 7.350 ± 350 ans.

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -
Faculdade de Letras da Universidade de Porto
Rua do Campo Alegre, 1085
4100 P O A P O

Selon le Professeur Mendes Corrêa, l'occupation de Cabeço d'Arruda et celle de Moita do Sebastião sont antérieures à la période à *Littorina-Tapes*. Elles semblent postérieures à celle de Cabeço d'Amoreira où la présence de *Natica Hebraea* et l'absence de *Mytilus edulis* indiquent un optimum climatique qui correspondrait à un niveau plus élevé du Tage.

Cette datation ne nous permet pas encore de situer chronologiquement le gisement de Moita do Sebastião par rapport aux autres cultures mésolithiques du Sud-Ouest de la France et de la Péninsule Ibérique. En effet, si les datations par le radiocarbone sont assez nombreuses pour l'Europe Septentrionale, elles nous font pratiquement défaut pour la partie plus méridionale.

Si nous nous reportons aux dates déjà connues pour l'Europe du Nord, il semble vraisemblable que le Mésolithique de Moita do Sebastião soit approximativement contemporain des cultures danoises du Boréal. En effet, les datations obtenues pour le Boréal II de Seeland, Aamosen sont de 7.583 ± 380 ans (1).

Un autre gisement mésolithique hollandais sur lequel, malheureusement, nous ne possédons aucune indication de lieu ou d'industrie semble dater de la même époque. Son âge serait de 7.965 ± 370 ans (2).

Il est intéressant de comparer la datation des charbons de Moita do Sebastião avec celles obtenues par le même laboratoire de Saclay pour le gisement épipaléolithique de Taforalt, au Maroc Oriental. Ces dernières se situent entre 10.500 ± 400 ans et 12.070 ± 400 ans (3). Les industries à lamelles de l'Ouest du Maghreb seraient donc antérieures de 3 à 5.000 ans à celle de Muge.

On a longtemps pensé que le Mésolithique de Muge était d'origine nord-africaine, très exactement d'origine capsienne et pour qualifier l'industrie de Muge on avait créé le terme de Capso-Tardenoisien (4). Or, nous possédons une bonne séquence chronologique du Capsien d'Afrique du Nord. Elle va du Capsien évolué d'El-Mekta (8.400 ± 400 ans) au Néolithique de tradition capsienne de l'abri de Jaatcha (5.000 ± 150 ans) en passant par le Capsien supérieur de El-Ma-el-Abiod (7.000 ± 200 ans) (5). Ces dates encadrent celle obtenue à Moita do Sebastião.

On peut également signaler que le niveau à industrie micro-lithique, sans indices néolithiques, du gisement de Haua Fteah Cave, en Cyrenaïque, datant de 7.300 ± 300 ans, pourrait être contemporain de notre amas coquillier de Muge (6).

- (1) LIBBY (WILLARD, F.) — Radiocarbon Dating. *The University of Chicago Press*. 1955, pp. 79 sq.
- (2) *Ibid.*
- (3) ROCHE (J.) — Chronologie absolue de l'Épipaléolithique marocain. *C. R. Acad. Sc. de Paris. T. 246*. 1958, pp. 3486-3487.
- (4) OBERMAIER (H.) — Das Capsien-Problem in Westlichen Mittelmeergebiet. *Germania. J. 18. h. 3*. 1934, pp. 165-173.
- (5) KULP (J. L.), TRYON (L. E.), ECKELMANN (W. R.), SNELL (W. A.) — Lamont Natural Radiocarbon Measurements. II. (Lamont Geological Observatory, Columbia University, Palisades, N. Y.). *Science. Vol. 116, N° 3016*. 1952, pp. 409-414.
- (6) SUSS (Dr. H.) — U. S. Geological Survey Radiocarbon Dates. I. *Science. Vol. 120. N° 3117*. 1954, pp. 467-473.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

ANTÓNIO FRÁGUAS FRÁGUAS — *Aportacion al estudio folklórico del castaño, la castaña e el magosto* — Sep. do vol. LXVII da «Revista de Guimarães», 18 págs. e 2 Est. com 8 figs.

O autor, distinto professor do liceu de Lugo, há muito que se dedica ao estudo da rica e bela etnografia galega, da qual tem publicado uma larga série de trabalhos.

Desta feita ocupa-se do castanheiro, da castanha e dos magustos.

Topónimos de algumas terras galegas dão a indicação da grande extensão e importância que nelas tiveram os soutos, dos quais, em muitas delas, hoje nada mais resta do que o nome.

O A. estuda vários aspectos etnográficos ligados ao castanheiro, tais como: gaitas e flautas feitas da casca dos rebentos novos; cordões e outros adornos tecidos pelas crianças com as flores masculinas dos castanheiros; adivinhas; adágios e sentenças. Ocupa-se largamente das castanhas e dos magustos e dá uma ampla série de quadras populares alusivas a estes e àquelas.

Oito desenhos de petrechos para cozer e assar castanhas constituem a documentação iconográfica, sempre importante nos trabalhos de Etnografia. A propósito direi que no leste trasmontano (Moncorvo p. ex.) é sacramental comer castanhas no dia 1.º de Maio. Informaram-me que o cumprimento deste velho costume tem como finalidade «evitar que os burros se atirem a uma pessoa».

Às castanhas assadas sem casca, prontas a serem comidas, chamam, em Moncorvo, *bilhós*. Já lá tenho ouvido tratarem carinhosamente uma criança por *bilhó* ou *bilhõzinho*.

SANTOS JÚNIOR.

BESSA (Bento), MOURINHO (Padre António) e SANTOS JÚNIOR (Doutor J. R. dos) — *Coreografia Popular Trasmontana. IV. O Pingacho (Miranda do Douro)* — Separata do «Douro Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História», Oitava Série, I, II, 24 págs., 19 figs., Porto, 1957.

Não pode haver dúvida que é sempre do maior interesse, e constitui documento de grande e inegável importância, o registo de elementos coreográficos ou de costumes populares que, remotamente gerados e de longa idade, ainda subsistem aqui e ali ou, pouco a pouco, se vão perdendo na diluição ocasionada pelo progresso, que tanto tem afectado a etnografia dos povos e o seu vetusto e gentilício folclore.

Danças ou bailados, cantares ou dizeres, usanças ou crenças, xácaras ou lendas, em suma, todos os aspectos etnográficos — tanto como os de índole arqueológica, muitas vezes seculares e com a marca fidedigna ou indelével de antanho — são motivos de real valimento, dignos de serem ponderadamente estudados e devidamente arquivados como um escrínio de imorredoiras memórias. Assim é que deveriam ser compilados e proficuamente publicados, nos moldes do presente trabalho — quarto de uma meritória série focando ignorados ou pouco conhecidos aspectos de *coreografia popular trasmontana* — cuja iniciativa e orientação se deve ao Doutor J. R. dos Santos Júnior, devotado naturalista e distinto Professor da Universidade do Porto.

Nesta monografia, de tão primorosa e anotada urdidura e que lemos com interesse crescente, descreve-se um bailado, cujo registo foi obtido na aldeia raiana de Paradela (freguesia do concelho de Miranda do Douro), bailado conhecido pela designação de «Pingacho» (no falar trasmontano, pronuncia-se *Pingatcho*) e que, em tempos, também se exhibia em Ilnes, Póvoa e Constan-tim, freguesias igualmente raianas e do mesmo concelho de Miranda do Douro.

Como, na sucinta introdução, os seus Autores apontam, «este bailado não se notabiliza nem pela música, nem pela letra, nem pela exuberância ou especial beleza dos seus desenhos coreográficos, por sinal, bem simples. O que particulariza o *Pingacho* é a sua simbólica, o possível significado da sua coreografia, bem marcado nas atitudes dos dançantes». Ou, como também ali se diz, «no *Pingacho* é manifesto, no decurso da dança, e como a letra também no-lo deixa adivinhar, um sentido sensual no dançar, certamente reminiscência do culto fálico, em ligação com velhos ritos de fecundidade».

Segundo afirmam ainda os Autores, «as pessoas que mais

dançam este bailado são os homens e as mulheres de idade. As moças de hoje, sob a influência da vida moderna, já se envergonham de dançar os bailados de suas mães e avós: pelam-se pela música de disco e do alto-falante, música de ritmos importados que elas não sabem compreender nem dançar, mas que pincham e rodopiam porque são da moda». Em seu justo conceito, tal observação é plena de verdade, pois reflecte bem a irremediável influência do chamado progresso, que igualmente afecta o uso dos trajes regionais, assim transformando, inadvertida e lamentavelmente, os povos em trânsfugas no que diz respeito aos seus costumes e usanças ancestrais.

A matéria do estudo — que, pela sua feição, apontaremos como modelar e de que também faz parte um elucidativo documentário cinematográfico — reparte-se por alguns sóbrios e bem informados capítulos. Inicia-os uma «Resenha etnográfico-histórica», onde os Autores dão conta do tipo de bailado, de como foi observado pela primeira vez (1945), o modo como, posteriormente (1954), se efectuou o respectivo registo, etc., e onde se estabelecem, a par de mais algumas considerações, determinados elementos de relação ou afinidade (assim como certas divergências) com outros bailados mirandeses. Na sequência dos capítulos dão-se a conhecer, com indispensável pormenor, outras referências, assim intituladas: «Instrumentos musicais»; «A música»; «A letra»; «A dança». A encerrá-los vêm «Algumas considerações», judiciosas, e um apanhado de parcimoniosas «Conclusões».

Chamaram-nos particularmente a atenção os esquemas ou diagramas das sucessivas posições tomadas pelos bailadores, criteriosamente observadas no decorrer do bailado, e, para mais, flagrantemente registadas em pouco mais de uma dezena de não menos expressivas e claras fotografias. Entre as conclusões, menciona-se a «marcada influência espanhola», as suas «marcas de cunho mirandês», o seu «relativo grau do aportuguesamento e não recente», enfim o juízo, que parece bem fundamentado, de que «o *Pingacho* é um bailado de origem remota, certamente gentilíca, pré-romana».

«O *Pingacho*, segundo os autores, é um bailado paralelo ou de coluna que hoje se dança quase exclusivamente em Paradela. Parece ter os seus dias contados. O seu desaparecimento não deve vir longe, dado o facto de a gente moça não gostar de o dançar».

São os Autores dignos dos melhores elogios. Haja em vista, além das investigações profundas a que procederam e de que partiu o estímulo para o estudo deste bailado, a razão de ser primordial deste trabalho, tão cuidadosa e escrupulosamente levado

a cabo. Eis uma feliz iniciativa, de útil acção cultural, que deveria ser imitada noutras regiões do país, cujo folclore bem carecido está de estudo idêntico e onde o risco de se diluir ou perder não é menos flagrante.

Ajustando-se perfeitamente ao interesse em nós suscitado pela leitura da presente monografia, é-nos muito grato, para fecho desta nossa ligeira análise, transcrever do «Journal of the International Folk Music Council», vol. IX, 1957 — no qual se publica uma crítica construtiva incidindo sobre duas outras monografias (*O Galandum e Malha do cereal na Cardenha e coro dos malhadores*, publicadas in «Douro-Litoral», respectivamente, n.º VII-VIII, 5.ª sér., pp. 3 a 18, Porto, 1953, e no n.º VII-VIII, 6.ª sér., pp. 3 a 26, 17 figs., Porto, 1955) subscritas por J. R. dos Santos Júnior e colaboradores — a seguinte opinião (onde o itálico é nosso): «Both monographs show serious study, with a copious bibliography, and are good examples of how this kind of recording should be done».

PIRES-SOARES.

ERNEST BURGSTALLER — *Brauchtumsgebäcke und Weihnachtsspeisen* — 136 págs., 4 estampas e 12 cartas anexas. (Zentralstelle für den Volkskundeatlas in Österreich) Linz, 1957.

O conhecido etnógrafo austríaco Prof. Burgstaller, que tem desempenhado um papel importante na organização e execução do Atlas de Etnografia da Áustria, mostra neste livro as extraordinárias possibilidades que o método cartográfico oferece aos estudos de etnologia regional.

Analisando e interpretando os materiais recolhidos e registados nas cartas, relativamente aos bolos e pães usados nas diferentes festas do ano e alimentos tradicionais do Natal, o Prof. Burgstaller apresenta ao leitor toda uma série de curiosas tradições que têm por base manjares rituais.

O Autor começa por estudar os pães das almas e o significado de certos alimentos e refeições relacionadas com o culto dos mortos, com uma profusão de dados verdadeiramente surpreendente. Depois analisa os pães e bolos usados nas festas do Natal, focando novamente algumas relações com o culto dos mortos. De facto, os vestígios de refeições e de alimentos de carácter ritual, nessa quadra do ano, relacionados com o culto dos mortos, são frequentes não só na Áustria, como no nosso país. Na própria cidade do Porto há famílias que ainda hoje depois de

terminada a ceia do Natal, costumam voltar a pôr a mesa para que os mortos possam no silêncio da noite vir a matar a fome (1).

Em seguida, o Autor refere-se aos bolos e pães usados na Páscoa, ciclo do ano influenciado já por ritos de fertilidade e propiciatórios: os folares e os pães em que o ovo entra como elemento importante, além do costume de os colorir ou pintar segundo as regiões. As tradições mais antigas sobrevivem, por vezes, integradas dentro da crença cristã em harmonioso sincretismo, sem que o passado mais remoto choque de qualquer maneira a sensibilidade mais apurada do católico.

Após ter estudado as relações entre os bolos usados nas três principais festas do ano e certos usos e costumes de natureza ritual, o Autor analisa as formas desses bolos e pães. Descreve uma grande variedade de tipos, uns com forma animal, outros antropomórficos, outros em forma de cachimbo, revólver, algibeira, trança, coração, ou então apresentando meras formas geométricas.

O Autor dedica ainda um capítulo aos diferentes alimentos tradicionais do Natal, nas diferentes províncias austríacas, visto que esta época do ano apresenta grande variedade de pratos tradicionais de valor ritual, além dos bolos tratados em capítulo independente.

Finalmente o Autor mostra o significado do método cartográfico em etnografia regional e as possibilidades de interpretação que ele oferece ao estudioso destes problemas. A simples representação cartográfica de um único elemento de cultura, não nos oferece mais do que a distribuição de um facto de cultura. Mas no momento em que, em vez de uma carta temos dezenas, ou centenas delas, e podemos começar a comparar a distribuição desses elementos com factores de outra natureza, como factores geográficos, históricos, dialectais, etc., então surgem variadas soluções que esclarecem problemas até então perfeitamente obscuros.

Bom era que os poucos estudiosos de etnografia portuguesa lessem este livro, pois certamente encontrariam nele sugestões para realizar trabalhos desta natureza em Portugal, mesmo que fossem mais modestos do que o do Prof. Burgstaller na abundância de materiais recolhidos. Os trabalhos neste género até hoje levados a cabo entre nós, dão já uma amostra do que neste campo se pode fazer, apesar da escassa bibliografia em que o etnógrafo

(1) Jorge Dias, «Contribuição ao Estudo do Culto dos Mortos», *Actas do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Coimbra, 1956.

português se pode apoiar, para levar a cabo trabalhos gerais deste teor.

Os grandes mestres da Etnografia Portuguesa, Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, não esqueceram a importância dos bolos e dos pães com formas diversas dentro das tradições do nosso povo. Em nossos dias, os trabalhos do Dr. Ernesto Veiga de Oliveira relativos a manjares rituais e o de D. Sebastião Pessanha, *Doçaria Popular Portuguesa* são uma afirmação de alto interesse que o assunto merece aos nossos poucos especialistas. Não falta de facto matéria-prima no país, mas falta gente nova preparada, capaz de levar a cabo uma obra de colaboração que abranja todas as províncias, de maneira a permitir aos especialistas obras mais documentadas, como esta que nos oferece o Prof. Burgstaller.

A Áustria, apesar de ser um país sem grandes recursos económicos, compreendeu a enorme importância do estudo das tradições sociais, e já há muito que soube criar gerações de investigadores de renome mundial, quer no campo da etnologia geral, como por exemplo P. Wilhelm Schmidt e P.^o Wilhelm Koppers, ou no da etnologia regional como Arthur Haberlandt e Leopold Schmidt. O Prof. Burgstaller é um desses investigadores saídos de uma escola já com longa tradição e dispoñdo de numerosos colaboradores em todas as províncias do país. Isto permitiu-lhe continuar os trabalhos cartográficos iniciados entre 1930 e 1936, começando em 1951 a organização de novos questionários de acordo com os progressos alcançados pela ciência etnológica nestes últimos decénios. As 22 cartas apresentadas pelo Prof. Burgstaller e os resultados da interpretação dos factos nelas registados, e os seus comentários, são uma prova concludente da importância do método cartográfico. É certo que um atlas etnográfico feito à base de questionários só é possível num país onde já se faz a iniciação etnográfica na instrução primária. De contrário, esse sistema falha redondamente por ignorância e desinteresse daqueles a quem cabe preencher os questionários. Durante o período preparatório do atlas etnográfico alemão, contavam na Áustria com 123 pontos de informação; hoje esse número subiu para 522, o que é um aumento muito considerável.

Outros trabalhos virão certamente confirmar, mais tarde, a importância do método cartográfico, mas o actual trabalho do Prof. Burgstaller basta para convencer qualquer pessoa das grandes possibilidades que ele oferece aos estudos mais gerais e comparativos. Pena é que o Prof. Burgstaller se tenha confinado tanto à bibliografia germânica, pois teria certamente encontrado elementos de comparação muito úteis em bibliografias escritas nou-

tros idiomas. A grande diversidade de idiomas é certamente um dos grandes obstáculos que encontra o etnólogo que tem como campo de trabalho os países europeus, mas é necessário fazer um esforço para o superar. De qualquer maneira, estamos perante um estudo cheio de interesse, que nenhum etnólogo português deve ignorar.

JORGE DIAS.

FRITZ BOSE — *Musikalische Völkerkunde*, Atlantis-Musikbücherei (Atlantis Verlag) — Freiburg i. Breisgau, 1953. 197 págs., 64 exemplos musicais.

O editor Atlantis publica na sua série «Atlantis-Musikbücherei» um volume, «Musikalische Völkerkunde» (Etno-Musicologia), da autoria do musicólogo berlinense Fritz Bose, que marca lugar e preenche uma lacuna. Em relativamente pouco espaço, o Autor dá uma visão clara e compreensiva dos problemas existentes. Ele descreve e circunscribe os caminhos e os fins da etno-musicologia, examina as relações da música com o ser humano, descreve os diferentes estilos e representações ideais de som — um factor muito importante e frequentemente desprezado —, e escreve a seguir dois capítulos sobre Melodia e Ritmo, e sobre Sistemas e Escalas, em que a riqueza dos exemplos e a vastidão dos seus conhecimentos sobre música universal, desde os sistemas das antigas culturas até à música dos actuais exóticos e dos chamados «primitivos» (Naturvölker), surpreendem, concluindo o seu complexo trabalho com um capítulo sobre as relações da etno-musicologia com a musicologia.

A estas exposições teóricas, segue-se uma bibliografia excepcionalmente completa da etnologia musical extra-europeia recente, que é do maior valor para todos os que se dedicam a estes assuntos.

Como Apêndice, apresenta 64 exemplos característicos dos principais estilos musicais dos diferentes povos, desde os papuas da Nova Guiné, os habitantes da Terra do Fogo, de Ceilão, das Carolinas, da Colômbia, do Congo, Arizona, Brasil, Bornéu, Austrália, Arcansas, Molucas, Sibéria, África, Melanésia, Taiti, China, Japão, Sião, Índia, Birmânia, Bali, até aos da Estónia, Islândia e Carélia.

O que distingue as considerações do Autor de tudo o que até agora se tem escrito sobre o tema, é o seu ponto de vista basilar relativamente ao problema da etnologia musical. Com

feito, Fritz Bose procura compreender a música de cada povo ou etnia, na sua relação com a cultura onde ela nasceu, e onde tem as suas funções e ideais às vezes bem definidos, estranhos aos nossos. Ele defende a teoria de que a análise sob o ponto de vista exclusivamente teórico não permite a compreensão total, e considera indispensável o estudo da cultura em geral para se entender a importância e as funções que a música desempenha dentro dos respectivos conceitos e padrões. E ainda, segundo o autor, não só é indispensável para o musicólogo, como dizemos, o conhecimento da cultura a fim de bem compreender a música, como é igualmente verdadeiro o recíproco, pois sem se conhecer a música não se poderá compreender inteiramente o resto da cultura. Estamos inteiramente de acordo com a opinião de Fritz Bose, pois se os estudos delimitados e parcelares são necessários, nunca passarão de uma espécie de amadorismo se não forem enquadrados na análise e interpretação da cultura total.

Com isto, Fritz Bose situa plenamente a Etnologia Musical dentro do conjunto das ciências que formam a Antropologia Cultural.

MARGOT DIAS.

JUAN URÍA RIU — *La caza de la montería durante la Edad Média en Asturias, Leon y Castilla* — Separata do «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Oviedo», Trabajos del año 1956, Oviedo, 1957, 49 págs., 3 figs. e IV Est. com mais 9 figs.

O autor, distinto Professor da Universidade de Oviedo, escreveu um interessante trabalho sobre as batidas aos ursos, lobos, javalis, veados e corças nas serranias do norte de Espanha durante a Idade Média.

A caça constituiu uma importantíssima base da alimentação do homem pré-histórico, e mesmo das épocas posteriores.

O autor conta que, depois do incêndio do palácio episcopal de Oviedo em Outubro de 1934, naquele solar se fizeram escavações arqueológicas. Ali se encontraram cerca de um milhar de colmilhos de javali que deviam datar, pelo menos, do século XVII. É lícito concluir que a carne de javali tenha tido largo consumo na mesa do bispo de Oviedo e dos seus familiares.

Pode ajuizar-se dos assuntos tratados neste trabalho pelos títulos dos vários capítulos que damos a seguir: Modos de afugentar as feras; fossos e armadilhas; as montarias na alta Idade

Média; notícias sobre a caça de montaria desde o século XII; leis cinegéticas; as montarias dos monarcas; o livro de montaria de Afonso XI; monteiros, cães e caçadores; como caçava Afonso XI.

Ursos, javalis, veados e corças foram muito abundantes no norte de Espanha e noutras regiões da península, nomeadamente em Portugal.

Recorde-se, e o autor cita-o, o *Livro de Montaria* do nosso Rei D. João I, que foi publicado em Coimbra em 1918, conforme o manuscrito n.º 4.352 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A caça grossa fornecia aos monteiros carne e peles. Estas serviriam especialmente para encadernação dos códices.

O A. cita a concessão dum bosque feita por Carlos Magno, Rei de França, aos monges da abadia de Saint Denis «para que, aprovechando la caza de los ciervos y corzos que en el había, pudiesen dedicar sus pieles a la encuadernación de los códices».

A caça, como base de alimentação, como escola de desenvolvimento físico e adestramento para a guerra, ou como simples desporto, é uma prática remotíssima cheia de encantos, sadia e revigorante para o corpo e para o espírito. Praticada por todos os povos de todas as latitudes, a caça constitui um importante capítulo dos estudos da Etnografia.

O Prof. Uria Riu, com a publicação deste estudo, levou a cabo um belo trabalho misto de Etnografia e de Arqueologia Histórica.

S. J.

LUIZ CORTEZ VASQUEZ — *Las ovejas y la lana en Lumbrales* — Centro de Estudios Salmantinos, Salamanca, 1957.

Continuando a sua infatigável pesquisa, apresenta-nos o autor tudo o que naquela povoação da província de Salamanca se relaciona com a lã. A constituição dos vários rebanhos formados por ovelhas de diversos donos (há na aldeia cerca de 4.500 cabeças), redis, prática de ordenha e tosquia, fabrico do queijo, pastores e sua psicologia, etc., constituem a primeira parte. A segunda ocupa toda a preparação da lã, desde a lavagem ao tecido pronto. Toda a aparelhagem, que repete, de um modo geral, a usada em Portugal, vem descrita, desenhada ou fotografada, e com a minuciosa citação de toda a nomenclatura.

F. G.

ÍNDICE DO VOL. XVI

	Págs.
EDUARDO PRESCOTT VICENTE e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — Estação eneolítica de Parede	5
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — O Castro de Carvalhelhos.	25
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO — A apanha do sargaço no norte de Portugal	63

V á r i a :

Contribuição ao estudo do barbilho (JORGE DIAS)	171
Adivinhas (CARLOS LOPES CARDOSO)	175
Détermination de l'âge absolu du gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge) par la méthode du Carbone 14 (Abbé Jean ROCHE)	179

Revista bibliográfica — Índice alfabético dos autores :

Bessa, Mourinho e Santos Júnior, 183; Bose, 188; Burgstaller, 185;
Cortez Vasquez, 190; Fráguas, 182; Uria Riu, 189.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XVI — FASC. 1-4

SUMÁRIO:

EDUARDO PRESCOTT VICENTE e EDUARDO DA CUNHA
SERRÃO:

Estação eneolítica de Parede (pág. 5).

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:

O Castro de Carvalhelhos (pág. 25).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

A apanha do sargaço no norte de Portugal (pág. 63).

Vária: — Contribuição ao estudo do barbilho (JORGE DIAS);
Adivinhas (CARLOS LOPES CARDOSO); Détermination de
l'âge absolu du gisement mésolithique de Moita do Se-
bastião (Muge) par la méthode du Carbone 14 (Abbé
Jean ROCHE) (pág. 171).

Revista bibliográfica: — BESSA, MOURINHO e SANTOS JÚ-
NIOR (183); BOSE (188); BURGSTALLER (185); CORTEZ
VASQUEZ (190); FRÁGUAS (182); URIA RIU (189).